

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Flagrante da sessão inaugural, quando falava o Dr. Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira e da Comissão Executiva da III Conferência Rural Brasileira

NOVEMBRO - DEZEMBRO, 1954

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LVIII



Aspecto parcial da mesa diretora dos trabalhos da sessão inaugural, que se revestiu também de alto cunho cívico.

SUMÁRIO

A Inauguração da Usina de Paulo Afonso — Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura	1
Prêmio “Sociedade Nacional de Agricultura”	3
Um amplo, objetivo e oportuno debate sobre os problemas rurais, pela própria classe rural — Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira	5
Notícias e Informações	35
Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello	37
Uma Pujante Organização Cooperativista	38
Confederação Rural Brasileira (Eleita a sua nova Diretoria)	41
A Eberhardt no Brasil	42
A Política Cambial e as Classes Rurais	44

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII

NOVEMBRO - DEZEMBRO — 1954

A INAUGURAÇÃO DA USINA DE PAULO AFONSO

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Quando o Brasil se prepara para celebrar o magno acontecimento da sua evolução social e econômica com a inauguração da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, dentre os vultos da galeria de brasileiros ilustres da República, destaca-se a personalidade do engenheiro Ildefonso Simões Lopes como grande entusiasta, quando Ministro da Agricultura no Governo de Epitácio Pessoa, do aproveitamento das fontes de energia e da produção mineral do Brasil.

Ao transcorrer o 1.º aniversário a 4 de dezembro de 1944 do falecimento desse inesquecível brasileiro, foram realizadas várias comemorações de que destaca a sessão magna do Clube de Engenharia, promovida por essa entidade de classe, pela Federação Nacional de Engenheiros, pela Sociedade Nacional de Agricultura, Confederação Rural Brasileira, Ministério da Agricultura, Governo do Rio Grande do Sul, Confederação Nacional das Indústrias, Federação das Associações Comerciais, Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Sociedade Sul-Rio Grandense e a Escola Nacional de Engenharia. Estudando a personalidade poliforme de Ildefonso Simões Lopes, dentre outros, falaram José Pires do Rio, Francisco Saturnino de Brito, Antonio José Alves de Souza, Paulo Parreiras Horta, Franklin de Almeida, Arthur Torres Filho, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, Joaquim Luiz Osório, João Luderitz, Vilobaldo Campos e Piratinino de Almeida.

Queremos na data da inauguração da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, recordar, como preito e homenagem à vida patriótica e cheia de civismo do engenheiro e estadista da República, as palavras do eminente brasileiro engenheiro Antonio José Alves de Souza a quem coube coordenar e realizar a grandiosa obra. Foram os seguintes sinceros e significativos conceitos emitidos sobre a figura histórica de republicano de Ildefonso Simões Lopes:

O ENTUSIASTA DA PRODUÇÃO MINERAL

— “Aceitei com prazer a incumbência que me foi dada pela Sociedade Nacional de Agricultura de dizer algumas palavras sobre a atuação, no setor da produção mineral, do grande Ministro da Agricultura do Governo Epitácio Pessoa — o Dr. Ildefonso Simões Lopes.

E esse prazer decorre não só do fato geral de ser sempre agradável recordar as vidas dos homens ilustres de nossa terra, dos que tudo deram de sua capacidade, de sua energia, de seu patriotismo para engrandecê-la, mas também do fato particular de ter sido eu uma testemunha do dinamismo e do entusiasmo contagiante que Simões Lopes sabia imprimir à sua ação construtiva.

É que, por feliz determinação do Destino, tendo terminado em 1920 meu curso na Escola de Minas de Ouro Preto, ingressei em junho do mesmo ano no

antigo Serviço Geológico do Ministério da Agricultura. Era então diretor daquela tradicional casa o velho Gonzaga de Campos que aliava a bondade de um santo à sabedoria de um filósofo. Com vasta cultura, inteligência brilhante e o espírito e a capacidade de ação de um moço era o homem talhado para cooperar com um ministro como Simões Lopes, com quem tinha grandes afinidades intelectuais e morais.

O Serviço Geológico era já então uma notável instituição científica mas era como uma colmeia ativa que trabalhasse apenas com o intuito de criar rainhas que dirigissem no futuro enxames novos destinados a espalhar por toda a parte o benefício da experiência adquirida na colmeia-mater.

E foi com Simões Lopes que se processou essa grande enxameação. Números engenheiros jovens foram então admitidos e constituíram turmas que se espalharam pelo Brasil afora, guiadas pela experiência de Gonzaga de Campos, Eusébio de Oliveira, Matias Roxo, Horace Williams e Teófilo Lee. Valores novos começavam então a surgir como Djalma Guimarães, Avelino Inácio de Oliveira e Moraes Rego, que se firmaram definitivamente no conceito dos meios científicos e técnicos do país. E grande parte dos que agora ocupam cargos de direção no Departamento Nacional da Produção Mineral iniciaram a vida profissional no Serviço Geológico naquela época.

Esse ímpeto sadio de ação objetiva não só a continuação e o desenvolvimento dos estudos científicos, que já eram apanágio da casa, mas ainda o estabelecimento da grande industrialização no Brasil. E, por isso, foi dada grande atenção aos estudos do carvão e das forças hidráulicas e criada a Estação Experimental de Minérios e Combustíveis, entregue a Ernesto Fonseca Costa, cuja brilhante carreira confirmou a capacidade de Simões Lopes de escolher homens para cargos. A Estação Experimental transformou-se, depois, no atual Instituto Nacional de Tecnologia.

Iniciaram-se assim com Simões Lopes estudos racionais objetivando nossa industrialização. Com ele estabeleceu-se pela primeira vez em nosso país um estudo racional de nossas quedas d'água; criaram-se as bases para o estudo da in-

dustrialização de nossos minérios e — traço marcante e indelével de sua administração — desfizeram-se definitivamente as dúvidas sobre as possibilidades da utilização de nosso carvão mineral como agente de aquecimento e de redução, na indústria siderúrgica, sob a forma de combustível carbonizado. E pode-se afirmar que os estudos mandados realizar por Simões Lopes constituíram o fundamento do projeto da atual Usina Siderúrgica de Volta Redonda que vai resolver o magno problema de nossa siderurgia em grande escala com utilização de carvão nacional.

Dêsses estudos, realizados na Europa, foi encarregado o prof. Fleury da Rocha, da Escola de Minas de Ouro Preto, então subordinada ao Ministério da Agricultura e as conclusões a que levaram mostraram que o carvão nacional das diversas procedências era suscetível de benefício econômico, de molde a reduzir substancialmente seus teores em enxofre e cinzas; que os carvões das bacias então em exploração em Santa Catarina prestavam-se ao fabrico de coque metalúrgico; que a utilização desse coque no fabrico de guza pela redução de minérios de ferro ricos daria resultados comparáveis ou mesmo vantajosos aos do emprêgo de coques ricos com minérios pobres e que os carvões do Rio Grande, não coqueificantes, prestavam-se à redução de minérios de ferro por processos diretos.

Tais conclusões deram significação nova às nossas jazidas de carvão.

Apresentei-vos, assim, em linhas gerais os traços principais da ação do ministro Simões Lopes no setor da produção mineral. Fixou ela o início de uma fase nova, de grande desenvolvimento, nas atividades concernentes àquele ramo de nossa produção.

Na história dessas atividades em nosso país, sua administração ficou marcada com pedra branca.

Deu ao Serviço Geológico os engenheiros novos de que ele carecia, imprimiu-lhe orientação mais pragmática, sem prejuízo de suas pesquisas científicas que, ao contrário, foram incentivadas; estimulou e deu força ao entusiasmo moço de seu velho diretor; fez com que a experiência dos cientistas e técnicos antigos da casa pudesse ser aproveitada por numeroso elemento novo que

manteve até hoje suas honrosas tradições.

Por isso, no Departamento Nacional da Produção Mineral — inteligente e oportuna ampliação feita por Juarez Távora e Getúlio Vargas do Serviço Geológico de Gonzaga de Campos e Simões Lopes — nunca foi esquecida sua forte personalidade. Ela está tão ligada à nossa tradição e tão ligada a objetivos atuais nossos previstos e visados por sua clara percepção de estadista, que a sentimos sempre presente.

Assim acontece com aqueles que realmente souberam ser grandes: morrem porque morrer é uma contingência irremovível da vida, mas seus atos, seus exemplos, sua inteligência continuam

vivos, qual brilhante farol que, mesmo afastado, indica, nos fulgores de sua esteira luminosa, o caminho a seguir, o rumo certo a tomar.

Assim está acontecendo com Simões Lopes, cuja memória estamos cultuando hoje nesta devida homenagem de profundo respeito, larga admiração eterna saudade.

Quis o destino que confiasse o Governador, em feliz inspiração ao engenheiro Alves de Souza a coordenação e direção da equipe de engenheiros ilustres e operários abnegados que realizaram a obra ciclópica que nos envaidece e concorrerá decisivamente para o engrandecimento do Brasil.

Prêmio "Sociedade Nacional de Agricultura"

I — A este prêmio, constante de medalha de ouro, distribuída anualmente, poderão concorrer agrônomos e veterinários brasileiros (última turma) diplomados pelas nossas escolas oficiais ou reconhecidas:

- a) — classificados entre os três primeiros da sua turma;
- b) — sem nenhuma reprovação durante o curso;
- c) — que figurarem nas listas enviadas pelas respectivas Escolas até o dia 31 de março.

II — Para efeito do disposto no item anterior, alínea c, deverão as Escolas de Agronomia e as Escolas de Veterinária remeter, com os respectivos currículos, a lista dos três primeiros da última turma (diplomandos do ano anterior) que satisfaçam às exigências das alíneas a e b.

III — Os candidatos que satisfizerem as exigências do item I — alíneas a, b e c, deverão inscrever-se durante o mês de abril e remeter trabalho sobre

assunto anualmente fixado, à Secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura, até o dia 30 de junho, em três vias, com 30 a 40 páginas datilografadas tamanho almasso.

IV — As ilustrações serão consideradas fora do texto.

V — O julgamento será feito durante a segunda quinzena de julho, tendo-se em vista:

- a) — o currículo do candidato — peso um;
- b) — o valor do trabalho apresentado — peso três.

VI — Os trabalhos classificados terão a sua publicação assegurada no órgão oficial da Sociedade e em separata, da qual 100 exemplares serão fornecidos aos respectivos autores.

VII — A entrega dos prêmios — diploma e medalha de ouro — será feita em sessão solene realizada em setembro.

VIII — A Sociedade Nacional de Agricultura concederá aos premiados passagem e ajuda de custo para hospedagem, no caso de residirem fora desta Capital.

IX — Na hipótese do premiado ser casado, será fornecida passagem para o casal e na de se tratar de moça solteira será concedida passagem a um acompanhante.

X — Haverá duas Comissões Julgadoras, presididas por um Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura e integradas por três técnicos cada uma, sendo a primeira composta de três agrônomos, e a segunda de igual número de veterinários, dos quais um agrônomo indicado pela Sociedade Brasileira de Agronomia e um veterinário indicado pela Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária.

XI — O julgamento será feito isoladamente pelos membros da comissão julgadora:

- a) — em votos escritos e devidamente justificados, entregues ao Secretário Geral da Sociedade, em envelope fechado.
- b) — o Diretor da Sociedade, integrante da comissão, coordenará os resultados, em reunião sob a sua presidência, da qual será lavrada ata, por todos assinada.
- c) — em caso de empate, haverá reexame do trabalho, prorrogando-se a reunião pelo tempo que fôr julgado necessário.

XII — São os seguintes os temas de 1955:

AGRONOMIA — Monografia sobre o problema do trigo no Brasil.

VETERINÁRIA — Monografia sobre o problema da febre aftosa no Brasil.

AJUDA DE CUSTO — Cr\$ 5.000,00, além da passagem.

A LAVOURA

A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração :

General Justo, 171

Telefone : 42-2981

Caixa Postal : 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo :

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

Um amplo, objetivo e oportuno debate sobre os problemas rurais, pela própria classe rural

O que foi a III Conferência Rural Brasileira, realizada na Capital do Estado de S. Paulo, no período de 6 a 12 de Dezembro de 1954, a cargo da Federação das Associações Rurais de S. Paulo, e convocada pela Confederação Rural Brasileira.

*Especial para "A Lavoura", pelo Engenheiro-Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira, delegado de S. N. A. ao re-
ferido conclave.*

I — A SÉRIE DE CONFERÊNCIAS RURAIS PROMOVIDAS PELA CONFEDERAÇÃO RU- RAL BRASILEIRA.

A Confederação Rural Brasileira órgão máximo da classe organizada sob a égide do Decreto-lei 8.127, iniciou, em 1952, uma série de Conferências Rurais, que se realizam anualmente, através das quais, a classe rural analisa, sob todos os aspectos, os seus mais palpitantes problemas, e indica aos poderes públicos os mais acertados rumos para a solução dos problemas agrários, e, conseqüentemente, para o fortalecimento da economia nacional.

A primeira dessas reuniões realizou-se, em 1952, na própria capital do país.

A segunda, a cargo da FARP (Federação das Associações Rurais do Paraná), realizou-se, em 1953, em Curitiba.

A terceira, sobre a qual faremos uma sumária análise, realizou-se, no corrente ano, em S. Paulo, a cargo da FARESP (Federação das Associações Rurais de S. Paulo), no período de 6 a 12 de dezembro.

De acôrdo com a deliberação do plenário, a IV Conferência Rural Brasileira, a reunir-se em 1955, será no Estado do Ceará, e estará a cargo da FARC (Federação das Associações Rurais do Ceará).

Cada Conferência Rural Brasileira convocada pela CRB, é mais uma demonstração de vitalidade da classe rural, que, organizada, vem levantando a voz em defesa de seus legítimos interesses e, quiçá, da pujança e fortalecimento da economia do país.

II — ORGANIZAÇÃO DA III CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA.

COMISSÃO DE HONRA

Excelentíssimo Senhor
João Café Filho
Presidente da República

Excelentíssimo Senhor
Nereu Ramos
Presidente da Câmara dos Deputados

Excelentíssimo Senhor
Alexandre Marcondes Filho
Presidente do Senado

Excelentíssimo Senhor Ministro
José Linhares
Presidente do Supremo Tribunal Federal

Excelentíssimo Senhor Professor
Lucas Nogueira Garcez
Governador do Estado de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
José da Costa Porto
Ministro da Agricultura

Excelentíssimo Senhor
Eugenio Gudin
Ministro da Fazenda

Excelentíssimo Senhor Professor
Lucas Lopes
Ministro da Viação

Sua Eminência
Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta
Cardeal Arcebispo de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
Renato da Costa Lima
Secretário da Agricultura

Excelentíssimo Senhor
Vicente de Paula Lima
Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo

Excelentíssimo Senhor Desembargador
Manuel Gomes de Oliveira
Presidente do Tribunal de Justiça

Excelentíssimo Senhor General de Divisão
Olympio Falconieri da Cunha
Comandante da Zona Militar do Centro

Excelentíssimo Senhor Major Brigadeiro
Armando de Souza e Mello Ararigboia
Comandante da 4.^a Zona Aérea

Excelentíssimo Senhor General de Divisão
Stenio Caio de Albuquerque Lima
Comandante da 2.^a Região Militar

Excelentíssimo Senhor
Janio da Silva Quadros
Prefeito Municipal de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
William Salem
Presidente da Câmara Municipal de S. Paulo

Excelentíssimo Senhor
João Vasconcellos
Presidente da Confederação Nacional do Comércio

Excelentíssimo Senhor
Augusto Vianna
Presidente da Confederação Nacional da Indústria

Excelentíssimo Senhor
Luiz Roberto Vidigal
Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
Antônio Devisate
Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
João Di Pietro
Presidente da Associação Comercial de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Ilustríssimo Senhor
Guilherme de Almeida
Presidente da Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo

Ilustríssimo Senhor
Francelino Bastos França
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro

Ilustríssimo Senhor
Manoel Gomes Sobral
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Sergipe

Ilustríssimo Senhor
Clodoric Moreira
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina

Ilustríssimo Senhor
Pedro Olímpio Pires
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio Grande do Sul

Ilustríssimo Senhor
Antonio Coelho Malta
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio Grande do Norte

Ilustríssimo Senhor
Silvano Alves da Rocha Loures
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Paraná

Ilustríssimo Senhor
Lauro Borba
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Pernambuco

Ilustríssimo Senhor
Lauro Pires Xavier
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado da Paraíba

Ilustríssimo Senhor Deputado
José Reis Ferreira
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará

Ilustríssimo Senhor
Agenor Barbosa de Almeida
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Piauí

Ilustríssimo Senhor
Josaphat Macedo
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais

Ilustríssimo Senhor
Joaquim Camara Filho
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás

Ilustríssimo Senhor
Marcondes Souza Junior
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Espírito Santo

Ilustríssimo Senhor
Guilherme Telles Gouveia
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Ceará

Ilustríssimo Senhor
Armando Gomes de Araujo
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado da Bahia

Ilustríssimo Senhor
Mario Gomes de Barros
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Alagoas

COMISSÃO EXECUTIVA

DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Presidente:
Iris Meinberg

Vice-Presidentes:
Rubens Farrula
Silvio Echenique
Virgilio M. Tavora

Secretários:
João Maurício de Medeiros
Fortunato Guarita

Tesoureiros:

Alberto Ravache
Pedro A. de Cerqueira Lima

Diretores Técnicos:

Amaro Cavalcanti
Agostinho Monteiro
Gentil Nascimento
Hugo Cabral
Mario Penteado de Faria e Silva
Napoleão Fontenelle
Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Jeronimo Antonio Coimbra
Salvio Pacheco de Almeida Prado
Waldemar Rupp

Conselho Fiscal:

Adamastor Lima
Julio Ferreira da Silva
Rafael da Silva Xavier

Suplentes:

Arthur Tibau
Nelson Dantas Maciel
Soasyzo Vieira da Silva

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente:

Manoel Ferraz de Almeida
Presidente em exercício da FARESP

Vice-Presidente:

Luiz de Toledo Piza Sobrinho
Presidente da Sociedade Rural Brasileira

Secretário Geral:

José Cassiano Gomes dos Reis
Secretário Geral da FARESP

1.º Secretário:

Antonio Carlos Corrêa
Presidente da Associação Paulista de Avicultura

2.º Secretário:

Acacio Gomes
1.º Secretário da Sociedade Rural Brasileira

3.º Secretário:

Felipe Rodrigues de Siqueira Neto
1.º Secretário da FARESP

1.º Tesoureiro:

Euclides Teles Rudge
Tesoureiro da FARESP

2.º Tesoureiro:

Luiz Pontes Bueno
Tesoureiro da Sociedade Rural Brasileira

3.º Tesoureiro

Marcial Lourenço Serodio
Tesoureiro da Associação Paulista de Avicultura

Membros:

Caio da Silva Ramos
Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Bovinos de Raça Holandesa

Carlos Abranches Brotero
Presidente da Associação dos Criadores de Cavalo Manga Larga

Cyro Werneck de Souza e Silva

Presidente da União das Cooperativas do Estado de São Paulo

Fulvio Morganti

Presidente da Associação dos Usineiros de São Paulo

João de Moraes Barros

Presidente da Associação Paulista de Criadores de Bovinos

Laerte Ramos de Moura

Presidente da Sociedade Paulista de Agromomia

Quineu Corrêa

Presidente da Sociedade Paulista de Medicina e Veterinária

Renate Junqueira Netto

Presidente da Associação do Herd Bock Caracu

COMISSÃO SOCIAL

Durval Accioly

Presidente

Excelentíssimas senhoras:

Alkindar Monteiro Junqueira
Clovis Salles Santos
Cyro Werneck de Souza e Silva
Durval Accioly
Dario Ferreira Guarita
Euclides Telles Rudge
Felipe Rodrigues Siqueira Netto
Geraldo Martins Azevedo
Galileu Bicudo
Helio Sampaio
Helio Miranda
Helio Rubens Junqueira Caldas
Iris Meinberg
José Cassiano Gomes dos Reis
João Rodrigues da Cunha
José de Melo Moraes
José Pires de Almeida
Jarbas do Amaral Carvalho
João de Moraes Barros
Luiz Fortunato Moreira Ferreira
Lingard Miller Paiva
Luís Alvarenga
Luiz de Almeida Prado
Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Mario Penteado Faria e Silva
Raul Renato Cardoso de Mello
Rubens de Paula Eduardo
Sandoval Coimbra

SECRETARIA EXECUTIVA

Lahyr de Castro Cotti

Secretário Adj. Executivo

J. M. da Fonseca de Lima

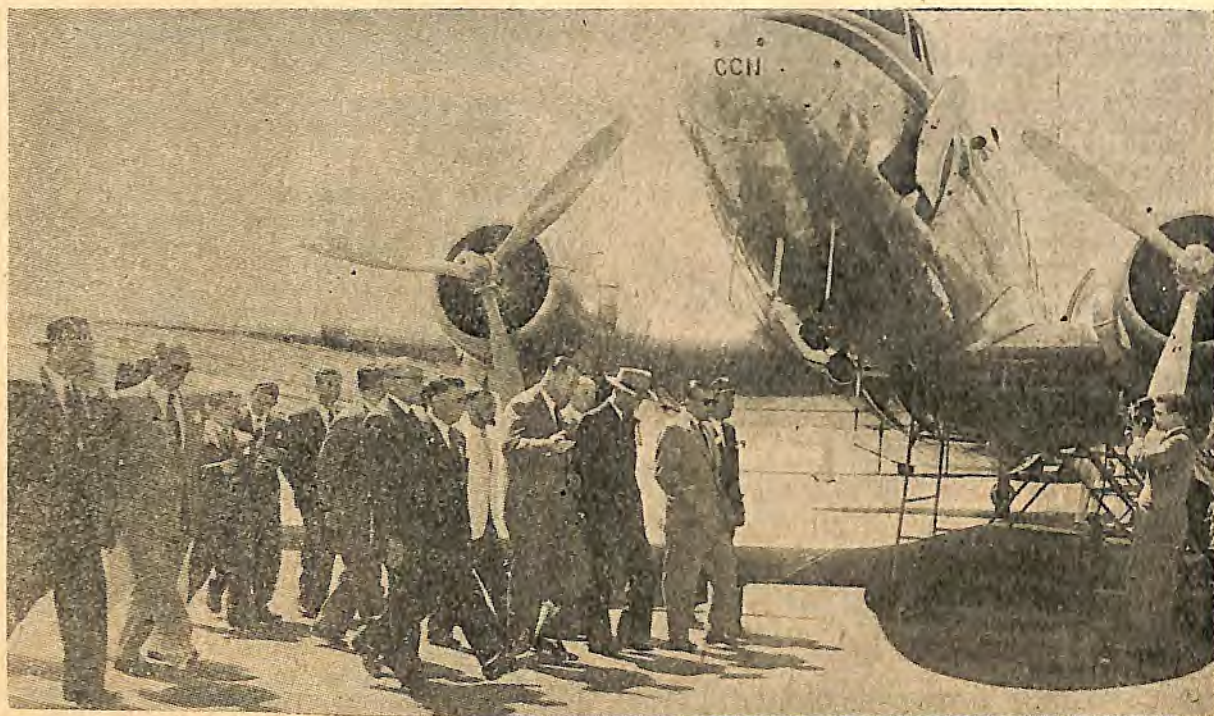
Chefe Ex. da Ass. Econômica

Francisco Xavier da Costa Aguiar Junior

Chefe Geral da Secretaria

Secretárias:

Adalgisa Iaconis
Aracy Gomes Leme
Dulce Bottrel



Aspecto da chegada a São Paulo do Sr. Costa Porto, ministro da Agricultura que foi à capital paulista especialmente para participar da III Conferência Rural Brasileira. No Aeroporto de Congonhas foi recebido por diretores da C.R.B. e da FARESP.

Eva Aurea Fukugava
Geralda Coimbra
Hortencia Iaconis Alvim
Meonezia Grandini Guimarães
Valderez D'Ambrosio Amoroso

Assistentes:

Ben-Hur Raposo
José Carlos Muniz de Brito
Sebastião Rocha de Medeiros

Auxiliares:

Celso Galvão Bresciani
Mauro da Graça Moraes
Moacyr Teixeira
Nelson Morilla
Sebastião Nieto

COMISSÕES ESPECIAIS

Comissão de Recepção:

Galileu Bicudo — Presidente
Clovis Salles Santos
Dario Ferreira Guarita
João Rodrigues da Cunha
José Perez de Oliveira
Levem Vampré
Lingard Miller Paiva
Luís Duarte Silva
Mario Penteado de Faria e Silva
Rafael de Moura Campos
Thomaz Alberto Whately

Comissão de Registro e Credenciais:

Luís Fortunato Moreira Ferreira — Presidente

Antônio Corrêa Meyer
Donato Mascarenhas
Flavio Lima Rodrigues
Jarbas do Amaral Carvalho
Luís de Almeida Prado
Luís Dias de Alvarenga
Paulo Henrique Meinberg
Raul Renato Cardozo de Melo Filho
Rubens de Paula Eduardo

Comissão das Delegações:

Alkindar Monteiro Junqueira — Presidente
Geraldo Martins de Azevedo
Humberto Pascale
Joaquim de Moura Coutinho
Manoel de Barros Ferraz
Otavio Ramos Nobrega
Renato Azzi
Renato Rezende Barboza
Sandoval Coimbra
Sebastião Simões de Carvalho

Comissão de Visitas e Excursões:

Hélio Rubens Junqueira Caldas — Presidente
Ademar Carvalho Gomes
Alvaro Guimarães Filho
Camilo Vanni
Dario Meirelles
Helio Miranda
Luís Emanuel Bianchi
Nicanor Camargo Neves
Otavio Teixeira Mendes
Plínio de Castro Prado
Salvio Pacheco Azevedo

III — PROGRAMA DA DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS, EXCURSÕES E VISITAS.

Foi o seguinte o programa da distribuição dos trabalhos, excursões e visitas no período de 6 a 12 de dezembro:

Sábado, dia 4

- 10,00 horas — Instalação da Secretaria Geral nos salões do Esplanada Hotel.
- 16,00 horas — Reunião da Comissão Organizadora.
- 17,00 horas — Reunião da Comissão Social.

Domingo, dia 5

- 8,00 às 20,00 horas — Recepção de integrantes, delegados à Conferência e expedição de credenciais.

Segunda-feira, dia 6

- 8,00 às 18,00 horas — Inscrições e entrega de credenciais.
- 15,00 horas — Sessão Preparatória Plenária no Esplanada Hotel.
- 18,00 horas — Coctail oferecido pela Comissão Social.
- 21,00 horas — Sessão inaugural no grande auditório do Teatro Cultura Artística.

Terça-feira, dia 7

- 9,00 horas — Reunião das Mesas de Discussão.
- 15,00 horas — Reunião das Mesas de Discussão.

Quarta-feira, dia 8

- 9,00 — Partida para visita às Usinas Elétricas de Piratininga e Cubatão. Após o almoço oferecido pela S. Paulo Light and Power Company Ltd., serão efetuadas visitas à refinaria de Cubatão e Oleoduto.
- 17,00 horas — Regresso a São Paulo.

Quinta-feira, dia 9

- 9,00 horas — Reunião das Mesas de Discussão.
- 20,00 horas — Reunião Plenária.
- 15,00 horas — Reunião Plenária.

Sexta-feira, dia 10

- 9,00 horas — Partida para a Granja São Martinho, em Campinas, onde será oferecido um cocktail aos visitantes. Após o almoço, visita ao Instituto Agrônomo, da Secretaria de Agricultura.
- 17,30 horas — Regresso a São Paulo.
- 20,30 horas — Reunião Plenária.

Sábado, dia 11

- 9,00 horas — Reunião das Mesas de Discussão.
- 15,00 horas — Reunião Plenária.
- 21,00 horas — Festa típica rural oferecida pela Comissão do IV Centenário, no Parque Ibirapuera.

Domingo, dia 12

- 9,00 horas — Missa na Catedral de São Paulo.
- 10,30 horas — Sessão de Encerramento.
- 15,00 horas — Recepção no Hipódromo da Cidade

Jardim, oferecido pelo Jockey Club.
22,00 horas — Banquete Oficial.

IV — REGIMENTO DA CONFERÊNCIA

Foi o seguinte o regimento elaborado para a III Conferência Rural Brasileira:

- 1.º A III CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA, reunir-se-á em São Paulo, de 6 a 12 de dezembro de 1954, obedecendo ao seguinte Regimento:
- 2.º O objetivo da Conferência é o estudo e a discussão dos seguintes assuntos, que passam a constituir-se a sua Agenda:

1.º GRUPO

- a) **Produção Agro-Pecuária:**
Técnicas da Produção Vegetal
Técnicas da Produção Animal
- b) **Extensão e Ensino:**
Assistência Técnica
Ensino Profissional
Experimentação e Pesquisas

2.º GRUPO

- a) **Suprimento de Bens de Produção:**
Adubos e Corretivos
Alimentos e Concentrados
Inseticidas e Fungicidas
Vacinas e Medicamentos
Maquinária
Águas e Irrigação
- b) **Serviços:**
Energia Elétrica
Combustíveis
Transporte
Armazenamento
Comercialização

3.º GRUPO

- a) **Política Monetária:**
Crédito Rural
Câmbio e Comércio Externo
- b) **Política Tributária**
- c) **Seguro Agrícola**

4.º GRUPO

Intervenção do Estado na Economia Rural:
Órgãos de Controle da Produção e dos Preços

5.º GRUPO

- a) **Estrutura Agrária:**
Distribuição da Propriedade
Arrendamento e Parceria
Reforma Agrária
- b) **Bem-Estar e Assistência Social:**
Serviço Social Rural
Código Rural
- c) **Associativismo e Cooperativismo**
Associações Rurais
Cooperativas

- 3.º) Serão membros participantes da Conferência, as Federações, as Associações filiadas e seus sócios, bem como as Associações e Cooperati-



Séde da III Conferência Rural Brasileira.

vas de Agricultores, que para esse fim se inscreverem junto à Comissão de Registro e Credenciais.

- 4.º) A Conferência terá tantas Mesas de Discussão, quantos forem os grupos de assuntos que compõem a Agenda.
- 5.º) As Mesas de Discussão serão constituídas de um Presidente, um Relator e cinco (5) membros, todos designados pela Comissão Executiva, atendendo-se, tanto quanto possível, às várias regiões em que se divide o país.
- 6.º) Nas Mesas de Discussão terão direito a voto somente os seus membros, sendo, entretanto, o debate franqueado a todos os membros participantes da Conferência.
- 7.º) A Comissão Organizadora cabe apresentar à Mesa da Conferência os Relatórios Regionais, elaborados com base na contribuição das Federações filiadas e que constituirão os documentos principais a serem debatidos pelas Mesas de Discussão.
- 8.º) As proposições avulsas encaminhadas pela Comissão Executiva, às Mesas de Discussão, serão submetidas ao exame destas, e as contribuições que trouxerem e forem aprovadas, serão incorporadas ao relatório do grupo respectivo, não sendo permitido o encaminhamento em separado.
- 9.º) As Mesas de Discussão serão encaminhadas cópias dos Relatórios Regionais, a fim de serem discutidos e elaborados os Relatórios de Grupo, bem como as proposições avulsas que tenham sido apresentadas à consideração da Conferência.
- 10.º) Examinados todos os documentos que lhe tenham sido distribuídos, preparará o Relator da Mesa de Discussão o Relatório, versando os assuntos do respectivo Grupo, que depois de aprovado, será encaminhado pelo Presidente à Comissão Executiva.
- 11.º) Recebidos pela Comissão Executiva os Relatórios de Grupo das Mesas de Discussão, serão estes submetidos a debate e deliberação do Plenário da Conferência.
- 12.º) As Sessões Plenárias serão constituídas de todos os participantes da Conferência, devidamente inscritos, e terão a duração de 4 (quatro) horas, prorrogáveis, a juízo do Plenário.
- 13.º) As votações em Sessão Plenária serão processadas na forma dos Estatutos da Confederação Rural Brasileira.
- 14.º) Cada participante da Conferência, poderá usar da palavra somente uma vez por prazo de 10 minutos, prorrogável até por igual tempo, a juízo do Plenário, para discussão dos Relatórios de Grupo ou Moções. O prazo para justificar questões de ordem ou encaminhar a votação será de 10 minutos, improrrogável.
- 15.º) A Comissão Executiva da Conferência, designará uma Comissão de Redação, composta dos Relatores das Mesas de Discussão, e um Presidente de sua escolha, a que incumbirá dar forma definitiva às suas deliberações.
- 16.º) Em sua última reunião plenária, será fixada a data e o local, e designada a Comissão Organizadora da IV Conferência Rural Brasileira.

V — A REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A Sociedade Nacional de Agricultura, que tanto se bateu pelo associativismo rural no país e que tanto trabalhou pelo Decreto-lei 8.127, tem comparecido sempre a todas as Conferências Rurais.

A sua representação à III Conferência Rural Brasileira foi a seguinte:

Presidente

Eng. Agrônomo Edgard Teixeira Leite
Vice-Presidente da S. N. A.

Delegados

Eng. Agrônomo Antonio de Arruda Camara
Vice-Presidente da S. N. A.

Dr. Luiz Marques Poliano
Secretário Geral da S. N. A.

Eng. Agrônomo Alberto Ravache
Diretor Técnico da S. N. A.

Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Diretor Técnico do S. N. A.

A delegação do S. N. A. atuou em todos os grupos de trabalhos da III Conferência Rural Brasileira, tendo sido distinguida com os seguintes cargos nos referidos grupos de trabalhos:

- a) Presidência do 3.º Grupo, que coube ao Dr. Edgar Teixeira Leite;
- b) Presidência do sub grupo B, do 1.º Grupo, que coube ao Prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- c) Relator do sub grupo C, do 5.º Grupo, que coube ao Dr. Antonio de Arruda Camara.

VI — CONTRIBUIÇÃO DA S. N. A.

A Sociedade Nacional de Agricultura contribuiu para a III Conferência Rural Brasileira, com um detalhado relatório sobre a "Agricultura no Distrito Federal", abordando todos os pontos do temário organizado pela Confederação Rural Brasileira, e uma tese de seu presidente, Prof. Arthur Torres Filho, sobre "Política Agrária".

VII — SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO

A sessão solene de instalação, realizada no dia 6/12/1954, às 21 horas, no Teatro de Cultura Artística, foi presidida pelo Governador do Estado, Prof. Lucas Nogueira Garcez, fazendo parte da mesa os srs. José da Costa Porto, ministro da Agricultura; senador Marcondes Filho, presidente do Senado; deputado Vicente de Paula Lima, presidente da Assembléia Legislativa do Estado; deputados federais e estaduais; secretários da Agricultura de Santa Catarina, Espírito Santo, Paraná, Distrito Federal, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, presidentes de entidades de classe e outras altas autoridades civis e militares.

O primeiro orador a falar foi o sr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, presidente em exercício da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo e presidente da Comissão promotora da Conferência, que pronunciou o seguinte discurso:

DISCURSO DO DR. MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA

"Sejam as minhas primeiras palavras nesta solenidade de instalação da III Conferência Rural

Brasileira de sincero agradecimento às autoridades e a todos quantos vieram colaborando para o êxito já assegurado desta realização, inquestionavelmente, de relevante sentido para os superiores interesses do país.

A nossa satisfação é indizível por podermos oferecer ao Brasil, ao ensejo das comemorações do IV Centenário do nosso grande São Paulo, a melhor das contribuições que os homens da agricultura, no cumprimento de um dever patriótico, lhe poderiam apresentar, tendo em vista o momento que vive a comunidade nacional.

Permito-me testemunhar ao ínclito governador Lucas Nogueira Garcez, denodada e superior do espírito da gente de São Paulo e ao honrado amigo ministro da Agricultura Costa Porto, meu leal e resolutivo companheiro comandante do movimento cooperativista a que pertencem de coração, o quanto estamos sensibilizados pelo apoio e pelo estímulo, senão mais pelo tratamento amigo, a nós dispensado sempre que, em razão de seus encargos de governo, foram solicitados a prestigiar a rea-

lização desta conferência, por todos os títulos a mais legítima e poderosa manifestação das forças da agro-pecuária brasileira até hoje realizada.

Da população do país, efetivamente, segundo o Censo de 1950, trinta e sete milhões constituem a sua força de trabalho, considerada economicamente ativa. E, desse total, cerca de dez milhões se ocupam nas lides rurais, dedicados à produção de alimentos e matérias primas e à manutenção do nosso intercâmbio, admitindo-se que dois milhões sejam proprietários e oito milhões trabalhadores que vivem, de uma ou de outra forma, de salário.

É para este exército anônimo (do interior e da nossa faixa costeira, que inspira e deve tutelar as conclusões desta grande reunião) que me proponho chamar a atenção de quantos agora me ouvem, sobretudo de meus companheiros da agricultura de todos os rincões do país, pois, ao aceitarmos a responsabilidade de orientar o movimento associativista no seio da comunidade rural, assumimos a indeclinável obrigação de promover,



Parte da assistência presente à sessão inaugural realizada no grande auditório do Teatro de Cultura Artística.

por todos os meios, a elevação do padrão de vida das populações do campo.

Contrários ao sentido paternalista que a demagogia e o carreirismo político têm pretendido instalar no país, sustentamos, com íntima convicção, que o exato conhecimento dos problemas humanos, no âmbito das relações sociais, não constitui monopólio de nenhuma tendência extrema em qualquer rumo político. Na verdade — reiterando a declaração que fizemos por ocasião da dignificante visita que recebemos dos estagiários da Escola Superior de Guerra, — simplesmente admitimos que não há bom regime capaz de fazer frutificar soluções erradas, assim como é verdade que as soluções acertadas e bem executadas dão satisfatórios resultados ainda quando os regimes não sejam perfeitos.

Nas mãos dos homens da agro-pecuária nacional, ao nosso ver, está o encaminhamento das soluções e, muitas vezes, estão as próprias soluções para a maior parte dos problemas relacionados com as condições de trabalho e com a elevação dos níveis existenciais no meio rural. Pela organização do trabalho na agro-pecuária, poderemos em grande parte atender às justas reclamações em face do rurícola e evoluir para uma sólida estrutura econômica do meio rural.

Nesse sentido, pedimos venia para dizê-lo, é magnífico o exemplo e a obra da nossa gloriosa F. A. R. E. S. P. É bem verdade que enquanto a conquista superficial do esforço da nossa organização se apresenta extensa, não lhe corresponde o avanço em profundidade. Mas, é natural que assim suceda. O estabelecimento do associativismo interessa, a princípio, uma pequena minoria mais capacitada para sentir, com espírito público, os problemas da coletividade. Admitimos que num primeiro e enérgico esforço, cumpre dominar indistigável dose de pessimismo, ou falta de confiança na ação coletiva. Compreendemos a descrença e a defrontamos sem amarguras, pela via firme e segura das realizações que alentam e dinamizam espíritos simples, afeitos à freqüente frustração de seus esforços, por obra dos contratempos da natureza e, muitas vezes, pelo mal maior da desídia dos governos.

Através das duas décadas em que temos participado do movimento ruralista no país, alicercamos a nossa convicção sobre os graves erros e a muita inconseqüência com que alguns têm agitado o problema da melhoria do nível de vida do homem do campo. Para um meio social sem qualquer organização, com insistência ouvimos falar até mesmo em reformas, sem que nos digam, com objetividade, o que se pretende reformar e qual o rumo dessa reforma. E, a exemplo de quanto tem podido a audácia de impatriótica demagogia política conhecida em outras terras, aqui também se ergue contra a mentalidade reacionária, que seria dominante entre os proprietários da classe rural, atribuindo-lhe a responsável pela miséria do rurícola e da própria desordem econômica em que se debate o país.

Sejamos bons brasileiros, amantes da verdade antes do que tutelados de dogmas políticos, muitos irremediavelmente superados. Para o nosso país reclamamos, antes e sobretudo, quanto efetivamente lhe falta no domínio da disciplinação e da estruturação da sua vida administrativa e econômica, em consonância com os recursos naturais e possibilidades da nossa gente e da aplicação ao nosso meio dos modernos métodos de produção.

Ainda há dias, numa exposição feita perante elementos dos mais responsáveis pelo setor agro-industrial paulista, afirmou o digno chefe de serviço federal que o rendimento da lavoura do milho no país é treze vezes menor, em comparação, com os resultados apresentados pela agricultura europeia. E que, igualmente, colhemos cinco vezes menos algodão, em confronto com a produção obtida em iguais áreas trabalhadas no velho Egito. Não há porque recebermos a afirmativa, em si mesma, senão como estimulante exemplo demonstrativo de quanto pode a técnica no domínio da produção. Outras conclusões, testemunhariam tão somente a realidade que expressa a verdadeira contingência do trabalho agrícola no país. Mas, convenhamos, apenas agora estamos saindo da agricultura predatória e cuidando da verdadeira agricultura, com a defesa e a recuperação do solo, com o emprego de fertilizantes e dos métodos de cultura que garantem o melhor rendimento na produção. Ao nosso rurícola, parece-nos, ainda não podemos pedir quanto está em condições de dar o agricultor de terras onde há milênios se faz lavoura e se cuida do amanho da terra.

Aliás, o mesmo eminente técnico, em outra referência acidental no decurso de sua brilhante exposição, aludindo o sintomático aspecto da economia de nosso meio, informou que o Amazonas, até esta data, continua importando arroz do Rio Grande do Sul, embora nas suas planícies se possa semear e colher o produto com um rendimento três vezes superior ao obtido na lavoura deste último Estado; e, mais, que o Amazonas, no momento, está importante feijão da vizinha República do Peru.

A propósito, à guiza de comentário meramente informativo, seja-nos permitido dizer, colocando à parte as distâncias geográficas e a precariedade dos meios de transporte ao alcance da produção nacional que, neste mesmo instante, quando as colheitas peruanas atendem às necessidades do consumidor amazônico, exatamente nas fronteiras de São Paulo, junto às duas maiores Capitais do país, por falta de oferta no interior, tem o produtor norte-paranaense vendido a saca de feijão a trinta cruzeiros e a de milho a vinte e cinco cruzeiros.

Permitimo-nos dizer, com franqueza e lealdade, diante do conhecimento direto que temos das condições do trabalho em todo o território brasileiro que o nosso rurícola, tanto o proprietário como o parceiro, o meeiro ou o colono, nada o têm recebido e, portanto, nada devem aos pro-homens, que academicamente preferem traçar rumo a uma nova e específica organização do meio rural, que inteiramente desconhecem.

A realidade, no domínio da nossa agricultura, está mais nos resultados dos levantamentos efetuados pela Comissão Nacional de Política Agrária, onde um inquérito, abrangendo 87% dos municípios brasileiros, tendo em vista um mínimo de condições indispensáveis ao conforto da habitação, positivou que 64% da população rural do país é efetivamente pobre, porque mora em condições terrivelmente inferiores às estabelecidas para um mínimo admissível de um ponto de vista humano.

É diante das reais contingências do nosso trabalho agrícola, por ter ciência certa do verdadeiro pensamento dos homens que labutam na agro-pecuária nacional, que, na qualidade de eventual dirigente de um setor do movimento associativista do país, me permite afirmar, como o tenho feito sempre, que a agricultura brasileira não carece.

nem comporta soluções radicais e violentas, propostas por aqueles que querem salvar o país à custa do sacrifício dos homens da produção. Antes de uma "reforma agrária violenta, com dor", atenemos para as necessidades do verdadeiro proletariado e, particularmente, do operário rural, sempre ignorado, e que, através da história econômica da nossa terra, tem respondido quase sozinho pela manutenção e pelo progresso da própria economia nacional.

Em lugar de certas iniciativas e planificações, fruto do manobrismo útil ao jogo de quantos pretendem subsistir nas posições de mando, para o bem do Brasil, para a continuidade da nossa família, pelo futuro de nossos filhos e para a segurança de nós mesmos, — brasileiros do interior e brasileiros das metrópoles urbanas, — unidos, coesos, cumparamos antes aquilo que preceitua o estatuto básico da República: reconheçamos e asseguremos a todos os que trabalham os mesmos direitos e a mesma proteção devida ao homem que produz, sem tratamentos discriminatórios, tais como os predominantes nesta triste época de imediatismo, de carreirismo e de sede de lucros e vantagens pessoais.

Excelentíssimas autoridades e meus companheiros das lides do associativismo rural: na qualidade de Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, promotora da III Conferência Rural Brasileira e como Presidente da Comissão Promotora de tão nobre iniciativa, cumpro o dever de, mais uma vez, formular agradecimentos pela honrosa deferência das Federações co-irmãs que permitiram à entidade líder do nosso movimento convocar e fazer realizar em São Paulo esta magna conferência de cujos resultados toda a comunhão nacional tem o direito de esperar resoluções capazes de levar o nosso país a abandonar a política de escassez na qual se debate, no rumo da prosperidade, baseada na execução de uma nova política firme, segura e resoluta, que venha redimir a economia brasileira.

Nesta conferência, a grande e a pequena agricultura, numa feliz imagem do Brasil, em razão da sua estruturação administrativa, formam um só corpo coeso e indestrutível. A Presidência da Confederação Rural Brasileira, onde está esse mineiro, que costumamos qualificar de excelente paulista, Iris Meinberg, íntegro e valoroso comandante da causa ruralista, com muito júbilo e plena confiança entregou o encargo de dirigir e equacionar as deliberações que democraticamente, brasileiroamente, devemos adotar e votar, pelo bem-estar e felicidade da nossa terra e da nossa gente, em defesa do porvir da nacionalidade."

DISCURSO DO DEPUTADO IRIS MEINBERG

Falou depois o deputado Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira, que em nome dessa entidade, assim se expressou:

"Irmanados pelo mesmo ideal e identificados pelo mesmo sentimento, reúnem-se nesta cidade de São Paulo, vindos de todos os recantos da terra brasileira, os seus agricultores para, no ano em que se comemora o IV Centenário da cidade que mais cresce no mundo, discutir assuntos comuns e analisar os problemas da agro-pecuária nacional.

Feliz coincidência esta, pois foi deste mesmo local, de onde partiram as bandeiras em busca do sertão, procurando na ampliação e na consolidação política do território brasileiro a unidade nacional

em todos os seus aspectos, seja ele geográfico, étnico ou cultural.

Este passado de lutas pela unidade de nossa terra, de que São Paulo é uma das mais legítimas expressões, se projeta outra vez no cenário nacional neste instante por meio do movimento associativista rural, que hoje empolga o país e simboliza a herança nascida da união e da identificação de pensamento e de amor à terra pátria.

Em verdade, um país como o nosso, em que mais de sessenta por cento de sua população é ruralista, a qual, por isso mesmo, cobre todo o seu território e serve à pátria em todas as latitudes o movimento que promoveu a aglutinação dos agrários em associações rurais pode ser considerado como a mais alta forma presente de consolidar a unidade nacional. Só um movimento desta natureza, onde os homens se irmanam desde logo pelo mesmo amor ao solo e pelo mesmo carinho ao seu cultivo, teria o condão de reunir homens do Norte a homens do Sul, homens do Centro a homens de todos os quadrantes do nosso território, para, num conclave que se inaugura tão festivamente como esta III Conferência, trazerem um depoimento de suas necessidades, de suas capacidades, de suas possibilidades e do esforço próprio que realizam em prol da grandeza nacional e, num retrato tanto quanto possível perfeito das condições regionais de vida e trabalho da agricultura nacional, focalizarem todos os problemas agrícolas brasileiros e aventarem todas as soluções consentâneas com a premência da atual conjuntura.

Este é, na realidade, o sentido e III Conferência Rural Brasileira que hoje instalamos e cujos resultados certamente trarão algumas das contribuições esperadas por todos aqueles que colaboram para o desenvolvimento econômico e social de nossa terra.

Não vamos firmar novos princípios ou novas doutrinas, o que as Conferências anteriores já o fizeram. Vamos retratar, em pinceladas firmes, a verdadeira situação agrícola do país, as condições de vida do rurícola, os problemas que o afligem e perturbam e, pôsto isto, mostrar, através de nossa própria experiência e de nossa própria convicção, quais as providências que os poderes públicos devem tomar para suprir as nossas deficiências e nos possibilitar os meios e os recursos indispensáveis para que continuemos a contribuir, como fizemos até agora, anonimamente, para a grandeza, o progresso e o bem-estar da terra brasileira.

O associativismo rural, no Brasil, é ainda incipiente e, se existe e vive, o faz mais em termos daqueles idealistas cujo esforço e tenacidade, cuja fé e confiança permitiram e possibilitaram que, em cada unidade municipal, nascesse e se desenvolvesse uma associação resultante da congregação de ideais e de trabalho de cada rurícola deste núcleo e pela mesma identidade do homem com a agricultura de outras unidades municipais, se transferisse para o Estado e deste, finalmente, para a esfera nacional.

Em que pesem os empecilhos de ordem histórica e social de formação da nacionalidade brasileira, onde, por força de contingências de distância e de auto-suficiência, o agricultor foi sempre um individualista e um imediatista e, antes mesmo que o Estado como propulsor de iniciativas de cunho social, se interessasse pelo problema e arregimentação dos homens de mesmo tipo de vida e de trabalho, já os agricultores brasileiros, na iniciativa dos seus elementos mais representativos, sentiram desde logo a necessidade da organização

da classe. Tanto assim é que em 1832 fundava-se na Bahia a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria, logo seguida, em 1870, pela fundação da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, entidade ainda existente e que pode ser considerada a verdadeira precursora do movimento associativista rural no Brasil.

Tais movimentos, nitidamente regionais, tiveram, em 1897, pela fundação, em 16 de janeiro, da Sociedade Nacional de Agricultura, um sentido nitidamente nacional, pois tal entidade, além de representativa da classe, substituiu o próprio Ministério da Agricultura, extinto à proclamação da República.

Muitos fatos da vida agrícola nacional, inclusive a fundação do atual Ministério da Agricultura, estão intimamente ligados à vida dessa tradicional Sociedade, que exerceu funções tipicamente de Secretarias de Estado. Os movimentos de arregimentação da classe, de sentido regional e que, por força da própria estrutura do país, se concentraram na tradicional entidade de classe retornaram, a partir de 1940, às suas origens com o advento de Associações Rurais autônomas, que expressavam, no anseio de seus componentes, os interesses peculiaríssimos das várias regiões geoeconômicas do país. Distanciadas, pelo imperativo geográfico, identificavam-se elas, entretanto, pelos mesmos anseios que geraram a unidade nacional, o amor à terra brasileira e o interesse a todos os seus problemas em conjunto.

Coube a Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, líder ruralista de escol, sentir de perto o novo impulso conquistado pelo movimento associativista rural entre nós. A sua esclarecida ação se deve a promulgação da primeira lei que estruturando a representação de nossa agricultura, com base em organização federativa, instituiu o sadio princípio da autonomia das associações municipais, as quais culminam na Confederação Rural, como órgão de convergência das atividades associativistas municipais e estaduais.

É de se louvar ainda a ação governamental de Rodrigues Alves, que, em janeiro de 1903, instituiu os sindicatos rurais, bem como a legislação de sentido evidentemente renovador da vida social brasileira, que em 1932 fixou entre nós o verdadeiro cooperativismo, possibilitando, assim, um e outro na complementação da ação política e da ação econômica, a arregimentação da classe agrícola do país.

A força deste movimento espontâneo, que propulsa as Associações a que nos referimos e tão bem percebida por Torres Filho, pode ser aquilataada pelos seguintes números: em 1946, existiam, registradas no Ministério da Agricultura, 213 Associações Rurais com 38.288 associados, e, em 1954, 1.040 Associações Rurais com 142.782 agricultores associados.

Se voltarmos nossas vistas ao âmbito estadual, é motivo de satisfação constatar que também em São Paulo, que hoje nos recebe e nos hospeda tão bem como o sabe fazer o paulista, dentro da hospitalidade brasileira, também os agricultores participaram dos primórdios desse movimento e, com as mesmas tendências, iniciaram a sua arregimentação através da tradicional Sociedade Rural Brasileira, que tantos e tão bons serviços tem prestado à agricultura nacional.

No âmbito municipal, o movimento associativista rural se destacou inicialmente em São Paulo, através da arregimentação dos pecuaristas,

com a Associação dos Pecuaristas de Barretos à frente do movimento associativista rural do Estado, sendo de se notar que esta Associação é a origem da Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central, precursora da atual Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, a F. A. R. E. S. P.

Digno de nota, e o que não poderíamos deixar de registrar, é de que a primeira Federação das Associações Rurais no Brasil nasceu no Rio Grande do Sul e, pode-se dizer, a sua estrutura constituiu um modelo da atual organização associativista brasileira.

O caráter nacional do associativismo rural se constituiu, portanto, pelos movimentos independentes no norte no centro e no sul do país sendo de se observar que as referências aqui feitas não têm apenas um sentido de relato histórico e se destinam, exclusivamente, a evidenciar o caráter unitário desta III Conferência Rural Brasileira, onde se representam os antigos, os tradicionais e os novos membros da família rural brasileira de todas as nossas regiões.

As finalidades deste movimento associativista aglutinante do ruralista brasileiro, não visa somente à defesa imediata do agricultor, nem tão pouco à procura de solução para os seus interesses diretos, embora tais questões não possam ser relegadas a segundo plano, porque constituem etapa inicial a vencer para o equacionamento de grande número de problemas de ordem geral. Assim é que o levantamento do nível técnico-cultural do agricultor, a integração completa do rurícola num padrão mais elevado da civilização brasileira, o aumento de sua capacidade produtora para o crescimento da riqueza nacional, são objetivos diretos, embora aparentemente remotos no movimento associativista rural e, no Brasil, paralela e concomitantemente, darão as Associações Rurais dentro da unidade de sentimento que as inspirou na sua formação, maior consciência da nacionalidade aos agricultores e, conseqüentemente, os levará à defesa do patrimônio básico nacional que se representa no próprio solo brasileiro.

Uma das principais etapas, senão a principal, para a consecussão dos ideais do nosso movimento, é a formação de líderes, o que deve ser a preocupação de toda a agricultura nacional e, em especial, daqueles que eventualmente detêm, no presente momento, as responsabilidades da direção da classe rural brasileira. A eles caberá, neste movimento, a ação aglutinante, a ação organizadora e a ação orientadora.

É preciso, pois, que esses valores ainda desconhecidos sejam trazidos para exercer, nos seus municípios ou nos seus núcleos, a missão que lhes está destinada em prol do associativismo rural brasileiro e, ao mesmo tempo, para liderar a gente brasileira num dos setores mais importantes de suas atividades.

Esta III Conferência Rural se diferencia das anteriores, realizadas em 1952 no Distrito Federal e em 1953 em Curitiba. A sua atuação não se cingirá à definição de doutrinas e à afirmação de princípios pela classe, e sim à obtenção, como resultado do trabalho dos seus componentes, da caracterização dos problemas regionais e nacionais da agricultura, de modo a se fixar com a maior precisão possível, as soluções que estejam ao alcance da classe organizada, deixando exclusivamente ao poder público aquelas que transcendem da sua capacidade de ação, exigindo uma atuação política orientada dentro do movimento harmôni-

co das forças econômicas brasileiras. A classe agrícola brasileira, já organizada, tem capacidade para o encaminhamento e a solução dos seus próprios problemas. Como exemplo de questões, cuja solução podemos obter de modo adequado, é de se mencionar a organização capilar do crédito em forma cooperativa, a solução de várias dificuldades ligadas à distribuição da produção agrícola, também em forma cooperativa, e a formação de um Serviço Social a fim de levar aos trabalhadores rurais a assistência de que necessitam, assistência essa que não pode nem deve ter caráter paternalista.

Cumpré, assim, a essa III Conferência, no delineamento do retrato agrícola do Brasil, não só a fixação dos seus problemas como a apresentação de suas soluções, que podem e devem ser encaminhadas pela própria classe, cabendo ao poder público vir em sua ajuda, quando ela for impotente ou inoperante, jamais, entretanto, como tem ocorrido até o presente desestimulando-a e tornando-a descrente de si mesma.

Cumpré-nos, finalmente, como presidente da Confederação Rural Brasileira, trazer os nossos mais sinceros agradecimentos a S. Exa. o sr. Professor Lucas Nogueira Garcez, governador do Estado de São Paulo, pela colaboração preciosa que prestou à esta reunião, colaboração que não se cingiu ao apoio moral, mas que foi além, pela ajuda material prestada à III Conferência; também as nossas homenagens e os nossos agradecimentos ao governo federal, neste ato representado pelo Sr. Ministro da Agricultura, que não só a prestígia com sua presença, como, mais do que isso, convocou e mobilizou todos os Secretários de Agricultura dos Estados, para, de pronto, sentirem

os problemas e as questões que se vão aqui levantar pela classe e poder, assim, também de pronto, encaminhar suas soluções aos quadros do poder executivo ou encaminhando-as à alçada do Legislativo; aos senhores parlamentares que, na sua árdua missão de legislar, expressam o sentir do povo brasileiro na elaboração de leis, além do nosso respeito e da nossa simpatia, os nossos agradecimentos; aos srs. Secretários de Estado, aos meus prezados amigos Presidentes das Associações Rurais e das Federações, a todos aqueles que, como a imprensa e o rádio, nos dão a sua valiosa colaboração para o sucesso desta reunião, a palavra de agradecimento da Confederação Rural Brasileira, que é, em suma, o penhor da gratidão de toda a agricultura, no seu esforço anônimo de erguer economicamente a nossa nacionalidade."

SAUDAÇÃO DAS DELEGAÇÕES DOS ESTADOS

O orador seguinte foi o dr. Francelino Bastos França, presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro que, interpretando o sentimento dos delegados presentes à III Conferência Rural Brasileira, proferiu a seguinte oração:

"Tivemos a honra de ser escolhidos para, em nome das delegações dos Estados, que compõem a III Conferência Rural Brasileira, saudar a magnífica expressão do valor e da pujança associativa no ruralismo brasileiro, que é a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, organizadora deste conclave, e de agradecer a fidalga recepção que nos prodigalizou a F. A. R. E. S. P ao chegarmos a este majestoso planalto de Piratiníngá, onde, há 400 anos, os jesuítas lançaram as

SNR. CRIADOR:

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

VACINAS MANGUINHOS

- contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)
- anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)
- contra a pneumo-enterite dos bezerros
- contra a pneumo-enterite dos porcos

PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO

bases da valorosa comunidade paulistana para glória da nossa nacionalidade.

Por certo, escolhendo-nos para tão grata e honrosa incumbência, quiseram os nossos prezados companheiros dos demais Estados distinguir, mais do que a nós, a velha e gloriosa Província Fluminense, de onde se exproiou, através do vale do Paraíba, a grande agricultura nacional, que tem como símbolo de sua grandeza a lavoura cafeeira, que São Paulo desenvolveu e engrandeceu para torná-la, finalmente, o elemento básico da economia nacional.

Esta saudação, queremos dirigi-la aos prestigiosos líderes Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira; Manoel Carlos Ferraz de Almeida, presidente da F. A. R. E. S. P.; e Luiz de Toledo Piza Sobrinho, presidente da Sociedade Rural Brasileira, impedidos que estamos de citar a todos os demais dirigentes do ruralismo paulista, tantos são a valorizar e a dar prestígio à classe rural deste Estado.

Realmente, seria imperdoável, não saudar a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo em nome das delegações visitantes e em particular da delegação fluminense, que chefiaremos, deixássemos de reverenciar, também o ilustre diretor da Sociedade Rural Brasileira, que tantos serviços tem prestado à agricultura nacional.

A F. A. R. E. S. P. e a Sociedade Rural Brasileira, irmanadas, constituem uma força invencível dentro do quadro do associativismo pátrio.

Neste ambiente de trabalho e de brasilidade, nós, das delegações visitantes, aqui estamos, plenos de entusiasmo, para debater as questões agrícolas fundamentais dos nossos Estados.

Estamos certos de que, ao fim de nossa tarefa, poderemos apresentar ao País um relatório fiel de nossas atividades agro-pecuárias e de nossas necessidades mais prementes, colaborando, decerto, para o soerguimento da Nação.

Se é certo que a industrialização do Brasil é um imperativo para a sua libertação econômica no concerto das nações, evidentemente, sem o desenvolvimento paralelo da agricultura e da pecuária, jamais poderemos colocar este País entre as grandes nações do mundo.

São Paulo realiza, dentro de suas fronteiras, o que o Brasil precisa praticar em toda a sua extensão territorial. A sua indústria não aniquilou as atividades agro-pecuárias, servindo-as e delas se fortalecendo.

É com ufania que saudamos os ruralistas de São Paulo em nome das delegações visitantes, esperando que a técnica e os capitais paulistas levem a todo o País o influxo do seu ímpeto criador de riqueza e de civilização."

SOLIDARIEDADE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO

O dr. João Vasconcelos, presidente da Confederação Nacional do Comércio, manifestando a solidariedade da classe que representa aos agricultores ora reunidos em São Paulo, pronunciou o discurso que vai a seguir:

"O Comércio Brasileiro vos envia, por intermédio do Presidente da Confederação Nacional do Comércio, sua palavra de adesão e de estímulo aos trabalhos desta III Conferência Rural Brasileira, que ora se instala.

Honro-me em ser o portador da nobre mensagem. O mandato me restitui aos Idos de 1935,

quando me coube, em circunstâncias análogas, falar aos homens das atividades rurais aqui reunidos no I Congresso Nacional Algodoeiro.

Encontro-vos, hoje como há 20 anos, reunidos para o estudo e o debate de importantes temas, que preocupam vossas atividades. A eles vos dedicais movidos antes pelos aspectos relacionados ao interesse público do que às vossas conveniências pessoais. E esta vem sendo diretriz característica dos movimentos coletivos das entidades rurais nos últimos lustros em nosso país em perfeita sintonia com as do comércio e da indústria.

Temo-nos movido continuamente em clima de inquietação. As crises por que tem passado o mundo de modo especial no após-guerra não pouparam nosso país, atingindo-o em período de transição, agravado pelas condições precárias, de uma economia frágil. Suas consequências afetaram todas as camadas da população, cujos sofrimentos têm acumulado máguas e decepções, até agora silenciosas, mas perfeitamente assinaladas pelos sismógrafos vigilantes das classes produtoras.

De longa data vimos apontando aos homens de governo e à opinião pública o lado do horizonte onde víamos amontoarem-se as nuvens ameaçadoras, que hoje pesam sobre nós. Infatigavelmente chamamos a atenção do país para a debilidade econômica da nossa terra como razão principal da pobreza em que vivemos, e para os perigos decorrentes para o nosso futuro de nação soberana.

Num "leit-motiv" invariável, apelamos para a adoção de uma política econômica como base de solução dos problemas nacionais. E o Primeiro Congresso Brasileiro de Economia em 1943, a Conferência de Rye em 1944, a de Teresópolis em 1945, a de Araxá em 1949, condensaram em recomendações públicas as soluções que o bom senso, o conhecimento e o patriotismo dos homens de empresa ofereciam para os males econômicos e sociais do Brasil.

Mas, por vibrantes e expressivos que tenham sido esses pronunciamentos, dirigidos a todos os detentores de uma parcela de autoridade e de capacidade nos quadros da vida nacional, parecemos que não tiveram ressonância.

A eles têm sido insensíveis os líderes desta geração, hesitantes em face de acontecimentos cruciais a exigirem de sua inteligência e de seu patriotismo os maiores cuidados.

Precisamente quando se comemoram glórias passadas e se evocam os serviços de Rui e de Murinho, não se decidem os próprios casos que, em outros tempos, fizeram a sua glória.

Quanta humildade nos inspira a rememoração daqueles grandes brasileiros. Eles fizeram tanto, com tão precários meios, enquanto nós, dispendo de uma oficina tecnicamente mais aparelhada e de recursos materiais mais abundantes, retardamos o passo do progresso por eles acelerado.

Viveu o Brasil, nestes anos, instantes pirandellianos. Como no "Henrique IV" os personagens se movem com roupagens e idéias de tempos mortos, e de tal modo se integram nos seus papéis, que terminam convencidos de que realmente existem, sem relação de tempo e de espaço com a verdade.

Para essa realidade até agora só tem tido olhos a vigilância dos que movem as fábricas, revolvem as terras, nutrem, agasalham e abastecem o povo. São os lavradores, os artesãos e os mercadores que se dispõem a sacudir e despertar a consciência

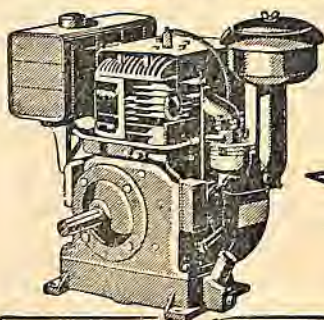
PARA O CAMPO, MOTORES:

BRIGGS & STRATTON

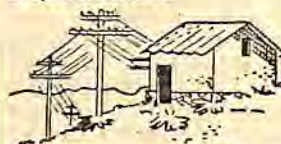
a fonte de potência preferida em todo o mundo!

DE 1 a 8 HP

a gasolina, para fins industriais e acionamento de Geradores, Bombas, e máquinas agrícolas.



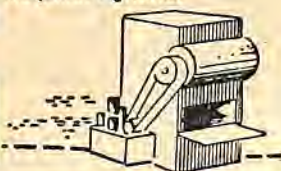
Grupos Geradores



Bombeamento



Máquinas Agrícolas



Borghoff S.A.

RIO DE JANEIRO

Rua Riachuelo, 243

SÃO PAULO

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 63

Voga Publicidade

nacional, apontando-lhe o desencontro em que andam os problemas fundamentais do Brasil e aqueles que foram designados para resolvê-los.

Impõe-se urgentemente, como necessidade imperiosa, restabelecer certas noções, em outros tempos correntias, de que os delegados da opinião pública precisam inspirar confiança, sentir as aspirações coletivas e sejam capazes de lhes dar a mais conveniente e completa satisfação.

Pela isenção de suas atitudes coletivas, pela parte que tomam no engrandecimento nacional, pelo que concorrem materialmente para o sustento do arcabouço do Estado, têm plena autoridade os homens de empresa de fazer ouvir suas críticas. As reivindicações que sustentam, não são a favor dos seus interesses mas para o bem do Brasil.

Não é do seu feitio apoiar decisões em fórmulas vagas traduzindo critérios subjetivos. Usam escudá-las em fatos e preceitos objetivos, em que se vaporizam as falsas competências e se prova a real capacidade de direção.

Os homens da produção sabem precisamente o que consideram como política econômica necessária ao país. E sentem a vocação para um clima de liberdade de iniciativa de engrandecimento nacional e de justiça social. Isso, já o provaram e formularam especificamente.

Eles desejam e pleiteiam uma política de realizações e de aproveitamento dos recursos da terra. Como sentem em primeira mão o contato das nossas deficiências, conhecem de experiência própria os obstáculos à marcha para a melhoria básica das nossas forças.

Sabem os homens de empresa que nos faltam capitais, traduzidos em aparelhagem, e experiência, representada em organização e técnica. Por isso mesmo, toca-os profundamente a indiferença até pouco demonstrada pelos responsáveis, pela conquista indispensável desses fatores essenciais. Essa indiferença, ou descaso, são oriundos de uma concepção defeituosa da crise de renovação de estrutura, ora abalando o mundo, e a cujo desfêcho nos devemos antecipar, se não quisermos regredir.

Se não conseguirmos modificar a estrutura de produtor primário do Brasil, através de medidas internas e de cooperação internacional, não obteremos senão parcela minguada na repartição mundial dos proveitos da produtividade, trazidos pelo progresso técnico acelerado, e pelo crescente poder econômico dos países centrais.

Precisamos reformar os processos e apurar o rendimento da nossa produção agrícola e industrial. Para tanto, precisamos de capitais, que são a energia acumulada capaz de desencadear as outras energias adormecidas.

A riqueza nacional cresce à medida do aumento e do aperfeiçoamento de aparelhagem produtiva. Esse, o capital de que carecemos. Para isso, necessitamos elevar o nível das exportações, e fazê-las a preços verdadeiramente remuneradores. De nada valeria extrairmos matérias primas e gêneros de alimentação, que são parte do nosso próprio solo e representam mais de 90% do que fornecemos ao mundo, senão para recebermos em troca as máquinas e matérias primas essenciais, meios de transporte e de produção de energia, imprescindíveis.

veis à melhoria dessa mesma remuneração e à conquista de maior parcela nas trocas internacionais.

Mas tem se criado estranha mentalidade, em que a formação dos capitais brasileiros é tida como inimiga do próprio Brasil.

O enriquecimento individual, fonte do enriquecimento coletivo, tem sido visto aqui como algo de extra-legal, que convém perseguir, evitar e dificultar. O que se tem querido adotar para melhor modelo é a sociedade sem capitais privados, onde o Estado concentra, além do poder político, todo o poder econômico. O que se tem pretendido praticar, é a distribuição de salários nominais, na ilusão de que se distribui riqueza.

A palavra de ordem em vários setores se faz ouvir contra a concentração da riqueza contra o poder econômico nas mãos dos brasileiros, contra a liberdade de iniciativa e de remunerar cada um pelo seu valor e pelo seu esforço.

Enchem-se nossos legisladores de complexos coloniais em face dos capitais vindos de fora. E dentro do país persegue-se por todos os modos a concentração do capital nacional, contra o qual não têm faltado ensaios de combate e de opressão.

Temos somado — comércio, indústria e agropecuária, — nossas apreensões em face dessa realidade, formulando perante os poderes públicos, não só em congressos e conferências do tipo da que ora se instala, como através de nossos delegados junto aos conselhos do governo e da administração, nossas advertências, nossos conselhos, nossas apreensões.

Não possui outro seentido a presente reunião das classes rurais, em torno de tão momentosos temas, com os que constituem o sumário de seus trabalhos.

Em nome da classe que tenho a honra de representar, trago-vos os melhores votos pelo êxito completo deste empreendimento. Que os pronunciamentos e diretrizes daqui resultantes possam contribuir para iluminar o caminho dos responsáveis pelos rumos dos destinos do país.

Estavos vivendo instante decisivo em que, ou nos integramos na realidade do momento e passamos a agir de acordo com o bom senso, alicerçados em sólidas bases econômicas e políticas a prosperidade do país, — ou ficaremos perdidos no espaço interplanetário das fórmulas, tangidos à mercê de todos os ventos.

Aos homens da produção restará, ao menos, a serena certeza de que cumpriram integralmente seu dever para consigo mesmos e para com o país, advertindo, alertando e aconselhando em tempo, como ora o fareis com tanto brilho e elevação, nesta III Conferência Rural Brasileira."

DISCURSO PRONUNCIADO PELO GOVERNADOR LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, NA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

Mais uma vez, como de tantas outras no passado, é da lavoura que nos vem, nesta hora de graves preocupações econômicas para o País, o exemplo da atitude a assumir pela Nação. Fontes de inspiração para todos nós são o programa elaborado para esta Conferência e o estado de espoliorado para um tempo de serenidade e decisão, com que se preparam para debater-lo os líderes de tão fundamental setor de economia brasileira.

O que em primeiro lugar impressiona os estrangeiros que nos visitam é a grandeza territo-

rial do Brasil. É o que a nós mesmos nos enche também continuamente de espanto. Mas é com outro espírito que contemplamos o infinito desdobramento das paisagens sobre as quais se enraizou esta jovem e pujante nacionalidade. Nestas terras que parecem não ter fim, coloridos por todas as belezas e animadas por todos os climas, sentimos a permanente palpação de uma conquista que já dura quatro séculos e que por outros tantos se prolongará ainda, por certo, antes que possamos concluir a obra que nos deferiu o destino. É com outro espírito também que consideramos as riquezas que fazem do Brasil um dos países potencialmente mais afortunados do mundo. Pois elas não nos vieram ter às mãos por obra pura e simples do acaso, mas à custa de uma longa, ininterrupta, penosa epopéia, gloriosa é certo, mas que já nos está custando quatro séculos de lágrimas, suor e sangue. Não se admire ninguém, assim, do ufanismo que por vezes nos assalta, e que ninguém jamais definiu tão bem como o Conde de Afonso Celso, no jovial exagêro dos cantos a uma natureza que não nos tem sido sempre generosa, mas que soube colorir as nossas plagas com a mais farta profusão de cores já sentida por olhos humanos.

O que mais nos distingue como povo que sabe colocar-se à altura de seus grandes destinos, é precisamente a ufania que nos anima, que nos tem animado sempre, a enfrentar a imensidão dos obstáculos que ora a natureza, ora a história, ora circunstâncias fortuitas e imprevistas põem em nosso caminho. — Não seria preciso, realmente, que alguém, como o fez ainda há dias, amistosamente, uma popular revista norte-americana, nos viesse lembrar que maior que a extensão do nosso território, e mais profundos que a profundidade dos nossos mares, e mais inextricáveis e sombrios que nossas misteriosas florestas tropicais, são os problemas que hoje temos pela frente.

Hoje? Só hoje? Não, bem sabemos que não. — Eles se nos vêm apresentando, e em ininterrupta sucessão, desde que Martin Afonso criou em São Vicente a "célula mater" da Nacionalidade, e desde que nas cercanias do Colégio de Anchieta se rezou a primeira missa no planalto piratinigano. Que são os problemas de hoje diante dos que se defrontaram aos bravos que se impuseram a conquista de metade de um continente para a civilização e a cristandade?

Não é diferente o sangue que hoje nos corre nas veias, daquele que impeliu os bandeirantes a esbater sua bravura nos contrafortes dos Andes, nas areias do Prata, na verdura infernal da Amazônia, submetendo à sua vontade soberana terras agrestes, transpondo cordilheiras, vadeando rios, vencendo ferocidades da natureza e tceaias das feras, dobrando povos indomáveis, ora pelo mero prazer da luta, ora para sangrar pelos ignotos das riquezas — ouro e pedrarias — escondidas no seu seio.

Herdeiro dessas virtudes, que uma batalha infundável, e sempre rude, mantém em permanente exercício, o brasileiro dia a dia mais se agiganta. Sua estatura suplanta a extensão territorial do país e o gigantismo dos seus problemas, de modo que cada novo obstáculo constitui para ele novo convite à luta. Observai, Senhores, os períodos mais brilhantes da nossa história nos diferentes campos de nossas atividades e de nossas cogitações, e encontrareis, invariavelmente, precedendo-os de perto, um grande e estimulador obstáculo à nossa marcha para um futuro cada vez mais promissor. É essa tēpera, e não só as possibilidades materiais que nos prodigalizou a natureza,

que de nós faz um eterno "país do futuro", sempre insatisfeito com o presente por não haver sido feito para longos períodos de tranquilidade e repouso, mas para a contínua busca de um porvir ainda melhor.

Cumpre, contudo, destacar, dentre a generosa gente brasileira, os homens da lavoura. Povoadores por excelência do território conquistado para a civilização, eles é que asseguraram, com seus sacrifícios e pelas suas realizações, a perpetuidade da conquista, e ao encerrar-se a era heróica das bandeiras, a eles é que coube empunhar e alimentar o facho dos ancestrais, para dignificá-lo com novas façanhas, com novos triunfos, com novas glórias. Eles aqui se tornaram, praticamente, a base de tudo, e principalmente da economia nacional, animada pelo sopro de vida que lhe chega dos pampas sulinos, das matas baianas, dos sertões nordestinos, dos campos matogrossenses, das montanhas mineiras, do planalto paulista, alimentada pelo ouro que lhe provém do café, do algodão, do cacau e de tantas outras riquezas que a lavoura diuturnamente acrescenta ao nosso patrimônio, consolidando e fortalecendo o organismo da Nação.

Era natural assim, Senhores, que de vós líderes dessa parcela valorosa e essencial de líderes da economia brasileira, partisse a iniciativa da luta contra as dificuldades com que de novo nos defrontamos e que atingem, neste instante, fase particularmente aguda. E dispondes-vos a fazê-lo com um ânimo e um descortínio que não desmerecem da herança que vos coube, de há muito, na partilha das responsabilidades nacionais. Reunindo-vos aqui para o debate dos vossos problemas, manifestais a plena consciência, que tanto vos distingue, do papel que vos foi distribuído na nova fase de atividades vitais em que nos encontramos, papel básico, fundamental, de cujo êxito depende a vitória que procuremos alcançar sobre as novas e perturbadoras circunstâncias que ameaçam o normal desenvolvimento da nossa vida econômica.

A agenda desta Conferência constitui uma impressionante demonstração da vossa clarividência dos problemas em que se debate o setor de atividades que representais, setor básico da nossa economia. Todos os grandes tropeços que a lavoura vem encontrando ultimamente para pôr-se à altura das circunstâncias ali estão assinalados, para que possais examinar e debater. E para que esse exame e esses debates se processem com objetividade, tivestes o cuidado de promover, utilizando-vos dos vossos próprios meios, um completo levantamento da situação da agricultura em todo o território nacional. Estais habilitados, assim, a traçar os rumos da economia rural, seja isoladamente, seja no conjunto de nossa vida econômica, e a distinguir e delimitar o papel que no desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção agrícola devem representar os lavradores, de um lado, o governo, do outro, e de outro ainda os demais ramos da economia nacional e a própria coletividade em seu conjunto. Ganharão, dêsse modo, extraordinária objetividade os trabalhos desta Conferência, e com tal definição das responsabilidades as críticas que endereçardes seja ao Governo, seja a outros agrupamentos representativos das forças econômicas do País, assumirão o caráter de uma colaboração eminentemente construtiva e de alta significação para os interesses nacionais. Estou convicto, assim, dos bons resultados desta Conferência, que poderá marcar o início da fase de recuperação econômica com que todos sonhamos, para que, vencidas as dificuldades de toda ordem que caracterizam este instante da vida na-

cional, possamos entrar num período mais equilibrado e auspicioso de produção e de comércio.

Permiti-me, Senhores, que vos conclame à união, à união mais sólida e perfeita em torno dos vossos interesses, que se confundem com os da Nacionalidade. É sempre débil a voz dos desunidos, e a lavoura não conseguirá fazer-se ouvir se não souber conciliar as conveniências individuais ou de grupos com os interesses mais gerais, e portanto mais respeitável, da classe inteira. É-me confortador, como Governador do Estado de São Paulo, verificar que a lavoura paulista pode oferecer ao País o exemplo de sua união no momento em que se instala esta Conferência, destinada a aferir, a medir, a pesar tôdas as conveniências, mas sobretudo a conciliá-las entre si, para que a agricultura brasileira represente realmente, apesar de sua complexidade, uma peça inteiriça, sólida, compacta da economia nacional, perfeitamente concatenada com as demais que asseguram o normal funcionamento do conjunto. As duas grandes agremiações de lavradores bandeirantes, a tradicional Sociedade Rural Brasileira e a dinâmica Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, já por mais de uma vez se empenharam na defesa de pontos de vista dissemelhantes, de acordo com as legítimas aspirações dos respeitáveis grupos que representam. Mas jamais hesitaram, nos momentos oportunos, em olvidar passagens dissensões sempre que a união se impôs. Em harmonia apresentam-se elas agora neste recinto, como em harmonia se puzeram na elaboração das bases desta Conferência, cujo brilho muito irá dever, indistintamente, à ação de ambas, que souberam colocar tôdas as suas energias e toda a vasta e valiosa experiência dos seus associados, a serviço da grande causa da agricultura brasileira. Na figura de seus ilustres condutores, Srs. Luiz Piza Sobrinho e Iris Meinberg, e do Sr. Manoel Carlos Ferraz, Presidente da Comissão Organizadora desta Conferência, congratulo-me com todos os lavradores paulistas pelo exemplo da união patriótica com que se apresentam para discutir os problemas da economia agrícola do Brasil.

Meus Senhores.

Declarando, como Governador do Estado, instalada a III Conferência Rural Brasileira, quero, traduzindo os sentimentos da coletividade paulista, desejar a mais feliz permanência entre nós a quantos, provindos das diferentes regiões geo-econômicas do País, não mediram sacrifícios para abrilhantar com sua presença esta reunião, a cujos trabalhos auguro igualmente o maior êxito, pois deles está dependendo o bem-estar da Nação.

VIII — REUNIÃO DOS SECRETARIOS DA AGRICULTURA

Realizou-se à tarde do dia 6, no Gabinete da Comissão Executiva da III Conferência Rural Brasileira, sob a presidência do Ministro Costa Pôrto, uma reunião dos Secretários da Agricultura, que se encontravam em São Paulo. Srs. Victor Peluso Junior, de Santa Catarina; Enrico Hildebrando e Aurélio Ruschi, do Espírito Santo, José de Oliveira Rocha, do Paraná; Joaquim da Silva Tavares, do Distrito Federal; Luiz Pedreira Torres, da Bahia; Aluísio Costa, de Minas Gerais; Demóstenes Martins, de Mato Grosso; Bento Pires Dias, do Rio Grande do Sul, e José de Carvalho Janotti, do Rio de Janeiro.

Essa reunião foi convocada pelo próprio Ministro da Agricultura para um entendimento entre os responsáveis pela pasta da produção da República e das unidades federadas exatamente para

que se firmassem diretrizes a respeito dos problemas de interesse comum.

Falando inicialmente, o ministro Costa Porto chamou a atenção dos presentes para a situação que o País atravessa e que está a indicar maior prudência nas iniciativas, notadamente daquelas que visam a criação de novos serviços e de construção de obras.

Lembrou também o referido titular que devem ser evitados os serviços paralelos exatamente porque se tem verificado que o Ministério executa mal os serviços que lhe cabem, obstando ainda a ação das Secretarias de Agricultura dos Estados. Essa irregularidade tem uma causa: o Ministério paga miseravelmente os seus técnicos e os chefes destes ficam inibidos de exigir mais do que eles fazem.

Insistiu por isso, o Ministro Costa Porto, para que todos os secretários envidassem esforços no sentido de encontrar uma forma de colaboração entre o Ministério e as Secretarias. Sugeriu, por exemplo, que ficasse a cargo das repartições da União os trabalhos de pesquisas, ficando os de extensão e fomento com os órgãos dos Estados.

No mesmo sentido, citando fatos elucidativos de ocorrências descritas, falaram diversos secretários entre os quais o do Rio Grande do Sul que lembrou a conveniência da coordenação de serviços do Ministério e das Secretarias através de uma comissão de planejamento de que fizessem parte funcionários estaduais e federais.

IX — DELEGADOS PRESENTES

Estiveram presentes por ocasião da instalação da III Conferência Rural Brasileira delegações dos diversos Estados entre as quais, anotamos as seguintes:

Srs. Paulo Fernandes — Francelino Bastos França — Elias de Araújo — Evaldo Saramago Pinheiro — Milton Freitas de Souza e Srs. Alberto Ravache e Sra. Joaquim Sisino Rocha — Leopoldo Pedro da Silva — Moacir Pavageau — Alberto Ferraz — Senador Sá Tinoco — Julio Ferreira da Silva e Sra. Antonio Vieira de Macedo — Darcy de Mello Garcia — Brandão Caldas e Sra. J. T. de Castro Alves — Carlos da Matta Barcelos — Paranhos de Oliveira — Durval Garcia de Meneses — Arthur Tibau — Edgard Teixeira Leite e Sra. — Antonio de Arruda Camara e Sra. — Kurte Repsold — Geraldo Goulart da Silveira — Luiz Marques Poliano — Luis Simões Lopes — Nilton Ferreira de Paiva — João Vasconcelos e Sra. — Raul Di Dederichsen — Deputado Carvalho Sobrinho — Walter Ernesto de Araújo — Rubens Farrula e Sra. — Silvio Echenique e Sra. — João Mauricio de Medeiros e Sra. — Fortunato Guarita — Deputado Napoleão Fontenelle — Senador Apomantino Lima — Dr. Ben-Hur Medeiros — Deputado José Augusto — Deputado Artur Santos e Sra. — e Amaro Cavalcanti; Sr. José de Oliveira Rocha, secretário da Agricultura do Paraná, acompanhado de diretores do Departamento da Produção Vegetal — Silvano Alves da Rocha Loures — Jayme Canet — Dr. Mario Vilella Bittencourt — Dr. Jaziel Sotto Maior Lagos — Dr. Lyeio Grein de Castro Veloso — Dr. Miguel Matiskei — Dr. Asdrubal Bellegar — Dr. Oswaldo Andrejewski — Dr. Carlos Bodziak Junior — Dr. Homero Cordeiro, da Associação Rural de Jacarezinho e mais dez

delegados e assessores técnicos; Srs. Coronel Marcial Terra — Dr. Pedro Olympio Pires — Dr. Oscar Daudt Filho — Balbino Souza Mascarenhas e Sra. — Arno Arnet — Werter Faria — A. J. Renner — Coelho de Souza — Dra. Guimar Estrela Faria — Gilberto Moraes — Paulo Emilio Acioly — Dr. Elton Butierrez, do Departamento da Produção Animal. Chegaram depois, do Ceará, 10 pessoas; do Maranhão, Srs. Oswaldo da Costa Nunes Freire e Sra., e mais 2 delegados; de Pernambuco, um representante da Associação Rural de Igarassu, Dr. Nelson Andrade Oliveira, e mais 3 delegados; da Bahia, chefiados pelo Secretário da Agricultura, os Srs. Dr. Armando Goes de Araújo — Antonio Paulo Goes de Araújo — Armando Augusto Goes de Araújo — Dilson Aguiar e Senador João Lima Teixeira; de Goiás, 5 delegados; do Piauí, Dr. Mariano Castelo Branco e Dr. Paulo Carneiro; de Santa Catarina, Dr. Vitor Peluso Junior, Secretário da Agricultura; do Espírito Santo, Dr. Eurico Ildebrando Aurelio Ruschi, Secretário da Agricultura; de Minas Gerais, Sr. Josaphat Macedo e Sra., e mais 11 delegados; do Pará, Srs. Ival Correa Lobato — Mario Dias Teixeira — Romão Amodeo Junior — Stelio Marajó — Nadir Bastos Genu — Benedito Carthe Ferreira — João da Costa Botelho e Nady Geny.

X — CONTRIBUIÇÃO DAS FEDERAÇÕES REGIONAIS

Ao tratar das deficiências do Relatório apresentado pela Comissão Organizadora da III Conferência Rural Brasileira assinalou a Comissão Executiva do certame que na sua maior parte essas deficiências provinham do fato de não ter, a assessoria técnica, recebido em tempo hábil, a colaboração solicitada das Federações Regionais com fundamento num roteiro previamente estabelecido.

Este roteiro, se seguido, permitiria a fusão daqueles relatórios num único documento que apresentasse uma visão geral do atual estágio de desenvolvimento da agricultura brasileira.

No entanto, somente, parte das Federações entregou a sua colaboração e mesmo assim, algumas depois do prazo fixado o que permitiu a alguns dias apenas para a elaboração do Relatório Geral.

Mereceram, todavia, da citada comissão especial referência os Relatórios de Federações enviados à III Conferência Rural Brasileira e que se referem aos Estados do Rio de Janeiro, da Paraíba, de Pernambuco, de Goiás, de Santa Catarina, do Ceará, do Maranhão e do Distrito Federal. Trata-se, como se vê, de um número reduzido relativamente ao total dos Estados participantes da reunião.

Há, que assinalar, entretanto, que certos Estados como São Paulo, Bahia e outros, apresentaram proposições isoladas dentro do temário, deixando de apresentar o que mais interessava que era uma demonstração precisa do estado de sua agricultura através de característicos fixados pelo roteiro citado.

A deficiência da representação de São Paulo pode ser justificada em parte em primeiro lugar porque coube à sua Federação organizar a Conferência tendo por isso responsabilidade na feitura do Relatório Geral; em segundo lugar porque a Secretaria da Agricultura apresentou um trabalho intitulado "Panorama Geral da Agricultura Paulista", cujo esquema geral está dentro do roteiro fixado para os trabalhos regionais.

A inexistência de Relatórios Regionais para todas as unidades da Federação Brasileira fez com que os relatórios recebidos fossem divulgados isoladamente ao lado das teses específicas aqui enviadas à F. A. R. E. S. P. e do Relatório sobre a situação atual da Agricultura Brasileira preparado pela Comissão Organizadora após o encerramento do prazo para o recebimento de trabalhos das Federações Regionais.

O relatório apresentado pela Federação das Associações Rurais do Maranhão cuida naquele Estado dos seguintes aspectos da situação de sua agricultura: 1) Assistência Técnica; 2) Suprimento de Bens de Produção e Serviços; 3) Comercialização de produtos agrícolas; 4) Crédito rural; 5) Assistência Social; 6) Tributação; 7) Associativismo; e 8) Reforma agrária. Infelizmente, deixa de apresentar conclusões gerais com base na interessante análise que faz da agricultura naquele Estado.

O relatório apresentado pela Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina, distingue-se especialmente por ter cada uma de suas partes sido entregue a um especialista. Fugindo um pouco das condições de um relatório sobre a situação da agricultura, naquele Estado, esse

relatório trata, sob a forma de considerações gerais, proposições e conclusões dos seguintes assuntos: 1) O emprêgo de recursos na campanha da produção; 2) armazenamento; 3) assistência técnica; 4) maquinaria; 5) assistência ao produtor de trigo; 6) sugestões para modificações nas disposições que regula a convocação para o Serviço Militar; 7) seguro agrário; 8) assistência técnica no setor da motomecanização da lavoura; 9) sistema de comércio da produção pecuária; 10) crédito rural.

O relatório que a F. A. R. E. C. apresenta à III Conferência Rural Brasileira foi elaborado pelo Deputado Guilherme Gouveia e se distingue pelas seguintes partes: 1) Regiões agrícolas e seus característicos; 2) as secas e obras de defesa; 3) produção agrícola; 4) pecuária; 5) minérios; 6) indústrias.

A Federação de Goiás, apresenta interessante trabalho sobre o seu Estado, distribuído nas seguintes partes: 1) Introdução; 2) desenvolvimento agrícola; 3) previsão para a safra de 1954; 4) custo de produção; 5) mercados consumidores; 6) cafeicultura; 7) tratores; 8) pecuária; e 9) arregimentação da classe rural.

Casa da Agricultura

Por motivos supervenientes, foi adiada a inauguração da nova sede da Sociedade Nacional de Agricultura.

Um dos motivos da transferência da data de 16 de janeiro, antes anunciada nesta revista, foi o atraso da entrega, pelo escultor Paulo de Mazzucchelli, da herma do Presidente Getúlio Vargas, que será colocada no hall do edifício.

Como se sabe, além de ter o Sr. Getúlio Vargas assinado o decreto de doação do terreno, onde se ergue hoje a "Casa da Agricultura", era o saudoso estadista Presidente de Honra da instituição.

Oportunamente, por todos os meios de publicidade, a solenidade da inauguração será devidamente anunciada.

A Federação Pernambucana, impossibilitada de executar um relatório completo sobre a situação de sua Agricultura, enviou dados sobre assistência técnica, crédito e assistência social.

A Federação do Estado da Paraíba encaminhou um relatório onde são tratados os seguintes assuntos: 1) Assistência técnica; 2) suprimentos de bens de produção e serviços; 3) comercialização; 4) crédito rural; 5) assistência social; 6) tributações; 7) associativismo e 8) reforma agrária.

O final do relatório apresenta um grupo de conclusões relativas aos problemas abordados.

O relatório apresentado pela Sociedade Nacional de Agricultura, referente às condições da Agricultura no Distrito Federal, destacam-se por análise e conclusões sobre: assistência técnica, suprimento de bens de produção e serviços, comercialização, crédito rural, assistência social, tributação, associativismo, reforma agrária e outros assuntos.

Caracteriza-se o relatório do Distrito Federal pela inclusão de amplos, interessantes e atualizados dados estatísticos.

A Federação do Estado do Rio apresenta um relatório sobre a agricultura no seu Estado, do qual se destacam os capítulos que tratam de dados gerais, produção agrícola, produção animal, assistência técnica, suprimento de bens de produção e serviços, comercialização, crédito rural, assistência social, tributações, associativismo e reforma agrária.

Releva salientar que o relatório sobre "A agricultura no Distrito Federal", da Sociedade Nacional de Agricultura, foi publicado no número de setembro a outubro de 1954 da revista "A Lavoura", da Sociedade Nacional de Agricultura.

XI — CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Entre as conclusões do estudo realizado pela Sociedade Nacional de Agricultura, relativamente à agricultura, no Distrito Federal, destacam-se as seguintes conclusões:

1.º É satisfatória a relação entre o número de engenheiros agrônomos e a área cultivada no Distrito Federal;

2.º Há um elevado déficit de engenheiros agrônomos em nosso país;

3.º É muito pequeno o número de engenheiros agrônomos no quadro do Ministério da Agricultura.

4.º É um problema da mais alta relevância a distribuição aos pequenos lavradores, de sementes selecionadas e de alto poder germinativo e pureza.

5.º Essa distribuição deve ser feita tanto quanto possível, através de órgãos de classe, como Associações Rurais, Cooperativas de Produção, etc.;

6.º A distribuição de sementes hortícolas aos lavradores do Distrito Federal, vem sendo feita em bases razoáveis;

7.º É pequeno o número de engenheiros agrônomos prestando assistência direta de defesa sanitária vegetal no Distrito Federal;

8.º É muito pequeno o número de profissionais qualificados, auxiliando os agrônomos nos serviços de fomento agrícola;

9.º É de mais alta importância salientar que a Sociedade Nacional de Agricultura mantém, desde 1897, uma escola profissional agrícola;

10.º A Escola de Horticultura Wenceslão Belo precisa ter maiores auxílios para que possa ampliar mais a sua atividade;

11.º — É pequeno ainda o suprimento de adubos aos agricultores;

12.º Devem de ser tomadas medidas que visem o barateamento do custo dos inseticidas e fungicidas, visando o maior incremento da defesa sanitária vegetal, e o mesmo, em relação aos adubos, visando a fertilidade dos solos;

13.º É indispensável que se resolva, no Distrito Federal, o aproveitamento de enorme volume do lixo domiciliar, como adubo para a agricultura.

14.º Já se vem prestando alguma assistência aos lavradores do Distrito Federal no setor de máquinas e ferramentas agrícolas;

15.º É sem dúvida muito interessante a modalidade de assistência através do preparo de áreas para plantio por meio dos conjuntos mecanizados;

16.º O elevado preço das máquinas e ferramentas agrícolas dificulta, sobretudo, a sua aquisição por parte dos lavradores, sendo muito interessante as modalidades de empréstimos e a sua aquisição com abatimento, ou mesmo, pelo preço de custo;

17.º O mercado do Distrito Federal oferece amplas possibilidades para os produtos das chamadas "culturas de subsistência";

18.º É defensável a fixação, em bases adequadas, de preços mínimos para os produtos agrícolas.

19.º Tanto o Banco do Brasil como o Banco da Prefeitura do Distrito Federal vêm procurando auxiliar os lavradores do Distrito Federal através de suas carteiras de Crédito Agrícola;

20.º O crédito agrícola especialmente destinado aos pequenos lavradores precisa e deve ser intensificado;

21.º Cooperativas de crédito rural, constituem, sem dúvida, uma das mais eficientes maneiras de sua distribuição;

22.º É preciso ampliar as reservas para o crédito destinado à agricultura, pois as disponibilidades das carteiras de crédito agrícola são ainda muito pequenas em relação ao número de agricultores que elas precisam atender. A recente criação da CENAER virá modificar substancialmente o problema;

23.º Não existe, a rigor, uma verdadeira assistência social prestada ao rural do Distrito Federal;

24.º A extensão da assistência social já existente no Distrito Federal até sua zona rural é uma medida que de imediato se impõe;

25.º É contra-indicada e perigosa a extensão pura e simples da atual legislação trabalhista para o campo;

26.º É imprescindível uma imediata e segura legislação trabalhista rural que atenda a suas necessidades em seus múltiplos aspectos;

27.º As medidas visando amparar os lavradores do Distrito Federal são justas e constituem motivo de estímulo para a exploração agrícola;

28.º A isenção do pagamento do imposto territorial nas bases em que é concedida aos lavradores do Distrito Federal merece ser estendida a todo o país;

29.º Tendo em vista a reduzida área agrícola do Distrito Federal e a natureza especializada dos que se dedicam às atividades agrícolas, parece mais interessante que em lugar de Associações Rurais propriamente ditas, seja estimulada a criação de associações especializadas, tais como Associações de Avicultores, de Citricultores, de Hortícolas, de Bananicultores, Apicultores, etc.;

30.º) No Distrito Federal o governo deverá promover medidas no sentido de que seja viável e imediata a formação do chamado "cinturão verde", para garantia de seu abastecimento;

31.º) O excesso de loteamento para fins imobiliários tem contribuído para dificultar a expansão da Agricultura no Distrito Federal;

32.º) Releva ponderar que qualquer reforma agrária deve ser acuradamente estudada, pois uma alteração drástica na atual estrutura do meio rural pode trazer graves conseqüências de ordem econômica e social, ao invés de promover um melhor ajustamento social e econômico, como deve ser seu objetivo precípuo.

XII — DELEGAÇÕES DOS ESTADOS QUE TOMARAM PARTE NOS TRABALHOS

Foi a seguinte a composição das delegações dos Estados que estiveram presentes aos trabalhos da III Conferência Rural Brasileira realizada em São Paulo:

TERRITÓRIO DO AMAPÁ

Olimpio José dos Santos.

ESTADO DA BAHIA

Armando Goes de Araujo,
Dr. Haydée Adami Goes de Araújo,
Dra. Alair Lopes Sigion,
Napoleão Lopes Filho,
Demosthenes Paulo da Matta,
Luiz Pedreira Torres,
Olimpio Baldoino da Costa Vargens.

ESTADO DO CEARÁ

D. Inah Barbosa Teles,
Moisés Guimarães Coelho,
Filemon Fernandes Teles,
Hildebrando Torres Espinola,
Guilherme Telles Gouveia,
Deputado Paulo Sarasate Ferreira Lopes.

DISTRITO FEDERAL

Alberto Ravache
Luiz Rocha de Alencar,
Paulo Ignacio de Almeida,
Antônio de Arruda Câmara,
Mário Ribeiro Bastos,
Flávio da Costa Britto,
Jeronimo Coimbra Bueno,
Benjamin Soares Cabello,
Antonio Andrade Coelho,
Jeronimo Antonio Coimbra,
José Eurico Dias Martins,
Aluisio Lobato Vale,
Augusto de Oliveira Lopes,
Alvaro Batista de Magalhães,
Renato Gonçalves Martins,
Arthur Miranda Bastos,
Agostinho Monteiro,
Dep. Chysanto Moreira da Rocha,
Walter Mors,
R. A. de Oliveira Mota Filho,
Valdiki Moura,
Darwis R. Paranhos de Oliveira,
Walter Peixoto,
Luiz Marques Poliano,
D. Irene Zanotta Ravache,
Senador Apolonio Salles,

George Lee Schuster,
Leopoldo P. da Silva,
Geraldo Goulart da Silveira,
John Staley Stiles Jr.,
Joaquim Alfredo da Silva Tavares,
Edgard Teixeira Leite,
Arthur Oberlaender Tiban,
Arthur E. M. Torres Filho,
William Charlton Tucker,
George W. Ware.

ESTADO DE GOIÁS

Dr. José Paulo Silveira Cabral,
Joaquim Câmara Filho.

ESTADO DO MARANHÃO

João Pedro da Costa Nunes,
Delci Araújo Thermes Freire,
Oswaldo da Costa Thermes Freire.

ESTADO DE MATO GROSSO

Demostenes Martins,
Aires de Moura Junior.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Fidelcino Viana de Araujo Filho,
Helio de Almeida Brum,
Alvaro A. da Silva Campos,
Aloysio Costa,
Izaac Ribeiro Ferreira Leite,
Josaphat Macedo,
Catulino Novais,
Nilton Ferreira de Paiva,
José Soares de Figueiredo,
Carlos Eugenio Thibau,
Maria Aparecida Thibau,
Domiciano José Lemos,
Valdemar da Rocha Viana,
Gustavo do Valle,
Gentil Nascimento,
Anchieta Guimarães,
Valdemar Cardoso de Menezes.

ESTADO DO PARA

Romão Amoêdo Junior,
Benedito Caite Ferreira,
Ierval Corrêa Lobato,
Stelio de Mendonça Maroja,
Saint Clair L. Martins,
Terezinha Loureiro dos Santos.

ESTADO DA PARAIBA

D. Helena Correia de Albuquerque,
Cícero Honorato Leite,
Altino da Cunha Rego,
Lafayette Pires Ferreira,
D. Iris França de Oliveira,
D. Rita Amavel Gadêlha,
Pedro Cabral Gondim,
José Leal de Albuquerque,
Laudimirio Leite de Almeida,
Avanir Pessoa Lucena,
João Mauricio de Medeiros,
Hilton Moreno Marinho,
José Medeiro Souza,
Luiz Antonio de Medeiros,
D. Neuza Cantalice de Medeiros,
Moacyr Nobrega Monte Negro,

D. Iole Cavalcanti Montenegro,
Edison Montenegro da Cunha,
Salvino de Oliveira Filho,
José Ignácio de Queiroz,
Octacilio Nobrega de Queiroz,
Alberto Silva Rego,
Lauro P. Xavier,
Antonio D'Avila Luiz,
D. Helena S. D'Avila Luiz.

ESTADO DO PARANA

Asdrubal Bellegard,
Geraldo Gomes Beltrão,
Dario Vilela Bittencourt,
Carlos Bodziak Junior,
D. Anita L. Canet,
Jayme Canet,
Leonidas Vicente de Castro,
Homero Cordeiro,
Clovis Cordeiro,
Arthur Hofig,
Affonso Junqueira Franco,
Mario Marcondes Loureiro,
Miguel Matskei,
Jaziel Sotto Maior Lagos,
José de Albuquerque Moura,
Dr. Nestor de Oliveira,
Mercio Prudente Corrêa,
Cid Rocha,
Jose de Oliveira Rocha,
Sylvano Alves da Rocha Loures,
Paulo Christiano dos Santos,
Lycio Grein de Castro Vellozo.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Amaro Cavalcanti,
Avelino Bezerra,
Lauro Borba,
Aluizio Fragoso Costa,
Xisto Albano de Azevedo Guedes,
D. Alzira Figueiredo Andrade de Oliveira,
Arnaldo Peixoto dos Santos de Oliveira,
D. Maria do Céu de Oliveira,
Nelson Andrade de Oliveira.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

José Galiano das Neves,
J. T. de Castro Alves,
Elias de Araujo,
Carlos da Matta Barcellos,
Paulo da Silva Fernandes,
Alberto Ravache,
Francelino Bastos França,
Yeda Victor França,
Ralph E. Hansen,
José de Carvalho Janotti,
Ewaldo Saramago Pinheiro,
Victor J. Pra Sisto,
Julio Ferreira da Silva,
D. Maria Izabel Sake C. Tibiriçá,
Antonio Vieira de Macedo,
D. Elizabethe Williams.

ESTADO DO PIAUI

Paulo Carneiro da Cunha,
Mariano Calozo Castello Branco.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Paulo Emilio da Silva Accioli,
Arno Fernando Arnt,
Oscar Daudt Filho,
João Coelho de Sousa,
Manoel Corrêa Soares,
Bento Pires Dias,
Aureo M. Elias,
D. Zulema de Moraes Elias,
D. Guiomar Estrella Faria,
Werter Faria,
Elton Adão Gutierrez,
Baltino de Souza Mascarenhas,
Pedro Olimpio Pires,
A. J. Renner,
Fernando C. Riet,
Tristão Sucupira Viana,
Marcial J. Terras.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Alfredo Blumer,
Elcias Machado Lima,
D. Odaléa Fantazzini Lima,
Victor Antonio Peluso Junior,
Roberto Waldyr Schmidt.

ESTADO DE SÃO PAULO

Francisco Adelino Teixeira de Aguiar,
Lauro Pedrosa,
Sergio Eduardo Piva,
Ranhall Sales Sampaio,
Ida Maiani Almeida,
Dario Ferreira Guarita,
José Ferreira Maia,
Sebastião Ferreira Maia,
Benjamin C. Mello,
Alvaro Afonso Nascimento,

Formulas de Adubos

CADAL

PARA TODAS AS CULTURAS

TRIGO
FLORES
LARANJA
ABÓBORA
CENOURA
TOMATE
MILHO
FUMO
CANA
CAFÉ

Exames gratuitos da terra

Agrônomos à disposição dos Srs. fazendeiros



CADAL, A MAIOR ORGANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL A SERVIÇO DA LAVOURA.

UM PRODUTO COM A GARANTIA DA: "CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPÍRITO SANTO ESCRITÓRIO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 149-6º ANDAR-TEL. 43-7092 FABRICA: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4260 - ACARÍ-RIO DE JANEIRO

Carlos Castro Neves,
 José Afonso Primo,
 Jorge Quintiliano,
 Antonio Bento,
 Itamar de Calado Castro,
 Armando de Corrêa de Siqueira,
 Armando Le Voci,
 Euclydes Telles Rudge,
 João Rodrigues Borges,
 Raphael de Moura Campos,
 Sandoval Coimbra,
 Raymundo de Castro Diniz,
 Carlos Meinberg,
 Iris Meinberg,
 Dario de Oliveira e Silva,
 Luiz Fortunato Moreira Ferreira,
 Lingard Miller Paiva,
 Helio Miranda,
 Vicente Bellini,
 Octavio Teixeira Mendes Sobrinho,
 João de Pádua Lima,
 José Pelleissone,
 Euler Junqueira Franco,
 Dr. José Ignacio Camargo Penteado,
 Adalberto do Amaral,
 Ruy Barbosa Luz,
 Thome Botelho Vilela,
 José Augusto Vieira,
 Eduardo Roberto Daher,
 Carlos Pizza Figueira de Melo,
 Galileu Bicudo,
 Sebastião de Barros Martins,
 Carlos Mazzuco,
 Ademar Clemente Nunes,
 Romeu Ribas Esteves,
 Helio Navarro da Cruz,
 Antonio Pacheco de Almeida Prado,
 Antonio Sant'Ana Galvão,
 José Cassiano Gomes dos Reis Junior,
 José Cassiano Gomes dos Reis,
 Flávio d'Angieri,
 João Senra,
 José Roberto Alfieri,
 Fernando Botelho Vilela,
 Paulo Junqueira,
 Tufi Madi,
 Rubens de Paula Eduardo,
 João Sanches Rosselial J.,
 Katsutoshi Naito,
 Nicanor de Camargo Neves,
 Cami Jorge Racy,
 Berthe Julienne Courbez,
 Fabio R. Yassuda,
 Luiz Vicente Figueira de Melo,
 Luiz de Toledo Piza Sobrinho,
 Mario de Andrade Bastos,
 Christiano Palácios,
 Antonio Teixeira Mendes Neto,
 Mario Humberto Fiore,
 Thomaz A. Whately,
 Paulo Hirakawa,
 José Pires de Almeida,
 José Gomes da Silva,
 Joaquim Alves de Menezes,
 Silvio Galvão,
 Odil Vasquez Martinez,
 Durval Accioli,
 Julio Flavio Accioli,
 Paulo Fragoço Coimbra,
 Eneas Cintra da Silveira,
 José Procopio do Amaral,
 Luiz Duarte Silva,
 Alceu Nogueira Soares,

Paulo Guzzo,
 Dr. Ribelli Marassi,
 Adelcke Rossitto,
 Antonio Cesio Padua Lima,
 Castor Pereira Cordeiro,
 Heitor Carvalho Gomes,
 Camilo Vanni,
 Geraldo Martins de Azevedo,
 Wilson Cordeiro Brito,
 Juvenal Domingos Martins Lopes,
 Plinio de Oliveira Adams,
 Salvio de Almeida Azevedo,
 Adelina Bastos Accioli,
 Luiz de Freitas Bueno,
 Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho,
 Francisco F. Barreto,
 Arnaldo de Camargo,
 Olavo Camargo Silveira,
 Raul Renato Cardozo de Mello Filho,
 Cassio Pinto Cesar,
 Dr. Alda Borges Coimbra,
 Amadeu D. Conceição Junior,
 Dr. Labieno da Costa Machado,
 D. Celina Cunha,
 Walter Worley Fain,
 Cav. José de Alarcon Fernandes,
 José Maria Fernandes,
 Manoel de Barros Ferraz,
 Francisco Frola,
 Luiz Henrique Frola,
 João Gizotta,
 Acacio Gomes,
 Rodrico Guimarães,
 Gervasio T. Inoue,
 Alkindar Monteiro Junqueira,
 D. Gilda Ferreira Junqueira,
 Helio Rubens Junqueira Caldas,
 José Barros Junqueira,
 D. Maria Evangelina Junqueira Caldas,
 D. Diva Reynaldo Kuniz Busch,
 Walter Lazzarini,
 Zoroastro Leme,
 José Ataliba Leonel,
 Osmany Rodrigues Lima,
 Helio Luz,
 Antonio de Castro Magalhães,
 Donato Mascarenhas Filho,
 Carlos Henrique Meinberg,
 D. Tildinha de Melo Meinberg,
 João de Moraes Barros,
 D. Odyra de Mello Ferreira,
 Antonio José Botelho Netto,
 João Câmara Neiva,
 José Galiano das Neves,
 Fernando Nobre Filho,
 Mario Penteado de Faria e Silva,
 José Peres Romero,
 Otavio Pettini,
 D. Analia Rocha Nascimento,
 D. Maria do Carmo de Queiroz Telles Rudge,
 Clovis de Salles Santos,
 Helio Sampaio,
 Vanda Sampaio,
 Carlos Alves de Seixas,
 Felipe Rodrigues de Siqueira Netto,
 Belizario Alves Fernandes Távora,
 Alério Floriano de Toledo,
 Francisco Antonio de Toledo Piza,
 Otacilio Tomanick,
 Leven Vampre,
 Carlos Vidigal,
 Victor C. Del Mazo Juarez,
 Lucia Margarida Ramos Vilela,

Ciro Werneck de Souza e Silva,
Hans G. Wissing,
Angelo Zanini.

Compareceram, também, o sr. Nicola Ambrozini, da Itália, e o sr. Ferdinando Macri, representante do Consulado italiano.

XIV — CONTRIBUIÇÕES APRESENTADAS

Entre as diversas contribuições apresentadas à III Conferência Rural Brasileira, podemos destacar as seguintes:

Importação de batatas para o plantio e distribuição de sementes (Associação Rural de Mallet, Paraná); Seleção de plantio por zona (Divisão de Defesa Sanitária Animal do Paraná); Fomento patrocinado por entidades particulares como meio auxiliar de recuperação da produção agrícola (Acacio Gomes); Problemas da pesca no nordeste e pesca marítima (Federação das Associações Rurais do Estado do Ceará); Terras, adubação e saúde (Oscar Daudt Filho, Rio Grande do Sul); Venda de reprodutores (Associação Rural de Mallet); A creche rural como arma de combate ao êxodo e de revitalização da agricultura (Sociedade Luiz Pereira Barreto); Criação de escolas especializadas (Associação Rural de Mallet); Aumento econômico nacional, reflorestamento natural e artificial e orientação técnica e financeira (Paulo Cristino dos Santos); Inclusão do Rio de Janeiro no plano de energia elétrica do Vale de São Francisco (Francelino Bastos França, Federação das Associações Rurais do Rio de Janeiro); Conjuntos de máquinas agrícolas nos municípios (Vale de Souza); Venda de parte do acervo do I. B. C. em Colatina (Manuel A. Moreno); Uso de maquinária agrícola (Associação Rural de Cornélio Procopio); Revenda de maquinária (Nelson Lobato); Recuperação da lavoura nacional através da redução dos preços de importação dos produtos essenciais às atividades rurais (Fernando Pentead Cardoso); Prioridade cambial para os leilões especiais de cambiais utilizáveis na importação de produtos essenciais à lavoura brasileira (Helio Pereira de Sampaio); Crédito pessoal ao agricultor (Associação Rural de Itabuna, Bahia); Lavoura mecanizada do pequeno lavrador (Estanislau Giuszcylki); Alimentos concentrados (J. T. Castro Alves); Reforma agrária (J. Daudt Filho, Rio Grande do Sul); Apontamentos para uma reforma agrária no nordeste (Federação das Associações Rurais do Estado do Pará); Creches rurais (Olavo Silveira Camargo); Associativismo rural (A. Matiskei); União da classe (Cooperativa dos Plantadores de Fumo do Pará); Aproveitamento das terras devolutas através de cooperativas (Valdemar da Rocha Viana, Associação Rural de Juiz de Fora); União das cooperativas em face da lei 159-A, de 1947, que modifica dispositivos anteriores referentes ao

cooperativismo. Voto das cooperativas nas assembleias das Federações de Associações Rurais e criação da Cooperativa Central dos Cafeicultores (Ciro Werneck de Souza e Silva).

A todos os grupos de trabalho foram entregues, além do relatório geral elaborado pela comissão organizadora da III Conferência Rural Brasileira e que foi preparado para servir de ponto de partida para a elaboração da Carta Agrícola Nacional destinada a retratar a situação da agricultura brasileira, relatórios sobre as condições econômicas regionais elaborados pelas Federações das Associações Rurais do Rio de Janeiro, Paraíba, Santa Catarina, Ceará, Maranhão, Paraná e Goiás, e ainda por diversas organizações, como a Sociedade Nacional da Agricultura.

XV — CONSTITUIÇÃO DAS MESAS DE DISCUSSÃO

Inicialmente, ficaram assim constituídas as 5 mesas de discussão e respectivos subgrupos:

1.º grupo — Presidente, Sr. Augusto de Oliveira Lopes (Distrito Federal); relator-geral, Sr. Lício Grein de Castro Veloso (Paraná). Subgrupo "A" — Produção Agropecuária — Presidente, Sr. Dario Ferreira Guarita (São Paulo), relator, Sr. Jaziel Sotto Maior Lagos (Paraná). Subgrupo "B" — Extensão e Ensino — Presidente, Sr. Oscar Daudt Filho (Rio Grande do Sul); e relator, Sr. Mario Marcondes Loureiro (Paraná) e mais nove membros integram o 1.º grupo.

2.º grupo — Presidente, Sr. Jaime Canet (Paraná); relator-geral, Sr. J. T. de Castro Alves (Rio de Janeiro). Subgrupo "A" — Suprimento de bens de produção — Presidente, Sr. Nadir Bastos Genou (Pará); relator, Sr. Felipe Rodrigues Siqueira Neto (São Paulo). Subgrupo "B" — Serviços — Presidente, Sr. Manuel Carlos Ferraz de Almeida (São Paulo); relator, Sr. Ciro Werneck de Souza e Silva (São Paulo) e mais nove membros que integram o 2.º grupo.

3.º grupo — Presidente, Sr. Edgard Teixeira Leite (Distrito Federal); relator-geral, Sr. Evaldo Saramago Pinheiro (Rio de Janeiro). Subgrupo "A" — Política monetária — Presidente, Sr. Luiz Vicente Figueira de Mello (São Paulo); Relator, Sr. Saintclair Leoncio — Presidente, Sr. Armando Gois de Araujo (Bahia); relator, Sr. Silvio Galvão (São Paulo). Subgrupo "C" — Seguro Agrícola — Presidente, Sr. Manoel Demostenes (Goiás); relator, Sr. Julio Ferreira da Silva (Rio de Janeiro) e mais dez membros integram o 3.º grupo.

4.º grupo — Intervenção do Estado na Economia — Presidente, Sr. Luiz Piza Sobrinho (São Paulo); relator, Sr. Laudelino de Almeida (Paráiba), e mais cinco membros.

5.º grupo — Presidente, Sr. Paulo Fernandes (Rio de Janeiro); relator-geral, Sr. Raul Renato

"SELEÇÕES AGRÍCOLAS"

REVISTA MENSAL

Direção : Eurico Santos — Sylvio Leal — M. Nunes

Assinatura anual Cr\$ 50,00

Número avulso Cr\$ 5,00

Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º — Tel.: 32-6163 — Rio de Janeiro — Brasil

Cardoso de Mello Filho (São Paulo). Subgrupo "A" — Estrutura agrária — Presidente, Sr. Balbino Mascarenhas (Rio Grande do Sul); relator, Sr. Raul Renato Cardoso de Melo Filho. Subgrupo "B" — Bem-Estar e Assistência Rural — Presidente, Sr. Otacilio Nobrega de Queiroz (Paraíba); relator, Sr. Ben-Hur Raposo (Distrito Federal). Subgrupo "C" — Associativismo e Cooperativismo — Presidente, Sr. Luis Rocha Alencar (Serviço de Economia Rural); relator, Sr. Antonio de Arruda Camara (Sociedade Nacional de Agricultura) e mais onze membros integram o 5.º grupo.

Iniciados os trabalhos foram feitas, de acordo com as diversas delegações, algumas modificações nas mesas de discussão.

No subgrupo B, do grupo 1, por exemplo, a presidência passou ao Prof. Geraldo Goulart da Silveira, da delegação da Sociedade Nacional de Agricultura.

XVI — DELEGADOS COM DIREITO A VOTO

De acordo com a legislação que regula a realização das assembleias da Confederação Rural Brasileira e na forma dos estatutos dessa entidade, foi a seguinte a indicação numérica, por Estados, de delegados com direito a voto nas sessões plenárias:

Pará, 3; Maranhão, 4; Piauí, 3; Ceará, 5; Rio Grande do Norte, 3; Paraíba, 2; Pernambuco, 4; Sergipe, 3; Bahia, 3; Espírito Santo, 2; Minas Gerais, 4; Rio de Janeiro, 3; Distrito Federal, 4; Grande do Sul, 4; Goiás, 3; Alagoas, 2 e Mato São Paulo, 6; Paraná, 3; Santa Catarina, 3; Rio Grosso, 3.

XVII — A COLABORAÇÃO FEMININA NA III CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

Foi das mais eficientes a colaboração feminina durante a III Conferência Rural Brasileira, proporcionando às esposas dos delegados e demais membros participantes da mesma, uma vida social intensa, com visitas, recepções e passeios.

A frente da comissão feminina, a Senhora Iris Meinberg foi incansável. Um numeroso grupo de senhoras e senhoritas, quase todas esposas e filhas de membros da F. A. R. E. S. P. auxiliou, de uma maneira brilhante, a Sra. Iris Meinberg, de modo que as esposas e filhas dos delegados à III Conferência Rural Brasileira tiveram oportunidade de visitar recantos pitorescos, obras sociais, etc.

XVIII — VISITAS FEITAS PELOS DELEGADOS

Aos delegados participantes da III Conferência Rural Brasileira foram proporcionadas várias visitas e excursões, entre as quais as seguintes:

- visita à usina termo-elétrica de Piratininga;
- visita à usina de Cubatão, onde foi oferecido aos participantes um almoço oferecido pela Light and Power Company Ltd.;
- visita à Granja S. Martinho, em Campinas;
- visita ao Instituto Agrônomo de Campinas, da Secretaria de Agricultura do Estado;
- visita à cidade de Santos;
- visita à Escola Industrial da Companhia Antártica Paulista, onde foi servido um magnífico banquete aos congressistas.

Além disso foram oferecidos aos congressistas:

a) Um cocktail, oferecido pela Comissão Organizadora;

b) Uma recepção no Hipódromo da Cidade Jardim, oferecido pelo Jockey Clube;

c) Uma festa típica rural no Parque Ibirapuera, oferecido pela Comissão do 4.º Centenário de São Paulo.

XIX — REUNIÕES DAS MESAS DE DISCUSSÃO

Foram numerosas e sempre concorridas as reuniões das mesas de discussão onde foram debatidas, não só pelos componentes das mesmas, mas também por todos os delegados interessados, não só os relatórios regionais (Relatórios das Federações das Associações Rurais) e o relatório geral, organizado pela Comissão Organizadora, como também as diversas teses e trabalhos apresentados à apreciação da III Conferência Rural Brasileira, pelos delegados.

Após os debates e discussões, as mesas de discussão prepararam os seus relatórios que, aprovados pelos grupos, foram então enviados ao plenário para serem debatidos e votados pelos delegados visitantes.

XX — SESSÕES PLENÁRIAS

Igualmente numerosas e muito concorridas foram as sessões plenárias onde, não só o relator de cada grupo, como os demais delegados votantes, debateram exaustivamente todos os relatórios de grupos e moções apresentadas à III Conferência Rural Brasileira.

Os debates e discussões, em um ambiente de harmonia e respeito pelos diferentes pontos de vista relativos a cada assunto, foram os mais proveitosos e evidenciaram que a classe rural conhece bem os seus problemas e deseja que sejam os mesmos solucionados de tal forma que ausculte aos seus anseios e promova o fortalecimento da economia nacional.

XXI — CONCLUSÕES E MOÇÕES APROVADAS

A III Conferência Rural Brasileira em São Paulo aprovou o relatório do 1.º grupo, presidido pelo Sr. Augusto de Oliveira Lopes, do Distrito Federal, que se dividiu em dois subgrupos, teve como relator-geral o Sr. Lycio Grein, do Paraná, e examinou onze contribuições que lhe foram distribuídas, a saber: do Sr. Newton Cortez da Silva, sobre serviços de acordo de Divisão de Defesa Sanitária Animal no Piauí; do Sr. Oswaldo da Costa Nunes, sobre o problema da carne no Maranhão; do Sr. Miguel Mariano Pomavadtzi (Paraná), sobre produção animal; do Sr. Miguel Guzeszczyszyn (Paraná), sobre importação de batatas para plantio e distribuição de sementes; do Sr. Acacio Gomes (São Paulo), sobre o fomento patrocinado pelas entidades particulares, como meio de auxiliar a recuperação agrícola; do Sr. José Cassiano Gomes dos Reis (São Paulo), sobre condições técnicas da produção de café no Brasil; do Sr. Nestor de Oliveira (Paraná), sobre indicações em torno da padronização de cereais; do Sr. Olavo Silveira Camargo, sobre a creche rural como arma de combate ao êxodo e de revitalização da agricultura; do Sr. Orlando Carvalho, sobre uma sugestão da Associação Rural de Mallet (Paraná) em torno da criação de escolas agrícolas; e do Sr. Horacio da Silveira (São Paulo) sobre a fazenda-escola.

2.º grupo, presidido pelo Sr. Jaime Canet (Paraná) e relatado pelo Sr. J. T. de Castro Alves

(Rio de Janeiro), tratou de adubos e corretivos, alimentos concentrados, inseticidas e fungicidas, vacinas e medicamentos, maquinaria, águas e irrigação, energia elétrica, combustíveis, transporte, armazenamento e comercialização. Foi em torno dos trabalhos desse relatório principalmente quanto à energia elétrica e aos combustíveis, que se travaram os mais acalorados debates do certame.

Nesse grupo, examinou inicialmente a III Conferência Rural Brasileira, os trabalhos apresentados, sendo propostas as seguintes conclusões: 1 — que seja planejada a importação de adubos, a fim de garantir seu suprimento e não onerar seu custo; 2 — que seja promovida maior divulgação dos estudos e métodos de utilização do composto e do esterco; 3 — que se aproveite melhor o lixo das cidades para a rehumificação dos solos agrícolas; 4 — que seja apressada a instalação da fábrica de fertilizantes amoniacais projetada junto à refinaria de Cubatão; 5 — seja facilitado o crédito para a instalação de moinhos de calcário destinados à correção dos solos.

Tratando de alimentos e concentrados, recomendou o conclave melhor utilização dos subprodutos da industrialização das sementes oleaginosas, muitas vezes exportadas com evidentes prejuízos para a pecuária nacional. Também se recomendou maior emprego de silos nas várias regiões do País, assim como maior difusão da cultura de leguminosas, seja para forragem seja para adubo verde.

Recomendou, também, que a mecanização com o emprego da tração a motor seja examinada com as reservas que aconselha a experiência dos nossos agricultores no emprego de tratores, implementos, combustíveis, lubrificantes e peças de substituição, importadas geralmente da área do dólar e utilizadas por pessoal não devidamente habilitado.

Sobre conservação e uso de água na agricultura recomendou a construção de um canal ligando o São Francisco ao Itapicuru. Foram lembradas também maiores facilidades para importação de equipamentos de irrigação.

ESTRUTURA AGRÁRIA, BEM-ESTAR E ASSOCIATIVISMO

O 5.º grupo, presidido pelo Sr. Paulo Fernandes (Rio de Janeiro) e que teve como relator-geral o Sr. Raul Renato Cardoso de Melo Filho, tratou de assistência social. Decidiu a III Conferência Rural Brasileira ratificar o pensamento da classe já manifestado nas conferências anteriores e apelar para os poderes legislativo e executivo, no sentido "da mais rápida aprovação do projeto de lei que cria o Serviço Social Rural, atendendo-se às aspirações das classes rurais, que serão manifestadas através da diretoria da Confederação Rural Brasileira".

Na rubrica Associativismo foram aprovadas as seguintes recomendações: 1 — apelar para os poderes legislativo e executivo no sentido de ser convertido em lei o projeto número 311-B, da Câmara dos Deputados, que cria subvenção anual ordinária às organizações rurais; 2 — recomendar às Federações de Associações Rurais a intensificação dos trabalhos de organização da classe, promovendo a Confederação, por sua vez, intensa campanha esclarecedora da relevante significação do associativismo; 3 — recomendar às entidades que realizem uma campanha no sentido da obtenção da sede própria; 4 — recomendar à Confederação

Rural Brasileira o estudo urgente de um esboço de projeto de lei criando a taxa prevista na letra b do artigo 21 do decreto 8.127, empreendendo esforços no sentido de ser a medida posta em execução; 5 — encarecer às entidades de classe a necessidade do combate incessante ao isolamento rural, através de núcleos rurais e do aperfeiçoamento dos meios de comunicação, mediante serviços postal, telegráfico e telefônico; 6 — encarecer a necessidade de maior divulgação de toda matéria de interesse da classe rural, especialmente através da radiodifusão, e nesse sentido, pleitear do Ministério da Agricultura que, no mais curto prazo, sejam tomadas providências complementares para o funcionamento da Rádio Rural, cujo material já se acha adquirido, devendo, porém, os respectivos programas ser elaborados em íntima colaboração com a classe organizada; 7 — recomendar à Confederação Rural Brasileira e às suas filiadas que sejam concedidas todas as facilidades aos associados, no sentido de incentivar o uso de contratos escritos destinados a remover dúvidas na execução de serviços, arrendamentos, parceria, etc.; 8 — encarecer perante as associações e autoridades a necessidade de ser intensificada a missão educativa através da divulgação de ensinamentos de racionalização da alimentação e do sanitarismo especialmente no que se refere ao combate às endemias.

Aprovou o certame as seguintes conclusões sobre cooperativismo: recomendar à C. R. B. o incentivo à organização cooperativa, através da propaganda e assistência que deve ser dada aos interessados para sua constituição; 2 — manifestar-se favoravelmente à constituição de cooperativas centrais de produtores, abrangendo zonas ou regiões de produção típica, estaduais ou interestaduais; 3 — recomendar esforços da C. R. B. e federadas no sentido de ser mantida a tradição no direito brasileiro de somente serem admitidos, como associados das cooperativas em geral, pessoas físicas, respeitadas apenas as exceções já estabelecidas no decreto-lei número 22.239; 4 — recomendar a realização de uma campanha de âmbito nacional, a fim de ser dada melhor redação ao artigo 25 e seus parágrafos e alíneas do projeto de reforma da lei cooperativa em curso no Congresso, no sentido de que as sobras apuradas pelas sociedades cooperativas e o retorno recebido pelos seus associados não constituam rendimento e, por isso, estão isentos do imposto sobre a renda; de que as sociedades cooperativas não incidam em impostos que recaem sobre suas atividades mercantis e que também estejam isentos do imposto sobre a renda as sociedades cooperativas e os juros fixos até o limite de 12% ao ano, atribuídos às cotas partes do capital social; 5 — recomendar ao Instituto de Imigração e Colonização e aos órgãos estaduais de colonização que, em seus planos, seja dada especial atenção à formação de cooperativas agrícolas de trabalho em comum, às quais seriam cedidas as terras necessárias; 6 — opinar, em referência à aspiração de voto das cooperativas filiadas às Federações Rurais, que devem ser mantidas e observadas as disposições do artigo 50 do regulamento aprovado pelo decreto 19.882, de 34 de outubro de 1945.

REFORMA AGRÁRIA

Aprovou-se ainda: 1 — manifestar-se no sentido de que a ampliação de dispositivos trabalhistas ao campo deve obedecer a critério sociológico,

de modo a que não ocorra súbita e violenta subversão nas relações da empresa com o empregado pelo desrespeito aos processos naturais de interação social. Essa cautela, entretanto, não expressa um sentimento involucionista no que concerne às relações entre o capital e o trabalho, de vez que as classes patronais, fiéis às tradições cristãs, se dispõem a colaborar com o Estado, submetendo, sempre que possível os interesses pessoais aos da coletividade; 2 — manifestar-se pela necessidade da atualização das disposições do Código Civil sobre o arrendamento rural, com o encaminhamento ao Congresso do projeto elaborado pela Comissão Nacional de Política Agrária, após os estudos e entendimentos com os órgãos representativos da classe; 3 — reconhecer a necessidade de se atualizar os dispositivos legais sobre tapumes, servidões, queimadas, combate a pragas, tráfico de animais, regime de pastagens e uso de águas; 4 — reconhecer a necessidade de legislação no sentido de impedir a subdivisão da propriedade rural em condições anti-econômicas, como resultado da sucessão "causa-mortis" e de especulação imobiliária e recomendar à C. R. B. que, em entendimentos com suas federadas analise o problema pleiteando dos poderes competentes solução adequada para ele; 5 — pleitear do Ministério da Agricultura a edição de uma compilação das leis e dispositivos esparsos aplicáveis às atividades rurais; 6 — considerar indispensável uma mais equitativa distribuição das rendas provenientes de tributação, inclusive de órgãos de previdência e assistência social, em benefício da zona rural, atendendo à sua contribuição para a receita, devendo-se, outrossim, regulamentar a aplicação da cota municipal de imposto de renda destinada a tais benefícios; 7 — recomendar à C. R. C. e às suas federadas a realização de uma campanha no sentido de que tenham aplicação no interior os recursos ali depositados pela economia popular em bancos oficiais e Caixas Econômicas, bem como das taxas arrecadadas.

LEGISLAÇÃO AGRÁRIA

Decidiu a Conferência: 1 — ratificar as manifestações anteriores com referência à reforma agrária no Brasil; 2 — reconhecer que alterações na estrutura da propriedade agrária podem representar, em determinadas circunstâncias, recurso necessário à promoção de bem-estar rural, mas, de qualquer forma a providência deve ter inspiração e execução eminentemente técnicas, pois a simples redistribuição de terras, embora podendo satisfazer momentaneamente aos beneficiários, não assegura o progresso econômico e social em que encontra sua justificativa nos regimes democráticos, bem como nas condições da vida rural brasileira; 3 — manifestar-se pela necessidade de ser devidamente considerada a situação peculiar do Nordeste, de modo a ressaltar a necessidade de assegurar-se imediata destinação social às obras contra as secas, organizando-se, em função desse pressuposto, fazendas de fixação, granjas coletivas ou cooperativas de trabalho na periferia dos grandes sistemas hidráulicos, de açudagem pública em geral ou ainda nas proximidades dos centros de consumo, inclusive nos chamados "cinturões verdes" das cidades, procedendo-se a desapropriações, quando for o caso e segundo a legislação competente; 4 — de modo geral, reconhecer que devem ter aproveitamento social as áreas de terras que venham a beneficiar-se de obras permanentes

de saneamento, de drenagem de açudagem e canais para irrigação ou outras de vulto realizáveis à custa dos cofres públicos.

RECURSOS NATURAIS

O 6.º grupo, criado no curso da realização do certame para o exame de assuntos gerais, foi presidido pelo Sr. Enrico Ildebrando Aurelio Ruschi, Secretário da Agricultura do Estado de Espírito Santo, e teve como relator o Sr. Mario Mazzei Guimarães. Recebeu os seguintes trabalhos: do Sr. Paulo Cristino dos Santos (Paraná), sugerindo providências de reflorestamento das margens das nascentes, arroios e rios e de assistência técnica, além de outras medidas; do Sr. Fidelino Viana Filho (Minas Gerais), sugerindo medidas para a regularização dos cursos de água de maior importância econômico-social; do Sr. Acrísio de Figueiredo (Maranhão), denunciando a devastação florestal do Vale do Mearim e sugerindo a criação de núcleos de pequena propriedade, visando a fixação do homem ao solo; o do Sr. Mario Penteado de Faria e Silva, tratando da garimpagem agrícola ainda dominante no País e registrando os efeitos desse tipo de agricultura sobre a flora, a fauna, o solo e a água, para afinal propor um código do uso da terra e a aprovação de conclusões da I Mesa Redonda de Conservação do Solo realizada em São Paulo. Pareceres de especialistas, entre os quais o Sr. Roberto de Melo Alvarenga (Serviço Florestal de São Paulo) e depoimentos pessoais feitos pelos Secretários da Agricultura dos Estados de Espírito Santo e Mato Grosso completaram ainda o material examinado pelo grupo, cujo relator apresentou, no final, um parecer que inspirou também as indicações que foram levadas ao plenário.

O relator, em seu parecer, assinala que não contou com um levantamento da situação referente a recursos naturais em nenhuma parte do País, providência essa, aliás, que considera urgente. Ponderou que, no tocante ao programa florestal e aos recursos naturais em geral, deveriam fazer-se indicações gerais. Para as áreas excessivamente desbravadas (São Paulo, Rio, Minas) a solução urgente é a suspensão de novas derrubadas de mata, bem como a manutenção, sob controle do Estado, de reservas de florestas, varjões e campos nativos destinados a manter os remanescentes da flora e fauna típicas; para as áreas medianamente desbravadas (Espírito Santo e mesmo sob certo aspecto Paraná) deveriam ser adotadas medidas de policiamento das novas ocupações; e para as áreas ainda em início de desbravamento (Mato Grosso), a política aconselhável é a da preservação de grandes áreas mais afastadas, a fim de evitar novo ciclo de "garimpagem" agrícola.

Foram finalmente feitas as seguintes indicações aprovadas pelo plenário: 1 — O Ministério da Agricultura, em cooperação com as Secretarias dos Estados, das Federações de Associações Rurais e outras entidades interessadas, deve efetuar o levantamento da situação atual dos recursos naturais de interesse rural nas diversas áreas do País, apontando, inclusive quais as explorações agro-pecuárias mais indicadas para cada zona, sobretudo naquelas ainda em face de desbravamento; 2 — A III Conferência Rural Brasileira lembra a urgente necessidade da realização de um Congresso Nacional de Recursos Naturais, com a participação das entidades oficiais e particulares interessadas no problema dos recursos naturais e com responsabilidade efetiva no delineamento e execução de pla-

nos conservacionistas; 2 — Nos Estados excessivamente devastados, devem ser impedidas novas derrubadas de matas, mantidas reservas oficiais com base na flora e na fauna nativas, protegidas as zonas montanhosas, as margens das lagoas e os cursos de água e mananciais, bem como intensificado o reflorestamento em geral, inclusive para fins de exploração econômica de produtos florestais; 4 — Nos Estados medianamente florestados, devem ser disciplinadas as novas derrubadas e adotadas as demais medidas referidas no item anterior; 5 — Nos Estados de desbravamento incipiente devem ser preservadas as áreas florestais mais afastadas, estabelecendo-se, entretanto, um regime de concessões de terras públicas que prevejam a manutenção de reservas oficiais de flora e fauna e de proteção das águas e montanhas, bem como cláusulas de interesse conservacionista nos contratos de alienação a particulares, inclusive no que interessa à poupança das madeiras de lei nas derrubadas e queimadas; 6 — Devem ser estabelecidas em lei normas de caráter conservacionista, com base nas conclusões da I Mesa Redonda de Conservação do Solo, realizada em São Paulo, visando, direta e indiretamente, à recuperação das zonas desbravadas e à manutenção racional dos recursos naturais na colonização do solo e das florestas em regime de produção mantida, ou seja, sem reduzir progressivamente a produtividade; 7 — As leis vigentes contra a poluição das águas devem ser aplicadas com todo o rigor, sobretudo junto às grandes aglomerações urbanas e centros industriais; 8 — Os governos e as entidades de classe especializadas devem organizar uma campanha educativa, de caráter popular, visando criar uma consciência conservacionista entre os agricultores e o povo em geral; 9 — Recomenda-se finalmente a intensificação de estudos sobre a fauna fluvial, lacustre e marítima do País.

Foi debatido e votado o relatório do 5.º Subgrupo B referente às comunicações que versam sobre Bem-Estar e Assistência Social. Esse trabalho foi elaborado pelo dr. Ben-Hur Raposo e aprovado pela quinta mesa, ficou assim redigido.

I — BEM-ESTAR SOCIAL — A III Conferência Rural Brasileira considera o Bem-Estar Social na agricultura como a consequência natural das condições de ordem econômica, política e social.

Para assegurar aceitável padrão de Bem-Estar Social, a III Conferência preconiza as seguintes medidas:

a — Adoção de todos os procedimentos econômicos, técnicos e políticos capazes de valorizar o trabalho rural, através do maior rendimento das safras e de melhores processos de comercialização dos produtos agro-pastoris, porque o Bem-Estar Social está obviamente condicionado às condições de vida e de trabalho do homem.

b — Critério sociológico na extensão da legislação trabalhista aos meios rurais de modo a que não ocorra, graças ao imediatismo demagógico, súbita e violenta subversão nas relações entre as empresas agro-pastoris e os seus assalariados, pelo desrespeito aos processos naturais de interação social. Essa cautela não deve expressar, entretanto, um sentimento involucionista no que concerne ao sentimento do capital e o trabalho na agricultura — relações entre o capital e o trabalho na agricultura — mais esclarecida, porque às classes patronais — mais esclarecidas e fiéis às suas tradições cristãs — compete orientar o Estado neste setor e submeter interesses pessoais aos da coletividade, não esquecendo que será impossível a prosperidade das empresas se a agitação social invadir os centros de produção.

c — Dentro deste critério, a III Conferência julga necessárias, para o atenuamento ou a remoção das principais causas de mal-estar social, as seguintes diretrizes:

I — Generalização de uso dos contratos escritos de trabalho, de modo a se evitar atritos entre patrões e empregados, que passarão a viver e trabalhar em bases não estritamente pessoais.

II — Adoção de cláusulas bem claras nos contratos de parceria e respeito mútuo aos compromissos assumidos.

III — Atualização das disposições do Colégio Civil sobre o arrendamento, com o encaminhamento ao Congresso do projeto elaborado pela Comissão Nacional de Política Agrária, após os estudos necessários e os entendimentos com os órgãos representativos da agricultura.

IV — Atualização dos dispositivos legais sobre tapumes, serventias, queimadas, tráfego de animais, regime de pastagens, uso de águas, etc., e, principalmente, ampla divulgação dos mesmos entre os agrários, a par de campanhas educativas que evitam conflitos entre agricultores e criadores.

V — Combate ao isolamento rural que é uma das causas dos desajustamentos do homem do campo. Serviços telefônicos, telegráficos, postais e outras medidas semelhantes aproximarão entre si os prédios rurais, e o assunto, na medida do possível, deve merecer a atenção das associações rurais, que são, em verdade o instrumento fundamental da convivência entre os agrários e o único "elevador social" realmente à disposição da agricultura e o processo mais eficaz para a identificação e o aproveitamento de novos líderes da classe.

VI — Desenvolvimento da missão educativa a cargo das associações rurais, notadamente no que se refere a ensinamentos de racionalização alimentar e de sanitário, principalmente contra as endemias.

VII — Campanhas educativas, de acordo com as atribuições que a lei confere às associações rurais, no sentido de levar, através do rádio, às classes agrárias os últimos ensinamentos da técnica agrônoma e dos serviços sociais; neste sentido, a III Conferência Rural Brasileira recomenda ao Governo da República que, no mais curto prazo, sejam tomadas as providências complementares indispensáveis à instalação e início de funcionamento da Rádio Rural, uma vez que sua atividade é considerada da maior valia.

VIII — Preferência de elementos do campo para o magistério nas zonas rurais, para se evitar incompatibilidades e influências nocivas à vida agrária, devendo os governos dedicar especial atenção ao problema da pedagogia rural nas escolas do país, no sentido de impedir que o professorado rural seja apenas um estágio para acesso às escolas urbanas.

II — ASSISTÊNCIA SOCIAL — A III Conferência Rural Brasileira considera fundamental o problema dos serviços sociais, na conjuntura rural do país, porque o Estado não pode alheiar-se à missão de zelar pelo mais valioso patrimônio da nacionalidade — o homem.

Até agora — apesar dos esforços ocorrentes neste setor e que merecem todos os louvores, inclusive o Seminário Latino-Americano de Bem-Estar Rural — temos atuado de modo algo confuso, bastando observar-se que, sobre o assunto, entre outros, existem e funcionam no país os seguintes órgãos públicos e entidades nacionais e internacionais.

1 — Serviço de Assistência a Menores (Ministério da Justiça).

2 — Campanha Nacional de Educação Rural (Ministério da Educação).

3 — Missões Rurais (Ministério da Agricultura).

4 — Legião Brasileira de Assistência.

5 — Serviço de Nutrição e Puericultura (Ministério da Saúde).

6 — Comissão de Bem-Estar Social (Ministério do Trabalho).

7 — Departamento Nacional da Criança (Ministério da Educação).

8 — Ação Social Arquidiocesana.

9 — Instituto Nacional de Colonização e Emigração.

10 — Numerosos órgãos e entidades estaduais, de atribuições assemelhadas aos já enumerados.

11 — Diversos Departamentos da O. N. U., como por exemplo, a F. A. O., a F. I. S. I. e a O. I. T., a Assistência Técnica (Programa do Ponto IV).

A pluralidade desses órgãos atuantes na Assistência Social evidencia que urge uma unificação funcional e a instituição de uma sistemática de acordo com as características e necessidades do meio rural brasileiro — e esse objetivo de convergência dos esforços só pode ser alcançado através do Serviço Social Rural, em últimação no Senado Federal.

A III Conferência Rural Brasileira — ratificando solenes e unânimes deliberações da Confederação — reafirma aos poderes públicos seu indeclinável dever de reivindicar o exercício da assistência social pelos seus próprios órgãos representativos.

O Serviço Social Rural será a pedra angular da política dos serviços sociais agrários e a III Conferência, a par deste apelo de urgência ao Legislativo para a matéria, reafirma as seguintes diretrizes:

I — Participação direta das Associações e Federações no Serviço Social Rural, cabendo às entidades de classe a função de órgão executor.

II — Os serviços sociais deverão atuar precipuamente nos municípios, evitando-se sempre a burocracia do sistema.

III — Pesquisas econômicas e sociais nas zonas rurais, precedendo a quaisquer planos dos poderes públicos ou de entidades privadas.

IV — Mais justa e racional destinação dos impostos, bem como das taxas cobradas por órgãos de previdência e assistência social, porque os resultados dessas tributações devem reverter proporcionalmente em benefício das populações agrárias contribuintes.

V — Ação educativa por parte das Associações Rurais, que deverão, conforme seus estatutos, intensificar os trabalhos neste setor, em colaboração com outros órgãos interessados, evitando-se o malôgro que sempre decorre pela falta de continuidade da permanência dos técnicos dos serviços sociais nos municípios.

III — CÓDIGO RURAL — Será desnecessário, por certo, dizer da utilidade dos códigos, pelo que representam de unidade legislativa. No caso atual, entretanto, a III Conferência não vê como reclamar urgência para o assunto, em face das características e imperativos da conjuntura do momento, porquanto atravessa o país uma fase de intenso trabalho legislativo nas duas Casas do Congresso.

Em face dessa realidade, a III Conferência Rural Brasileira prefere encarecer ao Ministério da Agricultura, sem prejuízo, é claro, da oportuna elaboração do Código Rural, a utilidade de se coligir a legislação rural vigente, editando uma "Coletânea" anotada e comentada, com instruções claras aos agricultores, para larga difusão

nos meios rurais, pouco esclarecidos diante da sucessão de leis, decretos e regulamentos existentes.

Ben-Hur Raposo — Relator do Subgrupo.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Comentou-se no recinto da Conferência, a oportunidade de uma indicação que foi apresentada pelo Dr. José Cassiano Gomes dos Reis, a fim de que seja feito um apelo ao Congresso Nacional e ao presidente da República no sentido de ser aprovado com urgência e logo convertido em lei o projeto n. 8 de 1948, apresentado ao Senado pelo Senador Apolônio Sales.

A referida recomendação está assim redigida:

Considerando: a) que a eletrificação rural é um imperativo da evolução e do progresso; b) que as zonas rurais que não se valem da eletrificação estacionam, ou porque se privam de meios eficazes para o desenvolvimento dos processos econômicos de produção, ou porque não constituem centros de fixação e atração do homem; c) que a eletrificação rural importa em vultosa inversão de capitais na maioria dos casos, por sua natureza, fora de condições de atrativo à iniciativa privada; d) que no caso, cumpre ao Estado vir ao encontro da vida rural neste setor, que se reveste de uma dupla característica, econômica e social; e) que a ajuda do Estado deve ser direta, supletiva da iniciativa privada, o que pode ser conseguido adotando-se um plano de financiamento especial, a juros ínfimos e prazos longos para extensão das redes de transmissão de eletricidade na zona rural; f) que esta modalidade de incentivo oficial resultou no mais completo êxito em nações supercapitalizadas; g) que instituindo, neste sentido, um serviço especializado de fomento à eletrificação, e atendendo às razões destes "considerando", está atualmente na Câmara dos senhores deputados, sob o número 597-49, um projeto de lei, já aprovado no Senado, que corresponde aos anseios das classes rurais brasileiras. A terceira Conferência Rural Brasileira faz um apelo ao Congresso para que conclua o processamento legislativo em foco, bem como ao senhor presidente da República para que tão cedo lhe seja encaminhada a lei, de pronto a sancione.

Falando ao jornal "Estado de São Paulo", disse o Senador Apolônio Sales que o respectivo projeto com a redação constante do anexo ao parecer n. 638, de 1949, já foi aprovado pelo Senado tendo sido encaminhado à Câmara dos Deputados para conclusão do processamento.

Trata o projeto da criação do Serviço de Fomento à Eletrificação Rural com o fim de promover, mediante linhas de transmissão de energia elétrica, o emprego da eletricidade nas zonas rurais.

Entende o Senador Apolônio Sales que cumpre ao Estado promover os meios para que, como as organizações urbanas, os estabelecimentos rurais passem também a usufruir dos benefícios da eletrificação. Essas providências, principalmente no Nordeste, são hoje uma necessidade imperiosa porque o aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso deixou de ser um sonho para ser uma realidade.

Lembrou o antigo ministro da Agricultura, que foram providências dessa natureza, tomadas pelo presidente Franklin D. Roosevelt que possibilitaram o desenvolvimento da zona rural dos Estados Unidos, pois é sabido que em 1935 das 3 milhões de propriedades agrícolas da grande República do Norte, apenas 700 mil eram eletrificadas. Hoje em mais de três quartos daquele total de propriedades rurais estão instalados os serviços de eletrificação.

O plano que se tem em vista prevê a concessão de empréstimos especiais a juros de três por cento ao ano e a prazo de 25 anos. Os recursos para tanto necessários seriam entregues pelo Tesouro ao Banco do Brasil e suas agências para distribuição entre cooperativas ou entidades interessadas mediante parecer de uma comissão composta de representantes das Secretarias da Agricultura e da Viação e Obras Públicas, dos Estados e do Banco do Brasil.

COOPERATIVISMO

Em sua última reunião, o 5.º Grupo das Mesas de Discussão da III Conferência Rural Brasileira, sob a presidência do Senador Paulo Fernandes, discutiu vários trabalhos apresentados sobre "Associativismo e Cooperativismo", pelo Sr. Ciro Werneck de Souza e Silva, que é membro da Comissão Organizadora do conclave na sua qualidade de presidente da União das Cooperativas do Estado de São Paulo.

Sob o fundamento de que as Cooperativas constituídas de agricultores e criadores, filiadas às Federações das Associações Rurais, têm os mesmos deveres e encargos que as Associações Rurais, mas não têm direito de voto pleiteou o autor desse trabalho o reconhecimento desse direito, mediante decreto executivo, alterando o art. 50 do Decreto n. 1.882, de 24-10-45, ou mediante emenda a ser apresentada ao projeto de lei n. 159-A-47, em andamento na Câmara dos Deputados, dispondo sobre cooperativismo, o que não foi aceito.

A mesma comissão aceitou a conclusão apresentada em outro trabalho pelo Sr. Ciro Werneck, no sentido de que o aludido projeto de lei n. 159-A-47 (substitutivo Daniel Faraco ao projeto Costa Porto) quebra a tradição do direito cooperativo brasileiro ao admitir que também as pessoas jurídicas possam constituir sociedades cooperativas entre si ou livremente ingressar em cooperativas de qualquer espécie ou categoria, sem a menor limitação. O autor desse trabalho só admite como exceções a essa regra as já existentes para as cooperativas de seguro, para as de natureza agrícola e pastoril e para as cooperativas de indústrias extrativas, além das que tenham por fim a organização e prestação de serviços públicos, de transportes em geral, telefônicos e telegráficos, de iluminação e energia elétrica, abertura e conservação de vias de comunicação, nas quais poderão ser admitidas pessoas jurídicas e o próprio Poder Público, pela natureza especial dessas sociedades e pela importância social de seus objetivos.

Também mereceu acolhida da Comissão a proposta feita no sentido de que a III Conferência Rural Brasileira dê seu apoio ao projeto apresentado à Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, em sua reunião de outubro de 1954, no sentido de ser promovida a constituição de uma Cooperativa Central de Cafeicultores, de âmbito interestadual, de natureza mista, integrada pelo interesse de duas cooperativas regionais de cafeicultores e de pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à atividade cafeeira, abrangendo os Estados produtores e tendo como principal objetivo a defesa integral dos interesses econômicos dos seus associados, promovendo a exportação do café e de outros produtos agrícolas subsidiariamente produzidos.

Além disso, foram apresentadas e debatidas pelos delegados numerosas moções, algumas das

quais foram discutidas acaloradamente, como, por exemplo, uma da delegação gaúcha, propondo medidas contra o comércio ilegal nas fronteiras, e outra da Associação Rural de Juiz de Fora, propondo apoio ao projeto de lei 2.157, em curso na Câmara Federal, que dispõe sobre a criação de unidades agrárias militares. A delegação gaúcha, depois de assinalar a existência de contrabando de lã e outros produtos de origem animal na fronteira, propôs fosse telegrafado aos Ministros da Fazenda e da Guerra solicitando providências destinadas a impedir a continuação daquele contrabando. A moção foi aprovada, depois de se terem manifestado sobre o assunto várias delegações, inclusive a baiana, que atribuiu o fato à corrupção generalizada que cumpre combater, sugerindo fosse endereçado um apelo ao Poder Judiciário no sentido de que sejam sistematicamente denegados os mandados de segurança em que se apoiam os contrabandistas. A outra proposição citada, referente às unidades agrárias, foi depois vivamente debatida, revelando o interesse que os agricultores votam a uma maior participação das forças armadas na difusão do ensino e da prática agrícolas.

A delegação sul-riograndense leu os termos de uma proposição criando unidades agrárias motorizadas no Exército e aplicação de serviços agrícolas militares nas zonas rurais e a delegação do Paraná recordou tese aprovada sobre a matéria por ocasião da II Conferência Rural Brasileira realizada em Curitiba no ano passado. Nessa ocasião, por proposta do mesmo delegado paranaense que tratou do assunto, Sr. Lycio Veloso, foi aprovado longo e documentado estudo sobre a integração do Exército num plano agrícola nacional, cujas bases vão além da simples criação de unidades agrárias militares. Decidiu-se não votar o assunto nessa sessão plenária, a fim de que ele fosse melhor examinado antes de sua votação final.

Várias moções de solidariedade foram em seguida aprovadas: ao Sr. Arthur Torres Filho; a São Paulo, no ano do seu quarto centenário, por motivo de sua importante contribuição ao progresso econômico do País (proposta da Associação Rural de Itabuna, Bahia); ao camponês, ao sertanejo e ao mateiro brasileiros (proposta do Sr. Demosthenes Paulo da Matta, secretário da Agricultura da Bahia); ao cooperativismo (Sr. Amaro Cavalcanti); à mulher paulista (Sr. Nelson Oliveira); ao Governador Lucas Nogueira Garcez, por motivo da mensagem enviada à Assembleia Legislativa de São Paulo, dispondo sobre a concessão de favores fiscais às cooperativas.

Foram ainda aprovadas as seguintes moções: do Sr. Jerônimo Coimbra Bueno, recomendando ao Governo da União imediatas providências para a pronta mudança da Capital Federal para o Planalto de Goiás, que foi aplaudida pelas delegações baiana, goiana, fluminense e de outros Estados, do Sr. Helio Rubens Junqueira Caldas propondo a concessão de um abono de Natal a todos os trabalhadores do campo equivalente a um mínimo de 10% do salário mínimo mensal de cada um, o que foi aprovado, com um voto em separado da delegação baiana, a qual assinalou que os agricultores do seu Estado, especialmente os cacaueiros, concedem no fim do ano aos trabalhadores agrícolas uma participação nos lucros.

ESTUDOS SOBRE COMBUSTÍVEIS, TRANSPORTES E ARMAZENAMENTO

Dos estudos sobre combustíveis, foi aprovada esta recomendação: às autoridades responsáveis

pela República para que: a) encetem de maneira decidida a exploração do petróleo nacional e a destilação dos xistos piro-betuminosos, tomando, se preciso, as providências necessárias à alteração ou ampliação da legislação vigente, no sentido de resolver o transcendental problema, com o emprego dos recursos do País e do estrangeiro; b) sejam, em todas as circunstâncias, asseguradas ao transporte da produção as quantidades de combustível que lhes são imprescindíveis; c) seja assegurada às áreas mecanizadas, onde o trabalho rural efetivamente deva ser mecanizado, o suprimento indispensável à manutenção desse trabalho.

Quanto a transportes ficou resolvido que além do desenvolvimento e melhoria dos sistemas ferroviário e rodoviário, recomenda-se o aparelhamento dos portos brasileiros e o equipamento da cabotagem, no sentido da real utilização dos transportes marítimos e fluvial, menos onerosos e mais consentâneos com os interesses da economia nacional. II — Quanto à isenção de frete ferroviário para sementes, adubos, reprodutores, inseticidas, máquinas e utilidades essenciais ao trabalho agrícola, parece que os favores já concedidos pelas estradas federais devem ser estendidos às estradas particulares, que além de serem concessionárias de serviço público, devem ter interesse no aumento da produção a ser por ela transportada. Além disso, o transporte das utilidades indispensáveis ao trabalhador rural, deve ser sempre feito em regime preferencial. III — O transporte da produção deve ser beneficiado dentro de um critério preferencial que assegure o escoamento nas safras, de modo a proporcionar justo preço ao produtor e melhores condições para o abastecimento dos centros consumidores.

Quanto ao armazenamento e comercialização, decidiu o plenário reclamar: I — a) a imediata aplicação do regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, para isso baixando-se as instruções de ordem geral obrigatórias para todas as agências do Banco; b) a imediata reestruturação da Comissão de Financiamento da produção, para que ela cumpra as finalidades da lei que a instituiu e também para que a lavoura dela possa participar diretamente; c) o armazenamento adequado da produção com a perfeita classificação e padronização dos agropecuários, único meio efetivo que garante bases de preços regulares e satisfatórios ao produtor.

II — A criação de entrepostos terminais de gêneros dos grandes centros consumidores, deverá ter em vista, tanto quanto possível: a) o estabelecimento de uma área livre para a pequena lavoura; b) na rede de silos, armazéns e frigoríficos destinados a atender o entreposto terminal de gêneros deve ser aproveitado o aparelhamento já existente em cada centro de consumo e em condições de utilização no sistema; c) no aparelhamento do entreposto terminal de gêneros, poderá ser utilizado o equipamento de fabricação nacional existente, embora de capacidade reduzida, independente da importação de equipamento com capacidade para alta tonagem; d) não se justificará qualquer demora na construção dos entrepostos terminais de gêneros com a alegação de dependência de importação de silos com capacidade para alta tonagem; e) os entrepostos terminais de gêneros devem ter a área mínima de 10 mil metros quadrados e devem ser localizados em centros de entrosamento ferroviário e rodoviário.

III — A comercialização do leite, conforme as experiências já realizadas em diferentes pontos do

País, somente oferece resultados plenamente satisfatórios quando realizada pelos próprios produtores, razão por que se recomenda a organização destes em cooperativas.

No próximo número de "A Lavoura", transcreveremos na íntegra, todas as conclusões da III Conferência Rural Brasileira, com a redação definitiva, redigida pela Comissão de Redação do referido conclave.

XXII — ENCERRAMENTO DA III CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

Foi o seguinte o programa do último dia do conclave (12-12-1954):

- a) às 9,30 horas, missa solene na Catedral de São Paulo;
- b) às 10,30 horas, reunião no Hotel Esplanada;
- c) às 15 horas, recepção no Jockey Clube, com a realização de um páreo especial, em homenagem ao Congresso;
- d) às 22 horas, jantar no Hotel Esplanada.

XXIII — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da mesma forma que as conferências anteriores, a III Conferência Rural Brasileira alcançou brilhante êxito.

Mais uma vez a classe rural deu uma demonstração de pujança e vitalidade.

Em um ambiente de harmonia e bons propósitos, debateu ela, com entusiasmo e vibração, os seus mais palpitantes problemas.

Mais uma vez a classe rural — a maior de nossas classes econômicas —, reunida em torno da bandeira de seu órgão máximo — a Confederação Rural Brasileira —, deu ao país uma demonstração de que conhece os seus problemas e sabe o que deseja.

A defesa dos interesses da classe rural é de importância capital para o país, pois é a agricultura que proporciona ao país as divisas de que tanto ele carece.

Encerrar os problemas rurais com segurança e objetividade, voltar as suas vistas para os problemas da agricultura, e do homem do campo, é política sadia e acertada do Governo, pois da estabilidade da agricultura, depende o bem-estar e a sobrevivência do país.

A classe rural não é mais caudatária das outras.

Os seus pontos de vista precisam e devem merecer a atenção dos poderes públicos.

A sua voz precisa e deve ser ouvida.

Não é outra a função da Confederação Rural que congrega em seu seio numerosas Federações de Associações Rurais representando mais de 1.000 Associações Rurais Municipais e que está sempre alerta em defesa da classe.

Oxalá sejam ouvidas as justas e criteriosas ponderações da classe e sejam devidamente consideradas as acertadas conclusões da III Conferência Rural Brasileira.

Que daqui a um ano, quando se reunir, em Fortaleza, Estado do Ceará, a IV Conferência Rural Brasileira, senão, todas, pelo menos em grande parte, tenham sido postas em execução as acertadas conclusões da III Conferência Rural Brasileira, é o que espera a classe rural para o bem do país que para ser forte precisa estar aliado em uma agricultura pujante e próspera.

RETIFICAÇÃO

No discurso do Dr. Fabio Luz Filho, em homenagem ao Dr. Antonio de Arruda Câmara, publicado no última número de "A Lavoura", saiu, por um lapso de revisão, a expressão "minima", em lugar de "nimia", como se encontra no original do discurso, entregue à redação da revista.

FOMENTO AGRÍCOLA

A Lavoura registra, com satisfação, o aparecimento do 1.º número de "Fomento Agrícola", que será o Boletim Oficial de Divisão de Fomento Agrícola do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo.

"Fomento Agrícola" substituirá "Colheitas e Mercados" que tantos e tão relevantes serviços prestou à divulgação agrícola.

O novo Boletim da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo tem como objetivos:

- a — informar agrônomos e lavradores sobre as conquistas recentes da agronomia nacional
- b — notificar fatos e ocorrências de interesse para o meio rural
- c — proporcionar oportunidades para que agricultores e técnicos exponham livremente seus pontos de vista a respeito de assuntos de interesse para nossa agricultura.

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES

Impulso da citricultura em S. Paulo

A citricultura em S. Paulo vem tomando grande impulso nos últimos anos. Em 1945, havia no referido Estado, 5.400.000 laranjeiras, com uma produção de 5.828.000 de caixas. Depois a produção foi caindo, tanto que em 1950 o número de laranjeiras era apenas de 2.259.000 representando uma produção de 3.457.000 de caixas.

Depois dessa queda a produção tem aumentado progressivamente, de ano para ano. Em 1954, o número de laranjeiras já é de 5.473.000 e a produção de 4.967.000 de caixas, o que representa um valor de Cr\$ 258.284.000,00.

Safra de aveia em 1954

A produção de aveia no corrente ano foi estimada em 12.222 toneladas no valor de Cr\$ 31.854.000,00 sendo que só o Estado do Rio Grande do Sul concorreu com um pouco mais de 80% da produção (10.732 toneladas).

Novo Regimento do Serviço Florestal

O presidente da República aprovou o novo Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Pelo novo regimento foram muito ampliadas as atividades desse importante órgão do Ministério da Agricultura.

Produção de Núcleos Coloniais

A produção dos núcleos coloniais de S. Bento, Santa Cruz, Tinguá e Duque de Caxias, destinada ao abastecimento de gêneros alimentícios ao Distrito Federal, foi de Cr\$ 6.968.565,00. Desses núcleos, o que mais se destacou no volume da produção foi o de São Bento, localizado na Baixada Fluminense.

Reunião da C. R. B.

Prosseguem, com regularidade, as reuniões semanais da Confederação Rural Brasileira, realizadas às quarta-feiras, durante as quais têm sido estudados e debatidos importantes problemas do mais alto interesse para a classe rural.

Área agrícola do Distrito Federal

O Distrito Federal ocupa uma área equivalente a 0,027% da área total do Brasil que é de 851.603.700 hectares, isto é, uma área total de, apenas 116.700 hectares.

No momento, a área cultivada é de apenas 20.000 hectares, isto é, a terça parte da área aproveitável para fins agrícolas, que abrange as circunscrições de Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá e Santa Cruz.

Isto significa que são amplas, ainda, as perspectivas para o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal, onde dois terços da área aproveitável para fins agrícolas, ainda permanece sem utilização.

Convenção anual de Café

Realizou-se em Boca Baton, nos Estados Unidos, a 44.ª Convenção Anual do Café, reunindo os países produtores e consumidores de café.



LANCHE DE CONFRATERNIZAÇÃO ENTRE OS FUNCIONÁRIOS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Promovido pelas funcionárias da Sociedade Nacional de Agricultura sob a orientação de Martha Nise Ramos de Brito, antiga servi-

dora da instituição —, foi oferecido a todos os funcionários da mesma, um lanche de confraternização no dia 23-12-1954.

O elemento feminino promotor da reunião ofertou a cada um dos companheiros de trabalho uma lembrança, como demonstração de amizade e estima.

Usaram da palavra, na ocasião, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que, escolhido para paraninfo da festa, falou em nome das funcionárias, sobre a razão de ser da homenagem; o Dr. Alberto Ravache, que em nome dos funcionários fez os agradecimentos; e, finalmente, o Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, sr. Luiz Marques Poliano, que congratulou-se com todos pela feliz oportunidade de, reunidos fraternalmente, comemorarem a maior data da Cristandade, no novo prédio da Casa da Agricultura.

Digno de registro é que todos os oradores congratularam-se com o Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura que tem sido sempre um bom companheiro tanto nas horas difíceis por que tem passado a instituição, como também, nos momentos alegres como aquele em que todos juntos se propunham a trabalhar com dedicação e interesse em prol do desenvolvimento sempre crescente da entidade, que tem como presidente a figura querida, amiga e respeitável do Prof. Arthur Torres Filho.

A Lavoura, ao registrar esse acontecimento, congratula-se também com as funcionárias Martha Nise Ramos de Brito, Marlene Ramos de Brito e Juarina Farias Diniz promotoras da festividade e com o Prof. Arthur Torres Filho, pelas inequívocas provas de amizade e solidariedade de que foi alvo durante a festa, por parte de todos os funcionários.

Outro fato a assinalar é o de terem os funcionários da Confederação Rural Brasileira apresentado sua solidariedade à festa, comparecendo à mesma.

Que essa reunião se repita anualmente, no mesmo ambiente de amizade e de harmonia, são os votos que aqui deixamos consignado.



HOMENAGEM A PROFESSORES

Os concluintes do Curso de Aperfeiçoamento para Classificadores de Produtos Vegetais do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura homenagearam no dia 16 de Dezembro o Prof. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da E. H. W. B., e o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Vice-Diretor da referida Escola, que tiveram a seu cargo respectivamente, o ensino das disciplinas: "Economia Rural" e "Conhecimentos Gerais".



HOMENAGEM A DOIS COMPANHEIROS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

O Colégio Brasileiro de S. Christovão, grande e conceituado estabelecimento de ensino do Distrito Federal, comemorando o seu Jubileu de Prata, levou a efeito uma série de solenidades.

Uma delas, consistiu na inauguração dos retratos de professores falecidos que muito se distinguiram pela dedicação à causa do ensino no referido estabelecimento, entre os quais, o Professor Manoel Paulino Cavalcanti, nosso saudoso companheiro de diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

Por ocasião da inauguração do retrato do nosso sempre lembrado Diretor Técnico Manoel Paulino Cavalcanti, usou da palavra o nosso companheiro de diretoria, Prof. Geraldo Goulart da Silveira que, de improviso, traçou o perfil do homenageado, de quem havia sido discípulo e amigo, mostrando que o Prof. Paulino Cavalcanti fôra, não só um grande mestre de História Natural no Colégio Brasileiro de S. Christovão, mas também um dos nossos mais ilustres agrônomos com uma brilhante fôlha de bons serviços à agricultura nacional prestados no Ministério da Agricultura e na Sociedade Nacional de Agricultura.

Outra solenidade consistiu na entrega de medalhas comemorativas da data, aos professores e funcionários com mais de dez anos de serviços prestados no referido estabelecimento de ensino.

Nesta ocasião, recebeu uma medalha de prata comemorativa do Jubileu, o Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura e Redator Técnico de "A Lavoura", Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, que há 18 anos trabalha no referido estabelecimento de ensino, como professor de História Natural.

A Sociedade Nacional de Agricultura, ao ensejo das homenagens prestadas a esses dois técnicos que se têm destacado também pelos serviços prestados à agricultura nacional, congratula-se com a diretoria do Colégio Brasileiro de S. Christovão pela passagem de seu Jubileu de Prata, formulando votos para que esse modelar estabelecimento de ensino que tão bons e relevantes serviços vem prestando à educação, continue sua trilha de constante progresso e engrandecimento, bem servindo ao Brasil, servindo ao ensino e à educação.

E a seguinte a administração do modelar estabelecimento de ensino: **Diretores:** Augusta Landoes Quaresma, Adalzira Landoes Magalhães, Emygdio Quaresma Filho e Antonio da Costa Magalhães; **sub-diretores:** Amelia Landoes Bonnacase Ribeiro, Eunice Quaresma Nunan e Zenith Quaresma; **Orientador Educacional:** Geraldo Goulart da Silveira; **chefe de disciplina:** Christovam Salvador de Mello Pedrosa.

Ao Colégio Brasileiro de S. Christovão, portanto, as nossas felicitações pelo brilhantismo das comemorações de seu Jubileu de Prata.



A ESCOLA DE HORTICULTURA, WENCESLAO BELLO E A III CONFERENCIA RURAL BRASILEIRA

A Escola de Horticultura Wenceslao Bello esteve presente à III Conferência Rural Brasileira, realizada em S. Paulo, através de seu Diretor, Antonio de Arruda Câmara que, como delegado da S. N. A. ao referido conclave foi relator do sub-grupo Associativismo, e do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, seu Vice-Diretor, que, como delegado da S. N. A. ao referido conclave, foi o presidente do sub-grupo "Experimentação, pesquisas e ensino".

★ NOTICIÁRIO ★

da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

REFLORESTAMENTO NO DISTRITO FEDERAL

Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Redator Técnico da revista "A LAVOURA"

De acôrdo com os dados do Serviço Florestal

da Prefeitura do Distrito Federal, foi o seguinte o movimento de reflorestamento, mediante acôrds de cooperação realizados entre a Secretaria de Agricultura e os lavradores, no período de 1946 a 1953:

ANOS	n.º de Eucaliptus	ÁREA EM m2.	n.º de acordos
1946	445.200	21.410.156	26
1947	1.398.750	1.796.000	78
1948	1.275.820	5.793.000	130
1949	950.040	5.122.298	89
1950	432.139	3.818.060	45
1951	340.350	1.673.000	40
1952	283.750	1.321.400	29
1953	181.472	1.154.398	24
TOTAL	5.307.521	732.000	461

A reserva florestal do Distrito Federal vem diminuindo, consideravelmente, concorrendo para isso, entre outras, as seguintes causas:

- aumento do número de favelas;
- loteamentos para fins imobiliários;
- devastação das matas para aproveitamento de lenha.

O entupimento das galerias de águas pluviais, as inundações na época das chuvas, as quedas de barreiras, etc., constituem, sem dúvida, consequência da falta de revestimento florístico dos inúmeros morros que contornam o Distrito Federal.

O problema não é plantar, apenas, eucaliptus. É fazer o que o Major Acher fez na Tijuca. É restabelecer o revestimento florístico dos morros do Distrito Federal, que, dentre em pouco, estarão todos transformados em favelas, com suas graves consequências sociais, higiênicas, paisagísticas, etc..

ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO

No dia 20 de novembro realizou-se, na Sala da Congregação da Escola de Horticultura Wenceslão

Bello, a solenidade da entrega de diplomas aos alunos que concluíram os cursos profissionais do referido estabelecimento de ensino.

Na ocasião falou em nome dos diplomandos o aluno Jordilez José da Silva e, em nome da diretoria e do corpo docente, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira que, em incisivo improviso salientou o papel da Sociedade Nacional de Agricultura no setor do ensino agrícola e traçou rumos aos diplomandos que enfrentarão agora os árduos problemas profissionais.

CURSOS PRÁTICOS AGRÍCOLAS

Encerraram-se em Dezembro os Cursos Práticos Agrícolas ministrados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello pela Comissão Brasileira de Assistência às Populações Rurais do Ministério da Agricultura.

Os referidos cursos foram ministrados pelos Professores Jalmirez Guimarães Gomes, Pedro Goulart da Silveira Filho, Agrícola Castello Borges e Geraldo Goulart da Silveira.

UMA PUJANTE ORGANIZAÇÃO COOPERATIVISTA

AS REALIZAÇÕES DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA ATRAVÉS DOS DADOS CONSTANTES DO RELATÓRIO APRESENTADO PELA SUA DIRETORIA À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 1954, PELO SEU PRESIDENTE, DR. MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA



A 19 de abril último, comemorou a Cooperativa o seu 25.º aniversário de fundação, realizando uma grandiosa exposição da produção agrícola de seus associados. Dignificando a sociedade, visitaram-na as mais altas e ilustres personalidades, particularmente, autoridades federais e do nobre governo do Estado de São Paulo. Ao lado do aspecto geral, fixando parte dos mostruários apresentados e da grande massa de aproximadamente 150.000 visitantes que honraram essa exposição, documenta a presente fotografia: o momento em que o Exmo. Sr. Governador Professor Lucas Nogueira Garcez ouvia o Presidente da Cooperativa, Sr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, por ocasião da sua visita especial; num outro detalhe, encontra-se o Exmo. Sr. Coronel Milton Cezimbra, chefe do Estado Maior da 2.ª Região Militar e representante do Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, entre os Exmos. Srs. Drs. João Pacheco e Chaves e Heitor Grillo, respectivamente, Secretários da Agricultura de São Paulo e do Distrito Federal, outras autoridades, convidados especiais e diretores da Cooperativa.

Número de cooperados e capital

Contando na data de sua fundação (Dezembro de 1927), com 83 cooperados, possui hoje a Cooperativa Agrícola de Cotia 4.743 cooperados, o que vale dizer que o número de associados atualmente é quase sessenta vezes maior que o inicial. Em 1927, o capital da Cooperativa era, apenas, de Cr\$ 200.000,00, ao passo que em 1954 (Junho) o seu capital e as suas reservas elevaram-se a Cr\$ 142.223.349,50, o que revela a sua pujança econômica e financeira, graças a boa orientação que vem tendo desde a sua fase inicial, especialmente nos últimos anos, graças à dinâmica administração do Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida.

Releva salientar que os 4.743 associados com suas famílias formam uma coletividade de 30.355 pessoas. A média de participação de cada família em relação aos recursos próprios da organização (Cr\$ 142.223.349,50), atingiu a cifra de Cr\$ 29.986,00, o que representa um aumento de Cr\$ 10.000,00 por família, em relação ao ano anterior.

Situação demográfica e patrimonial dos associados

O recenseamento levado a efeito pela Cooperativa revelou que entre os associados

predominavam os japoneses e brasileiros, respectivamente com 59,1% e 34%, restando apenas 6% para outras nacionalidades (italianos, portugueses, alemães, espanhóis, lituanos, rumenos e outros). Entre os associados predominavam os casados (86,3%). Quanto ao grau de instrução, 74,5% possuem instrução primária; 13,3% instrução secundária, 4,3% instrução superior e 7,2% não declarada.

Entre os associados, 64% são proprietários (2.289) e 36% não proprietários (1.469). Releva salientar que o número de proprietários vem aumentando de ano para ano.

A utilização das terras dos cooperados é a seguinte:

áreas cultivadas	23,95%
pastagens	22,00%
capoeiras	21,52%
matas	11,25%
áreas reflorestadas	2,92%
cafesais	2,71%
pomares	2,14%
diversos	2,36%

É digno de registro que a área cultivada aumentou de 20% em relação ao ano anterior.

Os valores recenseados e estimados foram:

Especificados	Recenseados Cr\$	Estimativas Cr\$
Terra e mata	803.050.095,00	937.873.296,00
Construções	217.372.515,00	253.866.875,00
Florestas e pomares	216.250.185,00	252.556.012,00
Valor das propriedades rurais	1.236.672.795,00	1.444.296.183,00
Valor dos propriedades urbanas	207.843.500,00	242.738.155,00
Animais	101.991.390,00	119.148.903,00
Aves	23.296.263,00	27.214.859,00
Veículos	93.664.295,00	116.430.215,00
Inst. Agrícolas	92.374.258,00	107.914.159,00
Total	1.761.842.501,00	2.057.742.414,00

É a seguinte a discriminação das áreas plantadas:

Batata	2.232,5	alqueires
Tomate	302,3	"
Repolho	117,6	"
Cenoura	54,5	"
Aboborinha	73,5	"
Pepino	41,8	"
Vagem	49,7	"
Mandioquinha	48,3	"
Batata doce	55,1	"
Legumes e hortaliças	151,1	"
Milho	1.643,9	"

Arroz	255,4	"
Feijão	98,4	"
Cereais diversos	169,5	"
Algodão	530,5	"
Frutas diversas	21,2	"
Diversas	80,4	"
Total	5.925,8	"

É a seguinte a situação da pecuária:

Bovinos	36.062	cabeças
Caprinos	847	"
Equinos	3.898	"

Muareis	7.566	"
Suínos	25.715	"
Diversos	1.472	"
Aves	759.098	"
Outras aves	344	"

Conforme se verifica é substancial a contribuição da cooperativa para o abastecimento das populações urbanas.

Venda de produtos agrícolas

A venda de produtos agrícolas atingiu a elevada cifra de Cr\$ 567.442.611,20.

Além das vendas nos centros consumidores do país releva salientar que vem aumentando a exportação.

Entre os produtos vendidos destacam-se :

Tomate	938.724	caixas
Batata	797.901	sacos
Bananas	1.212.615	cachos
Ovos	7.695.356	dúzias
Chá	566.631	quilos

Adbos, inseticidas e implementos agrícolas distribuídos

Para que se possa avaliar o trabalho da cooperativa no que diz respeito à melhoria da produção, basta lembrar que, no último exercício foram distribuídos 22.337.671 quilos de adubos diversos no valor global de Cr\$ 49.293.219,80; 11.575.124 quilos de inseticidas e fungicidas e Cr\$ 24.637.616,50 de implementos agrícolas (veículos, tratores, motores, pulverizadores motorizados e simples, bombas água, arame tecido e farpado, etc.).

Serviço de crédito

O movimento global do departamento de crédito na ano em curso atingiu a Cr\$ 590.743.132,90 com um aumento, portanto, de 41,7% em relação ao balanço anterior. A conta de depósitos correspondeu a 33,10%, e a de empréstimos a 44,77%, acusando um aumento de 26,23% na conta de depósitos e de 50,58% na conta de empréstimos.

Serviço de utilização mútua

Nesses serviços, foram muito sensíveis os aumentos verificados.

No setor de transportes por exemplo, o aumento foi de 120,18% sobre o movimento do ano anterior; no de mecânica, o crescimento foi de 15,63%, no setor de assistência médica, farmacêutica e odontológica o aumento foi de 13,6%, no de incubação, de 25%, na fabricação de rações, de 20,2%, no de beneficiamento de arroz, de 47%, no de carpintaria, 77,28%. Foram ainda, relevantes, os trabalhos prestados pela Seção de Orientação Agrícola, pelo Serviço de Experimentação de Rações para Aves e pela seção de mecânica agrícola.

Serviços internos

Entre outros serviços importantes da Cooperativa destacam-se :

- a — o pensionato para estudantes, anexo à Estação Experimental, que mantém atualmente 21 estudantes do curso secundário e do curso superior;
- b — o grupo de cinema que percorreu 3.125 quilômetros e proporcionou espetáculos a cerca de 3.000 pessoas;

- c — os cursos agrícolas, dos quais participaram 53 pessoas;
- d — a divisão de fomento agrícola, cuja importância para os cooperados tem sido inestimável.

Resumo do balanço geral

É o seguinte o resumo do balanço geral realizado em 31 de março de 1954 :

Ativo

	Cr\$
Ativo imobilizado	152.250.480,70
Ativo disponível	27.013.476,20
Ativo realizável	269.684.559,90
Ativo transitório	7.233.012,70

Total

Ativo de compensação ..

Passivo

	Cr\$
Passivo não exigível	142.223.349,50
Passivo exigível	268.626.218,10
Passivo transitório	502.429,60
Resultado do exercício	14.829.532,30

Total

Passivo de compensação ..

Considerações finais

A leitura do relatório dos Serviços Sociais do Ano Social 1953-1954, apresentado à XXVI Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa Agrícola de Cotia, mostra bem a pujança dessa organização tão bem dirigida por uma pleiade de homens dedicados e devotados ao crescimento cooperativista entre os quais destaca-se a figura de Manoel Carlos Ferraz de Almeida, um grande batalhador a serviço da nobre causa do cooperativismo no país.

A Cooperativa Agrícola de Cotia é uma pujante organização que precisa e deve ser conhecida por todos quanto se devotam aos estudos econômicos e, especialmente, ao movimento cooperativista no país.

Uma visita à cooperativa é sempre útil, oportuna e agradável.

Percorrendo-se os seus diversos departamentos, observando-se o seu movimento, têm-se a verdadeira compreensão do muito que a Cooperativa Agrícola de Cotia vem fazendo em prol do nosso homem rural e do abastecimento dos mercados consumidores.

A Cooperativa Agrícola de Cotia tem em vista fazer com que os pequenos lavradores, economicamente fracos, tornem-se fortes através da alavanca propulsora da organização cooperativista dos mesmos, eliminando obstáculos e dificuldades e concorrendo para que eles possam viver tranquilamente em paz, sob o manto protetor e acolhedor do Cooperativismo.

Ela não visa lucros.

O seu objetivo é maior ainda.

Ela congrega homens possuídos de sinceras convicções dos ideais cristãos e tem como objetivo a defesa do indivíduo e do bem estar da coletividade.

Ao Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, que há tanto tempo vem conduzindo a Cooperativa Agrícola de Cotia por uma trilha de constante progresso e engrandecimento, as nossas congratulações.



Grupo de delegados eleitores, após a realização da assembléia

CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Eleita a sua nova Diretoria (Triênio 1954-1957)

Em Assembléia Geral Ordinária da Confederação Rural Brasileira, realizada no dia 10 de novembro de 1954, foi eleita e empossada a seguinte diretoria :

Presidente,
1.º Vice-Presidente,
2.º Vice-Presidente,
3.º Vice-Presidente,
1.º Secretário,
2.º Secretário,
1.º Tesoureiro,
2.º Tesoureiro,

IRIS MEINBERG
RUBENS FARRULLA
SILVIO ECHENIQUE
VIRGILIO M. F. TAVORA
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
FORTUNATO GUARITA
ALBERTO RAVACHE
P. A. DE CERQUEIRA LIMA

DIRETORES TÉCNICOS

Amaro Cavalcanti
Agostinho Monteiro
Gentil Nascimento
Mario Penteado de F. e Silva
Napoleão Fontenelle

Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Jeronimo Antonio Coimbra
Hugo Cabral
Salvio Pacheco de A. Prado
Waldemar Rupp

COMISSÃO FISCAL

EFETIVOS

Adamastor Lima
Julio Ferreira da Silva
Rafael da Silva Xavier

SUPLENTE

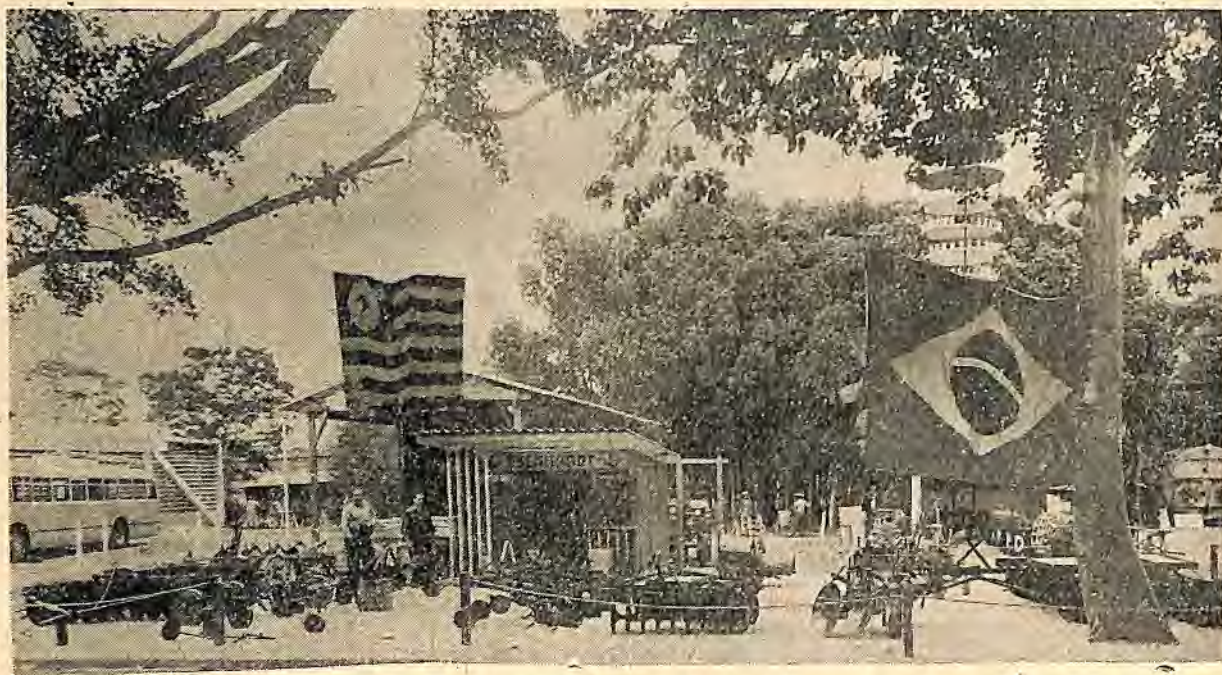
Arthur Oberlander Tibáu
Soasyvo Vieira da Silva
Nelson Dantas Maciel

O CONSELHO SUPERIOR, renovado pelo terço, ficou assim constituído :

Apolonio Salles
Arthur Torres Filho
Edgar Teixeira Leite
Levem Vampré
Luiz Simões Lopes
Manoel Demostenes
Dolor Ferreira de Andrade
Nestor Jost
Alfredo da Silva Neves
Amaro Alvares da Silva
José de Albuquerque Lins
Agenor Barbosa de Almeida
Felipe Rodrigues Siqueira Neto
José Reis Ferreira
Milton Freitas de Souza

Antonio de Arruda Câmara
Durval Garcia de Menezes
Lauro Fortes Bustamante
Joaquim Camara Filho
Ivo Leão
Alkindar Monteiro Junqueira
Newton Ferreira de Paiva
Lauro Borba
Francelino Bastos França
Oscar Daudt Filho
Kurt Repsold
Marcial G. Terra
Paulo da Silva Fernandes
Sylvano Alves da Rocha Loures
Ormeo Junqueira Botelho

A EBERHARDT NO BRASIL



Aspecto do pavilhão da EBERHARDT AGRÍCOLA E INDUSTRIAL, vendo-se conjuntos vários de implementos agrícolas os quais serão brevemente fabricados no Brasil.

Dentro do programa elaborado para a III Conferência Rural Brasileira, recentemente realizada em São Paulo, constava uma visita dos conferencistas ao Stand da EBERHARDT Agrícola e Industrial Ltda., sucursal no Brasil da conceituada fábrica de máquinas agrícolas, de grande tradição na Alemanha.

Como se sabe, essa firma foi fundada em Ulms sobre o Danúbio, em 1854, cabendo-lhe a primazia da criação do primeiro arado de ferro, exposto em 1859 na Exposição de Zurique.

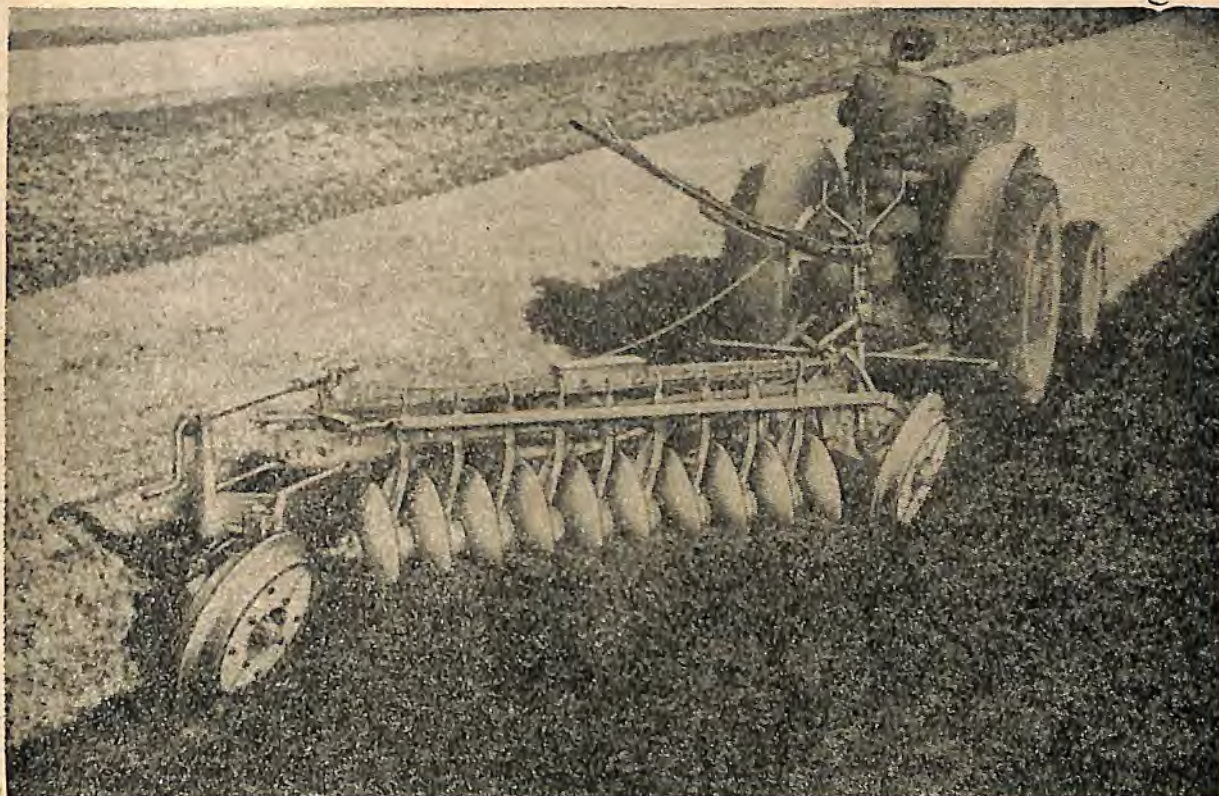
Nos três seguintes decênios, desenvolveram os irmãos Albert e Wilhelm Eberhardt a sua indústria até alcançar o ponto altamente adiantado em que hoje se encontra, constituindo-se num dos maiores conjuntos fabris especializados da Alemanha.

Estão os responsáveis pela Gebrueder Eberhardt empenhados em montar uma grande fábrica em nosso país, a fim de, utilizando as nossas matérias primas, tornarem mais fácil e mais rápida a mecanização de nossa lavoura.

Os conferencistas visitaram todo o amplo e bem apresentado Stand, sendo-lhes então, servido um coquetel.

Notava-se a presença da maioria dos Presidentes das Federações Rurais dos Estados, do Sr. Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira e de numerosos outros ruralistas patricios, acompanhados de suas excelentíssimas esposas.

O Sr. Alberto Ravache, Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura pronunciou, então, o discurso que a seguir publicamos, com os votos para que as dificuldades a que alude sejam o mais prontamente possível afastadas, dando ensejo a que se implante no Brasil tão oportuna quão necessária indústria:



Arado de discos ROBURIT 10 para trabalhos de corte, para trator, de 10 discos

“Velho agrônomo e rurícola, foi, para mim, um grande prazer a nossa visita, para um cocktail, a este seletto “stand” da Eberhardt. Conhecia suas esplêndidas máquinas de longa data e, assim, revendo-as em seu magnífico conjunto não me foi possível esconder o meu júbilo e manifestar a minha confiança no muito que poderão cooperar para a intensificação e melhoria dos nossos processos culturais.

Surpresa não pequena, no entretanto, causou-me a notícia de que a projetada montagem de uma usina da Eberhardt no Brasil ainda continuasse em estudos na SUMOC, retardada pela nossa burocracia, enquanto que um país nosso vizinho, mais sagaz e previdente, já havia, em menos tempo, favorecido a montagem, em seu território, de uma sucursal dessa firma, a primeira na América do Sul.

Eternos imprevidentes, famintos de moeda forte, menosprezamos as oportunidades que se nos oferecem para economisá-la, para continuarmos aferrados aos nossos arcaicos processos burocráticos, esquecidos de que a Providência Divina um dia também se cansará, vencida por tanta insensatez.”

LAVRADOR

Se em teu município não existe associação agrícola, toma a iniciativa e funda uma; pede instruções à secretaria da

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A Política Cambial e as Classes Rurais

REPRESENTAÇÃO AO SR. MINISTRO DA FAZENDA

A Sociedade Nacional de Agricultura recebeu do FARESP o seguinte ofício:

"A Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, entidade de classe organizadora da III.^a Conferência Rural Brasileira, realizada em São Paulo sob os auspícios da Confederação Rural Brasileira, vem à presença dessa prestigiosa entidade apresentar as conclusões a que chegaram as Comissões instituídas por aquela Conferência, e relativas aos estudos e sugestões sobre a atual política cambial para a importação de produtos e utilidades essenciais à lavoura nacional.

Estas conclusões, que foram aprovadas em plenário da citada Conferência, foram encaminhadas ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, conforme ofício cuja cópia estamos anexando à presente, o qual também foi enviado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura e a todos os senhores Diretores do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, a fim de que, uma vez aprovadas por aquele órgão, (SUMOC), que funciona sob a presidência do Sr. Ministro da Fazenda, sejam incluídas no Orçamento Cambial do ano vindouro, fato esse que, sem dúvida nenhuma, virá trazer melhores condições aos agricultores no concernente à importação de utilidades indispensáveis à sua produção, tais como maquinária agrícola, adubos, inseticidas, sementes para plantio, etc.

No entretanto, a fim de que o apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, e aos demais membros da SUMOC, encontre a ressonância, necessária, torna-se indispensável que todas as Federações e suas filiadas Associações Rurais, orientadas pelo espírito de classe que sempre tem prevalecido TELEGRAFEM ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura e ao Exmo. Sr. Diretor Executivo da SUMOC, insistindo na aprovação rápida de todos os itens propostos na exposição enviada àquelas autoridades, contendo as conclusões aprovadas pela III.^a Conferência Rural Brasileira, a fim de que sejam as mesmas incluídas no Orçamento Cambial do ano de 1955.

Na certeza de contar com a indispensável colaboração de todas as Federações e Associações Rurais, a FARESP, antecipadamente, agradece".

— x —

Senhor Ministro, A Confederação Rural Brasileira, organizadora da III.^a Conferência

Rural, reunida em São Paulo nos dias 6 a 12 de Dezembro último, durante a qual foram debatidos assuntos os mais variados, de interesse da produção rural brasileira, vem com a devida vênua, submeter à apreciação de V. Excia. as resoluções tomadas com relação à importação de produtos essenciais às atividades rurais, uma vez que essa matéria certamente será abordada nos estudos ora em curso nesse Ministério, relativos ao orçamento cambial para o próximo ano de 1955.

Pela Resolução n.º 86 da SUMOC e pelos Comunicados ns. 26 a 28 da CACEX, todos do ano de 1954, foram estabelecidos e regulamentados os Leilões Especiais de Produtos Agro-Pecuarí, destinados a assegurar a importação e o fornecimento de tais produtos, aos lavradores e aos criadores, em quantidades adequadas, época oportuna e preços compatíveis com o valor da produção agrícola.

Além de assegurar o ritmo da produção agro-pastoril, os Leilões Especiais possibilitaram e provocaram o incremento das atividades rurais, tanto pelas suas consequências de ordem econômica, como porque constituíram um fator psicológico positivo representado pela confiança dos lavradores e criadores em seus governantes.

Com base em experiência anterior, estamos convencidos ser indispensável uma programação, com a devida antecedência, tanto da dotação de divisas para importação de produtos agro-pecuarí, como do mecanismo da distribuição das moedas reservadas para aquela finalidade.

Para elaboração desse programa temos o prazer de anexar as resoluções aprovadas pela III.^a Conferência Rural Brasileira, sobre câmbio para importação de produtos essenciais à lavoura, as quais passaremos a examinar item por item.

Dotação global de divisas — A dotação

cambial recomendada, de 150 milhões de dólares, representada por diversas moedas, se justifica pelos seguintes motivos:

- a) de um lado, a lavoura, que atualmente recebe pelos seus produtos exportáveis apenas Cr\$ 31,50 a Cr\$ 36,00 por dólar, tem sido obrigada a pagar o dólar no próprio Leilão Especial da Lavoura na base de até Cr\$ 52,00, para a importação de produtos essenciais a suas atividades.

- b) de outro lado, de acordo com as estatísticas oficiais, o valor da exportação dos produtos da lavoura atingiu em 1953 a importância de Cr\$ 27.366.000.000,00 (vinte e sete bilhões, trezentos e sessenta e seis milhões de cruzeiros), equivalentes a US\$ 1.450.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e cinquenta milhões de dólares), representando 85,38% do valor total das exportações brasileiras.

Em face do exposto, nada mais justo do que se fazer reverter em benefício da própria lavoura uma parcela de apenas 10% dessa receita cambial produzida por ela, a fim de assegurar pelo menos a continuidade dessa produção agrícola sobre a qual se estriba a vida econômica da nação.

Categorias, verbas e ágios — O montante de divisas a ser aplicado na importação de produtos para a lavoura e pecuária deverá ser subdividido, para efeito de licitação, em três parcelas com ágios diferentes, como segue:

Categoria especial, com ágio mínimo de Cr\$ 10,00	US\$ 30.000.000,00
1. ^a Categoria, com ágio mínimo de Cr\$ 15,00	US\$ 15.000.000,00
2. ^a Categoria, com ágio mínimo de Cr\$ 18,00	US\$ 105.000.000,00
Total	US\$ 150.000.000,00

A **Categoria Especial** que abrangerá todos os fertilizantes e suas matérias primas, assim como sementes de batata para plantio se justifica em face da necessidade de se conceder um tratamento especial e preferencial para esses produtos, que, além de serem super-essenciais, não comportam um custo elevado para o lavrador.

Na situação atual da agricultura nacional, baseada ainda, em sua maior parte na utilização da fertilidade inicial das terras virgens, é imperioso criar bases econômicas e incentivos positivos para o aproveitamento das terras esgotadas antes que se verifique a fatal queda de produtividade dos solos novos atualmente em cultivo.

Se a queda da produção das terras novas cultivadas se verificar antes do estabelecimento definitivo de uma agricultura em solos esgotados, o país deverá experimentar dificuldades econômicas, políticas e sociais até hoje desconhecidas e de consequência imprevisíveis.

Além do mais, somente os fertilizantes apresentados para o lavrador as condições mais ingratas para seu emprego, tais como:

- representam parcela ponderável no custeio total por unidade de área;
- são inversões sujeitas a todos os riscos de exploração — climáticos, de pragas ou de mercado — por serem empregados no início dos trabalhos;
- são empregados, quase unicamente nas condições mais adversas quanto a fertilidade dos solos.

Cumpra ainda ressaltar que a recuperação dos solos esgotados, mais próximos das zonas de consumo, poderá contribuir positivamente para aliviar o problema dos transportes, agravado hoje em dia pela distância cada vez maior das terras novas em produção.

A **primeira categoria**, com o ágio mínimo de Cr\$ 15,00 por dólar, incluirá todos os demais produtos atualmente classificados nesta categoria, de acordo com os Comunicados 26 e 28 da CACEX.

A **segunda categoria**, com o ágio mínimo de Cr\$ 18,00 por dólar, incluirá todos os demais produtos atualmente classificados nesta categoria, de acordo com os Comunicados 26 e 28 da CACEX, e mais os seguintes:

7.74.22	— arame farpado
6.70.00	— tratores de rodas até 50 HP
6.70.60	— tratores de horta
6.70.80	— pertences e acessórios para os tratores acima
6.20.01 a 6.22.00	— máquinas e instrumentos agrícolas, exceto o 6.22.40

Os ágios acima citados em função da distribuição das verbas por categorias resultarão num ágio médio mínimo de Cr\$ 16,10 por dólar, perfeitamente compatível com as bonificações atualmente em vigor para as exportações dos produtos agrícolas.

Rateio entre bolsas — As verbas consignadas a cada categoria dos leilões especiais deverão ser oferecidas nas diversas regiões do país, em proporção aproximada da produção agrícola ou das necessidades de cada região.

Para esse efeito, e com base na estatística de importação de adubos em 1953, anexa, recomenda-se a subdivisão do país em quatro zonas de abastecimento, com as seguintes proporções de moeda para cada uma delas:

Zona Norte (Amazonas até Baía)	20%
Zona Centro (Esp. Santo, M. Gerais, R. de Janeiro e D. Federal)	10%
Zona Centro Sul (São Paulo e Paraná)	50%
Zona Sul (Sta. Catarina e R. G. do Sul)	20%

Caberá à Carteira de Câmbio do Banco do Brasil determinar as quotas para as Bolsas situadas nas quatro zonas acima, observando o montante para cada região.

O objetivo desse rateio será o de reduzir, já que nos parece impossível eliminar, a necessidade das firmas se socorrerem de Bolsas distantes, inconveniente esse que se vem notando no correr do ano de 1954.

As eventuais incorreções da distribuição por zonas e do rateio subsequente entre as Bolsas serão automaticamente corrigidas pelo direito que continuarão a ter os importadores, de licitar divisas em qualquer Bolsa do país, a sua conveniência.

Época de utilização — Considerando que a época de utilização das divisas não é uniforme por todo o ano e não é igual nas várias

condições agrícolas do país, recomenda-se para melhor utilização das divisas o seguinte critério:

Zona Norte	1.º semestre	40%
	2.º semestre	60%
Zonas Centro, Centro-Sul e Sul	1.º semestre	60%
	2.º semestre	40%

Para atender às variações mensais de utilização recomenda-se a transferência cumulativa das divisas não lícitadas em qualquer leilão para os leilões subsequentes, e assim sucessivamente até o fim do ano.

Espécies de divisas — A fim de assegurar o abastecimento certo e oportuno dos produtos essenciais às atividades agro-pastoris, recomenda-se a distribuição, nos leilões especiais da lavoura, de aproximadamente 10% de cada espécie de divisa obtida com a exportação de produtos agrícolas, perfazendo o total atrás indicado, equivalente a 150 milhões de dólares.

Meios de transporte para os lavradores — A fim de atender às necessidades imperiosas de transporte para os lavradores, foi recomendada, além da verba de 154 milhões de dólares destinada exclusivamente à importação de "Jeeps", sejam montados, sejam desmontados, sendo que essa verba só poderá ser lícitada pelas Associações Rurais, pelas Cooperativas Rurais e pelos representantes autorizados no Brasil dos referidos "Jeeps".

Em face do espírito da recomendação acima, sugere esta Confederação que periodicamente sejam postas em licitação com o agio mínimo da segunda categoria, ou seja Cr\$ 18,00 por dólar, verbas especiais para essa finalidade.

Ao transmitir a V. Excia. a presente contribuição, que representa o ponto de vista da lavoura nacional, manifestado durante a III.ª Conferência Rural Brasileira, anima-nos o sincero desejo de objetivamente colaborar para a solução dos problemas fundamentais do país, tendo sempre em vista a posição do setor agro-pecuário no quadro econômico da nação.

Tão certos estamos da perfeita compreensão de V. Excia. para a importância do assunto e para o significado dos leilões especiais da lavoura na manutenção e no desenvolvimento da produção rural, que nos sentimos à vontade para solicitar o apoio de V. Excia., para que seja introduzida na lei n.º 2145 um dispositivo que assegure a continuidade daqueles leilões, de modo a garantir o suprimento suficiente dos produtos e materiais indispensáveis às atividades rurais.

Uma recomendação nesse sentido foi aprovada na III.ª Conferência Rural Brasileira, a qual será apresentada ao Congresso Nacional por esta Confederação.

Permanecendo ao inteiro dispor de V. Excia. para entendimentos complementares, valemo-nos da oportunidade para lhes apre-

sentar os protestos de nosso profundo respeito e distinta consideração.

Atenciosamente,

ass. Iris Meinberg, Pres. da Confederação Rural Brasileira.

Ao Exmo. Sr. Prof. Dr.

Eugênio Gudim, M. M. Ministro de Estado para os Negócios da Fazenda, e Presidente do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito — RIO DE JANEIRO — D. F.

Anexo n.º 1 — Resoluções Aprovadas na 3.ª Conferência Rural sobre câmbio para Importação de Produtos Essenciais à Lavoura

Anexo n.º 2 — Valor das Importações de Alimentos em 1953 nas quatro regiões de abastecimento do país

* * * * *

RESOLUÇÕES APROVADAS PELA III.ª CONFERENCIA RURAL BRASILEIRA NO SENTIDO DE SER DADA

"Uma maior prioridade cambial para os leilões especiais de divisas utilizáveis na importação de produtos essenciais à lavoura"

Enquanto não houver alteração na atual política cambial, recomendamos ao Ministério da Fazenda e à SUMOC que:

- I Seja reservada anualmente uma dotação cambial de caráter ESPECIAL e PREFERENCIAL, com um volume mínimo equivalente a 150 milhões de dólares por ano para o Leilão Especial da Lavoura, a qual deverá ser constituída por, aproximadamente, 10% do total de cada uma das moedas obtidas com a exportação dos produtos agrícolas.
- II Distribuição da dotação cambial acima referida entre as diversas Bolsas de Valores do país, na proporção aproximada da produção agrícola ou das necessidades de suas respectivas zonas de influência, tendo sido recomendada a seguinte distribuição por zonas:

Zona Norte (Amazonas até Baía)	20%
Zona Centro (Esp. Santo, M. Gerais, R. de Janeiro e D. Federal)	10%
Zona Centro Sul (São Paulo e Paraná)	50%
Zona Sul (Sta. Catarina e R. G. do Sul)	20%

- III Acumulação das divisas não lícitadas num determinado leilão para os leilões subsequentes, devendo ser oferecidas a licitação em cada semestre as seguintes percentagens das dotações reservadas para cada zona:

Zona Norte	1.º semestre	40%
	2.º semestre	60%

Zona Centro, Centro-Sul e Sul 2.º semestre 40%
2.º semestre 60%

IV Revisão e reclassificação dos produtos atualmente incluídos no Leilão Especial da Lavoura (Comunicados ns. 26 e 28 da CACEX), criando-se três categorias:

- uma categoria ESPECIAL, com o ágio mínimo de Cr\$ 10,00 por dólar, para adubos e sementes de batatas para plantio;
- 1.ª Categoria, com o ágio mínimo de Cr\$ 15,00 por dólar, na qual continuariam incluídos os demais produtos atualmente classificados nesta categoria e constantes dos Comunicados ns. 26 e 28 da CACEX;
- 2.ª Categoria, com o ágio mínimo de Cr\$ 18,00 por dólar, a qual deverá incluir os produtos atualmente classificados nesta categoria e constantes dos Comunicados ns. 26 e 28 da CACEX, e mais ainda o Arame Farpado (7.74.22) e os Tratores de rodas até 50 HP tipicamente agrícolas (6.7000, 6.70.60, 6.70.00) de uso exclusivo na lavoura e seus respectivos implementos e equipamentos agrícolas (6.20.01 a 6.22.99), exceto

o 6.22.40), atualmente classificados na 1.ª Categoria dos leilões comuns.

V Distribuição da dotação cambial estabelecida no item I entre as três categorias acima mencionadas, de forma a atender às necessidades de volume mínimo de divisas exigidas em cada uma dessas categorias em função dos produtos e artigos nelas incluídos.

Outrossim, recomendamos que esse regime especial de Leilões Especiais da Lavoura, criado pela Instrução n.º 86 da SUMOC, seja transformado em lei, mediante dispositivo a ser introduzido na Lei Cambial que instituiu a CACEX (Lei n.º 2145 de 29-12-1953).

Recomendamos também que, além da verba de 150 milhões de dólares, já referida acima, seja reservada dentro dos Leilões Especiais da Lavoura, uma verba adicional de 30 milhões de dólares, destinada exclusivamente para a importação de "JEEPS", sejam montados, sejam desmontados, sendo que essa verba só poderá ser lícitada pelas Associações e Cooperativas Rurais e pelos representantes autorizados no Brasil dos referidos "Jeeps".

Sugerimos também a fiscalização por parte do Governo, para controle dos preços de venda, maneira de distribuição, destinos, etc., de forma a não serem desviados de suas finalidades e usos pelos legítimos lavradores.

VALOR DAS IMPORTAÇÕES DE ADUBOS EM 1953 NAS 4 REGIÕES DE ABASTECIMENTO DO PAÍS (*) (Cr\$ 1.000,00)

Produtos	Norte	Centro	Centro Sul	Sul	Total Brasil
Salites do Chile	25.679	19.944	81.248	6.521	133.392
Nitrato de Cálcio	—	266	—	—	266
Sulfato de Amônio	86	825	19.764	7.390	28.065
Sulfonitrato Amônio	—	—	824	—	824
Amonitratos n. e.	2.444	—	2.385	—	4.829
Nitrato amônio e cal	—	1.416	—	—	1.416
Uréia	5.170	65	8.263	—	13.498
Adubos azotados n. e.	2.724	—	819	91	3.634
Escória de Thomas	—	—	83	—	83
Superfosfato	5.167	3.255	42.183	13.123	63.728
Fosf. nat. não moído	—	—	14.748	9.634	24.382
Fosfato nat. moído	6.703	1.486	6.760	15.911	30.860
Adubos fosf. n. e.	—	—	—	2.410	2.410
Cloreto de Potássio	9.135	2.801	40.474	4.883	57.293
Adubos complexos	—	76	932	—	1.008
Sulfato de potássio	137	168	4.280	464	5.049
Totais	57.245	30.302	222.763	60.427	370.737
Em porcentagens	15,5%	8,2%	60%	16,3%	100%

Norte : Recife, Salvador

Centro : Vitória, Rio de Janeiro, Angra dos Reis

Centro Sul : Santos, Antonina, Paranaguá

Sul : Porto Alegre e Rio Grande

(*) Organizado pelo Sindicato de Adubos no Estado de São Paulo

Fonte : Ministério da Fazenda — Agosto de 1954

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo
Presidente Benemérito

DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

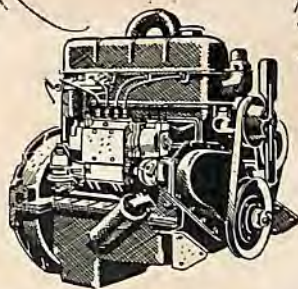
ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE
DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exterio-

res) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache.

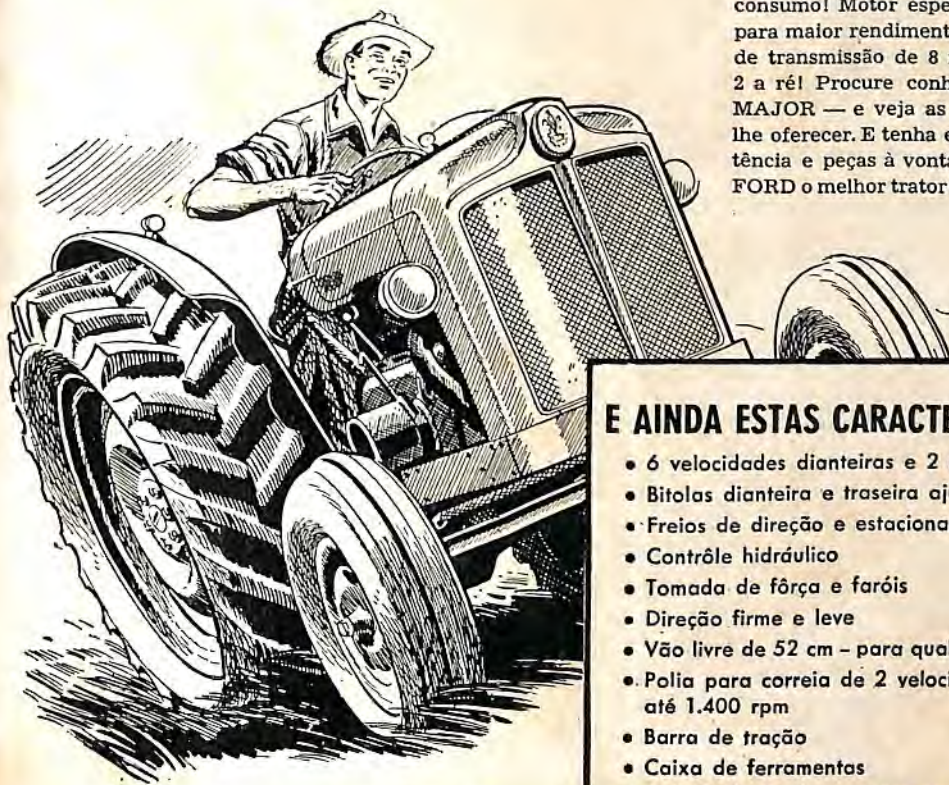
**Nova potência!
Nova economia!**



FORDSON MAJOR

COM MOTOR DIESEL DE 40.58 HP.

Aqui está a grande característica do novo FORDSON MAJOR: — mais força com menor consumo! Motor especial de 4 cilindros e que, para maior rendimento, conta com um sistema de transmissão de 8 marchas: 6 dianteiras e 2 a ré! Procure conhecer o novo FORDSON MAJOR — e veja as vantagens que ele pode lhe oferecer. E tenha em mente: perfeita assistência e peças à vontade fazem deste produto FORD o melhor trator para trabalhos agrícolas!



PRONTA ENTREGA
em seu Revendedor Ford

E AINDA ESTAS CARACTERÍSTICAS:

- 6 velocidades dianteiras e 2 a ré
- Bitolas dianteira e traseira ajustáveis
- Freios de direção e estacionamento
- Contrôles hidráulico
- Tomada de força e faróis
- Direção firme e leve
- Vão livre de 52 cm — para qualquer cultura
- Polia para correia de 2 velocidades — até 1.400 rpm
- Barra de tração
- Caixa de ferramentas
- Assistência técnica e peças em qualquer lugar do Brasil.

Um produto da Ford da Inglaterra

FORD MOTOR COMPANY, EXPORTS, INC.

MASSEY-HARRIS

uma tradição
de bons serviços
prestados à lavoura!



200 REVENDEDORES GARANTEM ASSISTÊNCIA PERMANENTE



Assistência mecânica - Todos os Revendedores Autorizados dispõem de pessoal especializado para proporcionar, permanentemente, rápida e eficiente assistência mecânica.

Avião - oficina - Aparelhado para prestar quaisquer serviços de emergência, a fim de que os tratores Massey-Harris PERMANEÇAM SEMPRE EM TRABALHO.



Cursos e Demonstrações Regionais VEMAG de Máquinas Agrícolas - Percorrendo todo o território de nossa distribuição, indo diretamente ao lavrador para instruí-lo no manejo e conservação e proceder a eventuais reparos urgentes.

Camionetas - oficina - Além da assistência prestada pelos Revendedores, a Distribuidora Vemag S. A. mantém camionetas - oficina para vistorias periódicas, independentemente de solicitação.



TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
MASSEY-HARRIS
Um século a serviço da terra!

DISTRIBUIDORA VEMAG S/A

Veículos e Máquinas Agrícolas

S. Paulo - Matriz - R. Grotta Funda, 224 - Fones 3-0612, 3-0759 e 3-0648 - Caixa Postal 8232 - Telegramas "Studeauto"

Rio de Janeiro - Filial - Rua São Clemente, 83 - Fone 46-1414

Territórios de Distribuição: Distrito Federal, Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina.

**DISTRIBUIDORA
VEMAG**

